UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LORENA LEITE

**“Déspota, Tirano e Arbitrário”:
O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São
Paulo (1775-1782)**

Versão corrigida

São Paulo
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Déspota, Tirano e Arbitrário:
O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São
Paulo (1775-1782)

Lorena Leite

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Econômica da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo,
para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer

São Paulo
2013

AGRADECIMENTOS

Durante esta pesquisa, recebi apoio de órgãos de pesquisa, amigos e familiares, que sempre me incentivaram a seguir em frente, ainda que em alguns momentos isso também significasse parar. Este trabalho só foi possível graças à colaboração dessas pessoas e instituições. Talvez este espaço seja pequeno diante de tanto a ser agradecido, mas é preciso tentar demonstrar minha imensa gratidão à todos.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado que possibilitou a realização deste trabalho em seu período inicial. À Cátedra Jaime Cortesão/Instituto Camões pela concessão de uma bolsa de pesquisa em Portugal, sem a qual a pesquisa no exterior, fundamental para minhas reflexões, não teria sido possível.

À professora Raquel Glezer sou profundamente grata pela oportunidade de ser sua aluna. A sabedoria e tranquilidade com que desde o bacharelado tem respondido minhas indagações, muitas vezes impertinentes, fizeram com que a pesquisa e a docência em História se tornassem verdadeiras paixões. Seu profundo interesse e conhecimento da história de São Paulo permitiram que eu, natural de Divinópolis-MG, aprendesse a gostar dessa cidade, e que quisesse retribuir a formação que aqui recebi estudando seu passado.

À professora Vera Ferlini, agradeço pela apresentação à história de São Paulo como tema de pesquisa, há tantos anos, e pelo acompanhamento e incentivo que desde então dispensou a este trabalho. Aos professores Oldimar Cardoso, Íris Kantor, Thomás Haddad, e aos colegas das disciplinas cursadas, pelos debates durante as aulas, que certamente enriqueceram este trabalho. Aos professores Rodrigo Ricupero

e Denise Soares de Moura, pela leitura atenta e criteriosa durante o exame de qualificação.

À todos da Sala I-2, principalmente Magno Nascimento e Marly Spacachieri, pelo carinho e apoio em todas as etapas. Aos membros do Grupo de Estudos em História e Historiografia de São Paulo, pela leitura de trechos deste trabalho, pelas discussões e comentários em grupo, por tudo aquilo (acadêmico ou não) que acontece em nossas reuniões.

Alguns amigos acompanharam este trabalho muito antes de seu surgimento, quando ainda era um projeto de pesquisa. À eles, meu agradecimento especial: Natália Salla, Fernando Ribeiro, Rosa Udaeta e Diogo Leite, Gisele Almeida, Carlos Rovaron e Marina Garcia de Oliveira. Ao Thiago Nicodemo e demais membros do Conselho Editorial da Revista *Angelus Novus*, meu agradecimento pela experiência compartilhada de editar uma revista acadêmica estudantil.

Às meninas Georgia Carvalho Martins, Juliana Bittar, Laura Chagas e Michelli Almeida, companheiras muito antes dessa pesquisa, eu agradeço por todos os “cafés num fim de tarde”. Sem eles, teria sido muito mais difícil atravessar essa fase.

O período de pesquisa em Portugal foi fundamental para o entendimento de determinadas questões. Dessa forma, não poderia deixar de agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional, em Lisboa; do Arquivo Distrital de Évora, do Arquivo Histórico Municipal de Estremóz e do Arquivo Histórico Municipal de Elvas; à Érika Dias, do Arquivo Histórico Ultramarino, ao General Silvino da Cruz Curado, no Arquivo Histórico Militar; e ao senhor Chitas e à senhora Jacinta, da Biblioteca Pública de Évora.

Durante o período em Portugal, o apoio recebido foi importante para que tudo se desenvolvesse bem. Ao professor Tiago C. P. dos Reis Miranda, da Universidade Nova de Lisboa, devo a honra de aceitar-me para orientação, com suas indicações valiosas e a gentileza com que sempre respondia às minhas dúvidas. Aos colegas Breno Leal Ferreira e Lara Frutos, Nelson Campos Ramos Junior, Rubén Álvarez Iglesias, Abel Kanywette e António Rego, agradeço a companhia em Lisboa. À Ana Catarina Lopes Caetano e Nuno Lopes, pela acolhida e carinho com que me receberam. E à Deolinda, minha senhora eborense, obrigada por tornar o Alentejo a minha Minas em Portugal.

Este trabalho também é fruto do convívio, de diferentes formas, com muitas pessoas. É provável que eu não consiga aqui enumerar todas, e desde já peço desculpas àqueles que porventura minha memória olvidar. Mas não posso deixar de agradecer à Beatriz Kohlbach e Maria Lúcia Camargo, que me acolheram quando cheguei em São Paulo; ao Vinícius Marcondes e ao João Paulo Pongelupe, pelas conversas encorajadoras e pelo apoio constante; à todos da Faculdade Pitágoras – Unidade Divinópolis, que mesmo à distância acompanharam o processo; ao Fabricio Ayala e meu tio Rômulo Leite, por terem me hospedado em Ouro Preto; aos amigos da EMEF Daisy Amadio Fujiwara e da EMEF Julio Mesquita, da Prefeitura Municipal de São Paulo, por me ensinarem, na prática, como ser uma professora de história.

A disciplina e o ritmo necessários à pesquisa acadêmica eu aprendi com a corrida. Por isso, é necessário agradecer aqui aos treinadores, colegas e companheiros de provas e treinos. Sem o estímulo de vocês, seria mais difícil cruzar a linha de chegada.

À minha família eu devo meus maiores agradecimentos. Sem vocês, nada disso seria possível. Aos meus avós, tios e primos, que torceram sempre para o meu sucesso. Aos homens da minha vida: meu pai, Reginaldo Leite, que nunca me deixou desanimar, e meu irmão, Leonardo Geraldo Leite, que mesmo à contragosto aceitou atravessar de Buenos Aires à Colônia, apenas para que eu entendesse como era a fronteira do Rio da Prata. Vocês são meus exemplos de luta e perseverança. E por fim, esta dissertação é dedicada à senhora Rozirene Emetério Leite, primeira mestra que conheci. Que achava estudo a coisa mais fina do mundo. Não é mãe, a coisa mais fina do mundo é o sentimento.

RESUMO

Entre 1775 e 1782, a Capitania de São Paulo foi governada por Martim Lopes Lobo de Saldanha. Durante esse período, as disputas na fronteira Sul eram a maior preocupação da Coroa Portuguesa no Ultramar. Nesse contexto, a Capitania de São Paulo assumiu o papel de arregimentar tropas e assegurar a posse dos territórios meridionais da América Portuguesa.

Com o Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, ficou definida diplomaticamente a fronteira com os castelhanos. Começa então um segundo período do governo de Lobo de Saldanha em São Paulo, no qual as tensões e disputas políticas do período de guerra afloraram com maior intensidade, tornando evidente a oposição entre governador e poder local.

O presente trabalho procura analisar o Governo do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha enfatizando a questão geopolítica, mostrando como suas diretrizes de governo estavam relacionadas à questão na fronteira Sul. Uma vez solucionados os conflitos, no restante de seu governo Lobo de Saldanha enfrentou a oposição da elite local, em decorrência dos problemas causados pela guerra. E, para tal enfrentamento, Saldanha não possuía as habilidades políticas necessárias.

Palavras-chave: São Paulo; Colônia; Governo; Geopolítica; Lobo de Saldanha

ABSTRACT

Between 1775 and 1782, the Captaincy of São Paulo was governed by Martim Lopes Lobo de Saldanha. During this period, the disputes in the southern frontier were the major concern of the Portuguese Crown overseas. In this context, the Captaincy of São Paulo assumed the responsibility of enlisting troops and ensure the ownership of the southern territories of the Portuguese America.

With the San Ildefonso Treaty, in 1777, the frontier was diplomatically defined with the Castilians. This is considered the beginning of a second term government of Lobo de Saldanha in São Paulo, in which wartime tensions and political disputes surfaced with greater intensity, making clear the opposition between the governor and the local power.

This thesis analyzes the Government of Captain-General Martim Lopes Lobo de Saldanha emphasizing the geopolitical issue, showing how his government directives were related to the issues at the southern frontier. Once the conflict were solved, during the remaining years of his government Lobo de Saldanha faced the opposition of the local elite, due to the problems caused by war. And for such confrontation, Saldanha lacked the necessary political skills.

Keywords: São Paulo; Colony; Government; Geopolitics; Lobo de Saldanha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
-------------------------	-----------

PARTE I

1. O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo	23
---	----

1.1. Martinho de Melo e Castro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros: a reorganização e reorientação do governo no ultramar	23
--	----

O Tratado de Madri e a política externa portuguesa no final do século XVIII: neutralidade e tentativa de demarcação dos territórios

O Conde de Lippe e a reforma do exército português: o esforço de modernização militar a partir da Guerra dos Sete Anos

1.2. São Paulo na conjuntura do Império Português no final do século XVIII: ocupar e povoar as fronteiras	60
---	----

1.3. Lobo de Saldanha: a questão da fronteira Sul	115
---	-----

Os recrutamentos e a crescente militarização da capitania

A perda da ilha de Santa Catarina e a ameaça dos castelhanos

Colônia de Sacramento: fronteira natural

O fim “diplomático” da guerra e o Tratado de Paz de Santo Ildefonso

PARTE II

2. História e Historiografia – Uma capitania e seu “tirano” governador	148
--	-----

2.1. Portugal e Brasil no final do século XVIII: crise do Antigo Sistema Colonial ..	148
--	-----

A política pombalina e suas diretrizes “ilustradas”	
2.2. São Paulo: de Capitania Hereditária à Capitania da Coroa	158
Da fundação à descoberta do ouro: pioneirismo paulista	
Dos desmembramentos à perda da autonomia administrativa: declínio	
São Paulo no final do século XVIII: pobreza e decadência	
2.3. A Capitania da Coroa e seus governadores	169
Estudos de conjuntura geral do período	
Estudos específicos – particularidades de cada governo	
2.4. Um governante esquecido: Martim Lopes Lobo de Saldanha	175
Os (poucos) estudos sobre o governador: construção de memória	
Déspota, tirano e arbitrário: a historiografia paulista e a elaboração de uma imagem negativa	
3. Conflitos de poderes na Capitania de São Paulo	201
3.1. O retorno das tropas: pagamentos dos soldos e patentes	203
3.2. A falta de habilidades administrativas e o descontentamento da população	210
A disputa com as câmaras	
A questão com o Bispo Frei D. Manuel da Ressureição	
3.3 O caso Caetaninho: ápice da “arbitrariedade”	229
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
FONTES E BIBLIOGRAFIA	241

ANEXOS	259
LISTA DE TABELAS	262
LISTA DE FOTOS	263

“Todo o meu ponto de vista tem sido o serviço
e este todo o meu cuidado, tão continuo e forte
que até de noute me faz sonhar nesta importante materia.”
Martim Lopes Lobo de Saldanha.
Documentos Interessantes, vol.42, p.66

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem sua origem em um projeto de iniciação científica que começou em agosto de 2006, financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/USP/CNPq), orientado pela professora Raquel Glezer. Tal projeto objetivava estudar alguma documentação contida nos CDs do Projeto Resgate Barão do Rio Branco referentes à Capitania de São Paulo e fazer uma leitura e análise iniciais da bibliografia sobre o tema, enfocando a questão da administração ilustrada e da geopolítica no período referente ao do Capitão-General e Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782).

Durante a Iniciação Científica, tivemos a oportunidade de assistir e participar de algumas atividades do Projeto Temático *Dimensões do Império português: investigação sobre as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial*, coordenado pela Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, financiado pela FAPESP. Particularmente os núcleos “Estruturas Políticas nos Quadros do Antigo Sistema Colonial” e “Dinâmicas Econômicas e Sociais no Império Português no Atlântico” despertaram nosso interesse para a conjuntura do Império Português no final do século XVIII e a inserção da capitania de São Paulo naquele contexto.

O projeto de Iniciação Científica teve duração de dois anos, encerrando-se em julho de 2008. Como resultado final, foi feita a leitura e transcrição de sete documentos manuscritos pertencentes à documentação digitalizada do Projeto Resgate¹, de acordo com as Normas Técnicas para Transcrição de Documentos

¹ Foram lidos e transcritos os documentos 33, 347, 378, 396, 415, 426 e 465, constantes do Catálogo 1 dos Manuscritos Avulsos da Capitania de São Paulo

Manuscritos². O contato inicial com os documentos demonstrou a riqueza da fonte e as possibilidades de pesquisa a partir dessa documentação.

A pesquisa com as fontes primárias permitiu entender as transformações e perceber as disputas políticas pelas quais a Capitania de São Paulo passava ao final do século XVIII. Os documentos, uma vez analisados de forma crítica e à luz da bibliografia levantada, também possibilitaram o entendimento das relações entre poderes públicos e privados, das diversas instâncias de poder na administração colonial e da relação entre esta e a Coroa, tornando mais visíveis algumas das diretrizes administrativas metropolitanas.

A partir dessa experiência de formação, decidimos basear empiricamente a pesquisa de Mestrado nos documentos do Projeto Resgate, em particular nos dois Catálogos de Documentos Manuscritos Avulsos, disponíveis para consulta no Brasil a partir do referido Projeto. Originalmente, tal documentação encontra-se no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal. Entretanto, é preciso lembrar que alguns dos ofícios, em segunda via, eram também arquivados na colônia, o que faz com que o Arquivo do Estado de São Paulo também tenha cópias desses documentos.

Para garantir que a maior quantidade de fontes pudesse ser analisada dentro do tempo estipulado no cronograma de pesquisa, optamos pela consulta aos documentos nos CDs do Projeto Resgate, e nos desincumbimos de aferir se os documentos lidos e transcritos existiam também no Arquivo do Estado de São Paulo. Tal tarefa seria dispendiosa, e seu resultado pouco ou nada acrescentaria aos objetivos da pesquisa. Ainda no quesito documentação, utilizamos também como

² As normas foram fixadas durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, em 16 e 17 de setembro de 1993, por uma comissão de sistematização e redação, formada por especialistas.

fonte (impressa) a coleção intitulada *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo, que se resume à transcrição de documentos de diversos períodos da história de São Paulo, selecionados a partir de um critério particular.

A documentação do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, complementada pelas informações dos *Documentos Interessantes*, compõe o escopo inicial dessa pesquisa de Mestrado, a partir da qual foram formuladas as hipóteses. O trabalho com a documentação manuscrita durante a Iniciação Científica foi fundamental para ensejar os questionamentos que levariam ao desenvolvimento futuro da pesquisa no nível de pós-graduação. O contato precoce com as fontes facilitou a leitura e o entendimento das mesmas, uma vez que as especificidades da grafia do período já eram conhecidas. Além disso, trabalhar com esse *corpus* documental acabou por revelar dúvidas e questões que seriam posteriormente trabalhadas na pesquisa de Mestrado, e que procuramos desenvolver em nosso trabalho.

Talvez o primeiro questionamento, e que de certa forma norteou sempre a investigação, seria as razões que levaram a Coroa portuguesa a enviar Martim Lopes Lobo de Saldanha para a Capitania de São Paulo. Por que motivo Lobo de Saldanha teria sido nomeado Governador e Capitão-General de São Paulo; quais as qualidades que fizeram dele ocupante do cargo; o que a Coroa esperava dos Governadores e Capitães Gerais na colônia, particularmente em São Paulo, uma capitania recém-restaurada administrativamente. Em outras palavras, procuramos entender o que Martim Lopes Lobo de Saldanha veio fazer em São Paulo, e por que ele havia sido enviado.

Essa primeira dúvida instigadora surgiu a partir da leitura e do contato com as fontes, e de sua interpretação frente à bibliografia. Percebemos que existe uma imagem muito forte de Saldanha na historiografia paulista, particularmente na história de São Paulo elaborada a partir de instituições tradicionais (até as comemorações do IV Centenário), como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o Museu Paulista e mesmo o Arquivo do Estado de São Paulo. A imagem do governador Lobo de Saldanha elaborada por essa historiografia baseia-se nas fontes, porém analisa-as de forma enviesada, construindo uma memória negativa desse governo.

Ao tomar contato com a historiografia sobre São Paulo colonial, percebemos que a construção desse discurso não era exclusiva ao governo Lobo de Saldanha: existem algumas imagens de São Paulo nesse período consolidadas pela historiografia paulista (que aqui chamamos também de tradicional) que serviram para explicar situações do tempo presente. Dialogando com seu passado, a história de São Paulo foi sendo construída de forma a explicar o presente através de exemplos do passado. Assim, atos de tirania e despotismo do período colonial comparavam-se às medidas políticas centralizadoras das décadas intermediárias do século XX, reforçando as imagens de São Paulo que essa historiografia procurava elaborar.

Esse processo de construção de memória ampliou nosso questionamento: se esse governo teve uma repercussão histórica tão negativa, que motivos contribuíram para tal? Quais os atos de Lobo de Saldanha foram relevados na elaboração da história do período em que esteve no poder? Ao refletir sobre a historiografia elaborada sobre a época de Lobo de Saldanha, nosso foco transferiu-se para o governo em si: como foram os sete anos de Saldanha à frente da Capitania de São

Paulo, e quais as suas medidas como governante. Teriam suas medidas administrativas servido como embasamento para construção de uma imagem negativa, ou seria possível interpretar seu período de governo por outro viés?

A leitura da documentação do Projeto Resgate mostrou-nos o caráter geopolítico e militar do governo de Saldanha. Grande parte dos ofícios trata de assuntos relativos às fronteiras e às disputas militares na região Sul da colônia. Percebemos a importância dos tratados de limites, e as tentativas de implantar os acordos metropolitanos nas fronteiras coloniais. Assim, optamos por analisar o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha pelo viés da geopolítica, entendendo-o dentro do contexto da Administração Ilustrada Portuguesa no final do século XVIII.

Com esse recorte, tentamos perceber as diretrizes metropolitanas em relação à Capitania de São Paulo: quais eram as expectativas da Coroa em relação aos ocupantes do cargo de Governador e Capitão-General, o que foi solicitado aos governadores, e o que pôde ser efetivamente cumprido. No caso dessa pesquisa, restava ainda entender a escolha de Martim Lopes para Governador e Capitão-General – e como compreender seu governo.

A documentação aponta duas direções: na colônia, Saldanha foi visto como um governador despótico, autoritário, exacerbado em suas medidas administrativas. Nos últimos anos de seu governo foram constantes os conflitos com as autoridades locais – eclesiásticas e civis. As Câmaras Municipais, particularmente a de São Paulo, e o Bispo Frei D. Manuel da Ressureição[sic] foram alvo de disputa por poder local, seja ele efetivo ou simbólico. Nos ofícios, os camaristas são categóricos em desconsiderar o governador, e escrevem diretamente à Rainha:

Senhora
A Camara da Cid.^e
de São Paulo se acha na indispençavel
obrigação de dar Contas a V.Magestade
do Lastimozo estilo da Capitania, e[?]
prezentarlhe as tiranias, q' padecem os seos
fieis Vassallos nesta p.^{te} das Conquistas, com
o Governo de Martim Lopes Lobo de Sald.^a,
o qual associado com dous pessimos Sacer-
dotes tem disposto a seu arbitrio dos bens,
e fortunas de todos, não havendo outra nor-
ma de Governa, mais q' os seus caprichos,
e paixoens, sendo os Magistrado, e justiças
inhuteis; porq' das Leys, de q' são executores
não tem observança algũa³

Para o Bispo, o comportamento de Saldanha é mau exemplo para os
habitantes de São Paulo, e por isso dirige-se à Martinho de Mello e Castro, Ministro
dos Negócios da Marinha e do Ultramar, superior imediato do Governador:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sñr
[parágrafo] O meo desejo encaminhado so-
mente a dar gosto a v.Ex.^a, bem me persuade evitar-lhe esta mo-
lestia; porem a obrigação de vigiar sobre as Almas, que me são suge-
itas, de apartarselhes o erro, com que se perdem, hé mais poderosa
em capacitar-me, que Eu devo Antepor aos receios a observancia
della
porque V.Ex.^a hé prudente para desculpar-me.
[parágrafo] Confesso a V.Ex.^a
que não pode socegar o meo Espirito desde o tempo em que come-
cei a ver a viciosa conduta do General desta Capitania: e quan-
do Eu imaginava; que sendo maior o seo erro, lhe seria mais fa-
cil o conhecê-lo, então me falta a esperança da sua Emenda, ven-
do a cegueira total, com que vive, facilitando a relaxação dos
hones-
tos com seo mao exemplo, e dando liberdade aos impuros para
mais
escandalos. Quantas dezordens de qui procedem Eu quizera indivi-
duar; mas V.Ex.^a sabe pondera-las, e Eu não posso dizer-las, por-
que são muitas. A magoa, que á vista de todas Eu sinto, bem
me estimula para as impedir; porem mal posso conseguir e na
felicidade, quando nem a tenho de ser por Elle attendido no que
pede a razão, e a justiça. Deste modo o dezasocego publico hé tão
particular dentro em mim, que já cansado de ouvir clamores,
e de ver perdições, vou procurar o remedio de tantos damnos, onde
a clemencia hé pronta, e o poder hé grande para os extinguir: e

³ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.495

como dignando-se V.Ex.^a de favorecer-me, Eu serei feliz, quero pedir-lhe agora o favor de apresentar á S. Mag.e a Conta junta, para que a minha consciencia respire do insupportavel pezo, sendo-lhe manifestas as cauzas do que padeço⁴

Na metrópole, a opinião sobre o governo é outra, distinta da que os poderes locais procuraram denunciar às autoridades régias. Lobo de Saldanha defende-se das acusações alegando que

as queixas, que com tanta animozidade se propuzerão a V.Mag.^e; [...] são nascidas não do zelo, nem do amor publico, mas sim de Raiva, odio, e paxão, de todos os seos authores, sendo certo que em todas as contas e queixas que os seos inimigos contra elle fizerão, em nenhuma dizerão lhe tinha feito violência, ou opressão por cauza de seo interesse, ou de Conveniencia particular

E recebe como aprovação de seu governo o seguinte despacho:

o Procurador da Fazenda, O qual depois de se executar o sobredito despacho, disse: Que vendo a resposta que Martin Lopes Lobo de Saldanha dá, sobre as queixas que d'elle se formarão neste Concelho, e que por especial ordem de V.Mag.^e se lhe mandarão Comunicar todas, se persuade, que elle responde concludentemete a tudo, e mostra que não procedeo em despotismo, antes com dezejões de servir bem a V.Mag.^e; e a ter por certo o que elle afirma, de que aquelle Governador, que melhor cuidar em satisfazer as suas obrigaçoens necessariamente ha de ter muitos inimigos que o acuzem, e procurem escurecer a sua fama; porque havendo naquellas partes muitos homens, que só cuidão em adiantar o seo interesse com prejuizo da Fazenda Real, o Governador que a isto mais selhe opuzer como há obrigado, os ha de ter a todos com sy⁵.

⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2860

⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3111

Assim, temos um governo que, de um lado, disputou com os senhores locais a hegemonia de poder na Capitania de São Paulo, e por isso foi considerado tirano e arbitrário. E do outro lado, uma estrutura administrativa formada por Conselho Ultramarino, Ministério da Marinha e Ultramar e Procuradoria, que considerou os atos de governo como legítimos e cumpridores das obrigações reais às quais o cargo estava implicado. Entre um e outro, oscilava o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha.

A ambivalência da recepção da administração de Lobo de Saldanha, e a construção de memória feita posteriormente sobre seu governo levou a um outro questionamento: afinal, quem era Martim Lopes Lobo de Saldanha? Conhecer, ainda que superficialmente, um pouco sobre a vida pessoal do governador, ajudaria a entender – e quem sabe explicar – seus atos de governo? Seria a análise biográfica uma opção metodológica que possibilitaria expandir os horizontes da pesquisa?

Na documentação do Projeto Resgate e na coleção *Documentos Interessantes*, pouco ou quase nada descobrimos a respeito de Lobo de Saldanha. No documento 435⁶, obtivemos a informação de que o governador em 1776 completava 43 anos de serviço ao reino. No documento 466, contabilizou os anos de serviço: “*contados de Janeiro de mil settecentos trinta, e trez, que sen- / tei Praça, até o prezente tempo sendo suspendido do exer- / cicio de Coronel em mil, settecentos, sessenta e trez, e prezo na / Torre de São Julião da Barra vinte mezes, e meyo.*”⁷ Nesse mesmo

⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx. 7, D. 435

⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx. 8, D.466

documento, acrescentou que, para vir à colônia, teve que “*vender / todo o meu movel, mas tambem a caza propria, que tinha / na Cidade de Elvas*”⁸.

Nos *Documentos Interessantes* encontramos em um ofício dirigido ao Capitão General de Goiás a informação de que, inicialmente, Saldanha tinha sido nomeado para outra Capitania:

Eu, meu Ex.mo Snr' e amigo do coração, fuy nomeado Governador de Pernambuco; depois me passarão ao Governo de S. Paulo, de que por huma grande molestia me nomearão Brigadeiro na Prim^a plana da Corte, com animo de ficar nella. Fui destinado a outro governo ultramarino, que não sahiu do Gabinete; ultima [mente me mandarão a S. Paulo, forsa do destino, p^a ter mais que trabalhar que todos, porque na verdade achei esta Capitania reduzida á ultima mizeria em todo o sentido.⁹

Sendo assim, pela documentação inicial, pudemos considerar que Lobo de Saldanha era um militar de carreira, com experiência de campo, e cujos motivos para vir à São Paulo ainda não estavam claros. A opção por uma análise biográfica de acordo com o modelo tradicional, que dissecava os mínimos detalhes da vida do biografado, seria inviável. Partindo do pressuposto de que as informações pessoais eram bastante restritas, procuramos analisar o governo a partir das fontes, mas levando em consideração os esparsos dados biográficos que foram apreendidos a partir da documentação inicialmente transcrita.

Em dezembro de 2011 fomos contemplados com uma bolsa de pesquisa da Cátedra Jaime Cortesão/Instituto Camões, que financiou dois meses de pesquisa em Portugal. Com o objetivo de buscar maiores informações biográficas sobre Lobo de Saldanha, consultamos os acervos da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico Militar, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo,

⁸ AHU_ACL_CU_023, Cx. 8, D.466

⁹ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo, 1908. Vol.42.

e do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direcção de Infra-Estruturas do Exército, em Lisboa; o Arquivo Distrital e a Biblioteca Pública, em Évora; o Arquivo Histórico Municipal de Estremóz, o Arquivo Distrital de Portalegre, e o Arquivo Histórico de Elvas.

Entre janeiro e março de 2012, pesquisamos nos arquivos e bibliotecas acima listados informações pessoais sobre Martim Lopes Lobo de Saldanha que pudessem nos auxiliar na compreensão de seu governo na Capitania de São Paulo. O objetivo da pesquisa no exterior era levantar dados que complementassem as informações obtidas a partir da documentação transcrita no Brasil, e principalmente, que contribuíssem para o entendimento do período de Lobo de Saldanha como governador no ultramar.

Os dados obtidos confirmaram as hipóteses iniciais: Saldanha era um militar de carreira com ampla experiência no combate aos castelhanos em zona fronteiriça, e possuía conexões na Corte que influenciaram para que fosse enviado à São Paulo. Suas características de militar de campo e sua inserção social na Corte (em Lisboa) e na região do Alentejo ajudaram a explicar suas ações de governo e sua recepção ao retornar.

A pesquisa em Portugal foi decisiva para que as hipóteses iniciais do projeto pudessem ser comprovadas com um embasamento ainda maior das fontes. A partir da experiência em arquivos portugueses, percebemos que as informações pessoais funcionavam como um importante complemento das reflexões desenvolvidas anteriormente. Os aspectos biográficos ajudavam a responder algumas das proposições iniciais, mas o objeto e o foco da pesquisa continuavam sendo a Capitania de São Paulo entre 1775 e 1782.

Dessa forma, a pesquisa procurou analisar o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha a partir do enfoque geopolítico, tentando entender sua administração no contexto do Império Ultramarino Português: de que maneira as medidas tomadas no Reino refletiam na colônia, e quais as disposições régias nortearam a administração de Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo. A primeira parte dessa dissertação trata desses temas, demonstrando como as negociações dos tratados e a reforma do Exército vão influenciar diretamente a política metropolitana em relação às fronteiras, seja no território europeu ou na América. Tentamos demonstrar também o papel da Capitania de São Paulo nessa conjuntura: sua posição enquanto organizadora das tropas militares para defesa do Sul.

A segunda parte trata da historiografia sobre São Paulo colonial e o que chamamos de construção de imagem negativa de Saldanha. Aqui, tentamos demonstrar como é construído o discurso sobre São Paulo no período colonial, e particularmente como são escolhidos alguns episódios do governo de Saldanha para a elaboração dessa imagem. Os poucos dados biográficos conseguidos a partir da documentação serviram para matizar as atitudes de governo consideradas autoritárias – o caráter militar e preocupação com o cumprimento de ordens ajudam a entender algumas medidas de governo.

O objetivo dessa pesquisa foi estudar o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo, enfocando para tanto a questão geopolítica. Partindo da análise das fontes, procuramos entender as mudanças metropolitanas e seus desdobramentos na colônia, particularmente o papel dos Governadores na implementação dessas mudanças. No final do século XVIII, a presença de um

membro da administração régia em São Paulo gerou disputas com a elite local e uma série de ajustes no modo de governar as colônias.

Esses enfrentamentos entre as autoridades metropolitanas e o poder local foram usados posteriormente para construir uma determinada imagem histórica de São Paulo: uma capitania ativa e autossuficiente, e que portanto não se sujeitava aos desmandos da Coroa. Nesse sentido, alguns episódios da administração de Martim Lopes Lobo de Saldanha foram usados para reforçar essa imagem, tornando seu governo um período singular para a análise das relações entre poderes no Antigo Sistema Colonial.

Parte I

1 – O Governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo

Em 14 de junho de 1775 tomou posse da capitania de São Paulo o Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, 2º na linha de sucessão pós-restauração administrativa, que governou a Capitania até 1782. Durante esse período, enfrentou uma guerra contra os espanhóis pelo controle da fronteira Sul, então disputada pelas Coroas Ibéricas, e a oposição local de alguns setores políticos, inconformados com suas ações de governo.

Na primeira parte desse trabalho, analisaremos como o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha foi orientado para as questões geopolíticas, de que suas Instruções e orientações de governo são decorrentes de um processo mais amplo, de reestruturação do Império Ultramarino Português. Tentaremos mostrar como as mudanças na administração do Reino se refletem na colônia, na medida em que os enviados para o ultramar recebem ordens específicas para serem cumpridas.

A Capitania de São Paulo será nosso objeto de estudo para perceber essas mudanças. Seu papel de defesa, assumido no final do século XVIII, e a responsabilidade de guarnecer as fronteiras, serão a linha mestre desse primeiro período do governo, encerrado em 1777 com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

1.1 Martinho de Melo e Castro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros: a reorganização e reorientação do governo no ultramar

Em 1736 Dom João V reorganizou o governo português em um sistema de Secretarias de Estado, concentrando poder nas mãos de alguns administradores. O declínio do governo por conselhos, como chamou Oliveira Marques, consistiu em “uma reforma governativa [que] concedeu atribuições maiores aos secretários”¹⁰. Foram modificados os nomes tradicionais de acordo com suas novas funções: Secretaria de Estado do Reino, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar.

A primeira dessas secretarias dirigia o gabinete, de maneira que o Secretário do Reino atuava como um autêntico primeiro ministro. Foi nessa secretaria, que assumiu logo após o terremoto de Lisboa, que o Marquês de Pombal encontrou espaço para, efetivamente, implantar sua reforma. A chamada Junta dos Três Estados funcionava como um governo de três membros, presididos pelo Rei. Ao final do século XVIII, foi acrescentado o Presidente da Junta da Fazenda.

A centralização de poderes encetada pela criação das secretarias pode ser vista como o “*climax* de uma tendência que durava havia mais de um século”¹¹. O princípio de confiar a governação a um primeiro-ministro não era uma novidade em Portugal, e sequer nos demais países europeus. Durante os séculos XVII e XVIII diversos monarcas contaram com a presença de figura-chave à frente de seu governo: D. Pedro II confiara a administração ao duque de Cadaval e ao terceiro conde da Ericeira; D. João V teve como secretários de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, o Cardeal da Mota e Alexandre de Gusmão (secretário particular do Rei); D. José, por sua vez, dera planos poderes ao Marquês de Pombal e seus sucessores

¹⁰ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores. 1985 p.304

¹¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Op.cit*, p.352

continuaram frente ao Estado – o visconde de Vila Nova de Cerveira, Martinho de Melo e Castro, Luís Pinto de Sousa Coutinho e Miguel Pereira Forjaz.

A permanência de tais secretários por longos períodos nos respectivos cargos pode ser explicada pela duração/continuismo dos governos. Houve, durante o século XVIII, certa estabilidade governativa. Esta foi caracterizada por três reinados extensos – D. Pedro II (1667-1706), D. João V (1706-1750) e D. José I (1750-1777) – que garantiram a continuidade das reformas ou mecanismos administrativos. Mas mesmo estes dependiam, também, “do caráter do soberano, da personalidade do ministro e, acima de tudo, das circunstâncias da época.”¹²

Martinho de Melo e Castro foi Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar entre 1770 e 1795, acumulando durante um breve período (9 de dezembro de 1785 a 1 de maio de 1786) o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Havia seguido um caminho conhecido entre a alta administração portuguesa: ocupara cargos diplomáticos no exterior, dentre eles o de representante da Corte em Londres, antes de retornar à Corte como ministro.

Eram funções da Secretaria da Marinha e do Ultramar os despachos relacionados às questões militares (armadas e frotas, passaportes de navios, provimento de postos militares e ofícios da marinha) e aos domínios ultramarinos. Eram também de sua competência as nomeações dos vice-reis, governadores e capitães-generais, além do provimento de postos pertencentes à justiça, fazenda, comércio e domínios eclesiásticos. A instalação da Secretaria de Estado da Marinha e

¹² MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores. 1985, p.347

do Ultramar absorveu encargos que até então eram de competência do Conselho Ultramarino, gerando em algumas ocasiões conflitos de jurisdição¹³.

Durante os 25 anos que ocupou o cargo de Secretário, Martinho de Melo e Castro “não foi um homem do seu tempo, mas mostrou-se coerente com a doutrina em que acreditava.”¹⁴ Participando da administração pombalina, ora apoiava, ora rejeitava-a, ora mantinha-se neutro¹⁵. Analisando sua política em relação à administração da Capitania de Minas Gerais, Virgínia Valadares aponta que “Melo e Castro não representou (...) a continuidade da política de Pombal; significou, sim, reação à política modernizadora do marquês.”¹⁶

Em relação à capitania de São Paulo, Martinho de Melo e Castro pareceu seguir algumas das diretrizes pombalinas. Responsável pela nomeação dos Governadores e Capitães-Generais, em 1775 escolhe para sucessor do Morgado de Mateus, indicado por Pombal, um militar de carreira, cujos serviços na fronteira contra os espanhóis seriam úteis para assegurar a defesa da região Sul.

Martim Lopes Lobo de Saldanha era um oficial do exército português que serviu em diferentes localidades do Alentejo, sempre próximo da Espanha. Em 1752 era Tenente de Infantaria do Regimento de Elvas, já tendo sido assistente em Campo Maior¹⁷. Em 1762 encontramo-lo recrutando soldados em Beja quando recebe ordem

¹³ MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: d. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006. p.10-12

¹⁴ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, 1770-1795*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.19

¹⁵ Idem, p.35

¹⁶ Idem, p.42

¹⁷ CASAMENTO. Elvas, 02 out. 1752. Arquivo Histórico Municipal de Elvas (Portugal), Processos de casamento, nº51.

de seguir para Tomar, onde é nomeado coronel do 2º Regimento de Olivença¹⁸. Nesse mesmo ano a Espanha invade Portugal, forçando a participação lusitana da Guerra dos Sete Anos.

A nomeação para Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo em 1774 é o passo seguinte na carreira de Lobo de Saldanha. Entre o fim da Guerra dos Sete Anos (1763) e a nomeação para o cargo no ultramar não foram encontradas outras menções. É possível que a indicação tenha sido resultado de suas relações pessoais. Durante a invasão espanhola, Saldanha serviu no exército português juntamente com o Marquês de Lavradio, comandante de Cascais, e Antônio Carlos Furtado de Mendonça, comandante do regimento de Olivença, posteriormente nomeados Vice-rei do Brasil e governador militar da Ilha de Santa Catarina, em 1775¹⁹, respectivamente (Tabela 1).

¹⁸ OFÍCIOS do Coronel Martim Lopes Lobo de Saldanha, do 2º Regimento de infantaria de Olivença, para D. Luís da Cunha. Tomar, jun. 1762. Arquivo Histórico Militar (Lisboa-Portugal)

¹⁹ SALES, Ernesto Augusto. *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1937..

de l'armée combinée de L. E. M. E. F. et Britannique en Portugal
sous les ordres de Son Altesse Monseigneur le Comte Regnant de Schaumbourg Lippe
Lieutenants Generaux: Mylord Loudoun, — General d'Infanterie: D. Joan de Lencastre, — General de Cavallerie: Marquis de Tancos, —
Prince de Mecklenburg, D. Louis de Portugal
Marcheaux de Camp: Manoel de Sousa Dantas, D. Vasco da Camara, Marg. d'Angeja, D. José Joachim de Miranda,
D. José Felix da Cunha, Conde de S. Diego e José Leite de Sousa

Este plano, que não tem data, deve ser de meados de Dezembro de 1762.
 Este mapa acha-se no tomo n.º 6216 da B. N. L.

Tabela 1

Juntamente com José Marcelino de Figueiredo, governador da Capitania do Rio Grande nos períodos de 1769-1771 e 1773-1780²⁰, esses homens tornaram-se responsáveis pela defesa da fronteira Sul contra os castelhanos. Ao nomeá-los para seus respectivos cargos, Martinho de Melo Castro demonstrava sua preocupação com a fronteira, escolhendo para os cargos de comando oficiais experientes em guerras contra os espanhóis, como Lavradio, Saldanha e Furtado de Mendonça, ou conhecedores da região como Marcelino de Figueiredo, que chegou ao Rio de Janeiro em 1765.

A política de defesa da fronteira adotada por Melo Castro revela, ainda que indiretamente, uma das medidas de Pombal: a valorização da terra como possibilidade de riqueza e a exploração de seus recursos naturais. A manutenção de pontos no litoral garantia a posterior internalização dos domínios: a ocupação e “fomento do comércio” no interior foi uma das diretrizes pombalinas mais fortes.

O Tratado de Madri e a política externa portuguesa no final do XVIII: neutralidade e tentativa de demarcação dos territórios

Os tratados políticos elaborados a partir do expansionismo europeu pretendiam evitar conflitos na posse das terras descobertas e garantir a soberania do Estado que as conquistassem. Diversos fatores contribuíram para a existência de espaços fronteiriços móveis e dinâmicos, de maneira que, não raro, a fronteira era definida por oposição ao outro, seja a presença indígena ou a concorrência europeia.

Durante todo o século XVIII, aconteceram guerras esporádicas contra a Espanha nos territórios limítrofes com a América Portuguesa. A Colônia de

²⁰ KÜHN, Fábio. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: VII JORNADA SETECENTISTA, 2007, Curitiba-UFPR. pp. 169-180

Sacramento, estabelecida no final do século XVII por portugueses na banda ocidental do Rio da Prata, defronte Buenos Aires, foi o ponto de discórdia nas negociações de demarcação de fronteiras.

A assinatura do Tratado de Madri, em janeiro de 1750, resultou dos esforços conjuntos entre os negociadores: o presidente do Conselho das Índias, Don José de Carvajal e Lencastre, pelo lado espanhol, e Thomás da Silva Telles, Visconde de Villa-Nova de Cerveira, embaixador luso em Madri. Extraoficialmente, o grande negociante no Tratado foi Alexandre de Gusmão, membro do Conselho Ultramarino: “Do lado de Portugal quem verdadeiramente entendeu tudo nesta negociação foi o célebre estadista brasileiro Alexandre de Gusmão”²¹.

Definindo as fronteiras de acordo com marcos geográficos naturais, como rios e montanhas, conseguiu-se integrar legalmente os atuais estados do centro-oeste, região de mineração no século XVIII, ao restante da colônia. Baseando-se no princípio do *uti possidetis*²², os portugueses firmaram um acordo em que “cada parte há de ficar com o que actualmente possui; á excepção das mutuas cessões”²³. Através dessa manobra, garantiu-se que as povoações ao oeste, além do meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, estavam em terras portuguesas

No mapa 1²⁴, vemos como a demarcação sugeria a indefinição do interior. O *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America*

²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil* [...] (Volume 2, 2. ed.) Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. p.883. Disponível em www.brasiliana.usp.br

²² Instituto do Direito Civil Romano que estabelecia a ocupação de um território como garantia de sua posse, de direito sobre este.

²³ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939 p.145

²⁴ *Parte da carta geographica que servia para ajustar o trabado de limites na America Meridional assignado em 13 de janeiro de 1750 entre as Corôas de Espanha e Portugal*. [Rio de Janeiro] : Lith. arch. militar, 1882. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.013,13,002

Nesse mesmo mapa, é possível visualizar as intenções portuguesas de extensão da fronteira sul até o limite natural do rio da Prata. A riqueza de detalhes desenhados do Rio Grande de São Pedro até o Cabo de Santa Maria demonstra o conhecimento da região – não apenas náutico, mas também de seu interior.

Mapa 1 verso

Analisando em detalhe, veremos como Cuiabá está posicionada fora da região do Chaco, deslocada de sua referência real no litoral. Em uma linha reta, a cidade estaria ligada à capitania da Bahia, muito acima do Trópico de Capricórnio representado no mapa. A cidade de São Paulo e suas vilas do interior, principal ligação com Cuiabá, não estão representadas, exceto pela Vila de Santos e São Sebastião.

A elaboração deste mapa, utilizado para demarcar limites nas negociações do Tratado de Madri, mostra a preocupação dos portugueses em assegurar suas possessões ao longo da costa do Atlântico e sua habilidade em manipular os limites do interior, de maneira a suavizar a penetração ao oeste empreendida pelos colonos nas décadas anteriores. A representação dos rios como elementos de topografia para limites seria o principal argumento para justificar a presença dos portugueses no interior da América. E como visto no mapa, rios podem ser representados fora de escala.

A aceitação de tais marcos topográficos constituiu a grande façanha das negociações do Tratado de Madri. Substituindo a linha de demarcação vagamente estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, os espanhóis reconheceram a violação *de facto* dos limites: até 1750, brasileiros, principalmente os paulistas, empurraram a fronteira continente adentro, à procura de ouro e mão de obra indígena. A definição pelos acidentes naturais ficou assim definida:

(...) que se assignarem os Limites dos dous Dominios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundão, nem dem occasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mas notaveis;²⁵

Enquanto acordo bilateral, Madri “foi o primeiro tratado negociado entre as potências ibéricas para delinear as fronteiras de seus territórios coloniais na América

²⁵ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939. p.145

do Sul em sua totalidade”²⁶. Em troca do reconhecimento do oeste, os portugueses concordaram em renunciar à Colônia do Sacramento e as terras ao norte no Estuário do Prata. Dessa forma, incorporaram as Sete Missões jesuíticas ao território luso, iniciando o processo de incorporação pela força dessas populações indígenas à sociedade.

Os artigos XIII à XXIII tratam especificamente da cessão de territórios entre as duas Coroas. Sobre a Colônia de Sacramento, o artigo XIII determina que:

Sua Magestade Fidelissima em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre á Corôa de Espanha a Colonia do Sacramento, e todo o seu Territorio adjacente a ella, na margem Septentrional do rio da Prata, até os Confins declarados no Artigo IV.²⁷

E sobre a região das Missões Jesuíticas, o artigo XIV estabelece que:

Sua Magestade Catholica em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre á Corôa de Portugal tudo o que por parte de Espanha se acha occupado (...) desde o Monte de Castilhos grande, e sua fralda Meridional, e Costa do Mar, até á Cabeceira, e origem principal do rio Ibicuí; e tambem cede todas e quaesquer Povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte de Espanha no ângulo de terras, comprehendido entre a margem septentrional do rio Ibicuí, e a Oriental do Uruguay, e os que possão ter-se fundado na margem Oriental do rio Pepiri, e a Aldea de Santa Rosa, e outra qualquer que se possa ter estabelecido por parte de Espanha na margem Oriental do rio Guaporé²⁸

As condições mútuas das entregas são estabelecidas nos artigos seguintes. Os moradores da Colônia de Sacramento poderão ficar na colônia ou ir para terras portuguesas, de posse de seus bens móveis. E nas povoações indígenas, “sahirão os Missionarios com todos os móveis e effeitos levando comsigo os Indios para os aldear em outras terras de Espanha;”²⁹ Entretanto, finalizando o artigo XVI, fica

²⁶ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.52

²⁷ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939. p.150

²⁸ Idem, p.151

²⁹ Idem, p.152

estabelecido que “os Índios de huma e outra parte terão a mesma liberdade para se hirem ou ficarem, do mesmo modo, e com as mesmas qualidades, que o hão de poder fazer os moradores daquela Praça.”³⁰

O Tratado acaba, assim, por deixar em aberto à questão da remoção das populações indígenas. Os missionários são forçados a abandonar as reduções, enquanto que ao gentio é facultado o direito de decidir sobre sua movimentação. Tal abertura no Tratado será a causa do conflito entre Jesuítas e as Coroas Ibéricas.

A troca da Colônia de Sacramento pelas Missões Jesuíticas fica definida no artigo XXIII:

Determinar-se-há entre as duas Magestade o dia em que se hão de fazer as mutuas entregas da Colonia do Sacramento com o Territorio adjacente, e das Terras e Povoações comprehendidas na cessão, que faz S.M.C. na margem Oriental do rio uruguay; o qual dia não passará do anno, depois que se firmar este Tratado.³¹

Quando o Marquês de Pombal assumiu a Secretaria dos Assuntos Exteriores e da Guerra, herdou a demarcação de fronteiras estabelecida pelo Tratado de Madri. Teve então que implementar os termos do tratado, particularmente no tocante às populações indígenas sob tutela dos jesuítas. Em um primeiro momento, as preocupações geopolíticas na América do Sul concentraram-se na questão da incorporação dos Sete Povos das Missões ao território português, resultando na chamada Guerra Guaranítica.

Para compor a comissão responsável pela demarcação e deslocamento das missões jesuíticas, Pombal indicou Gomes Freire de Andrada, Governador do Rio de Janeiro e das Capitanias do Sul, e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado,

³⁰ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939. p.152

³¹ Idem. p.155

nomeado Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão. Suas instruções eram claras: objetivavam o controle administrativo sobre a fronteira, retirando dos jesuítas tal prerrogativa.

A resistência por parte das populações indígenas em deslocar-se para o território português levou à constituição de uma força militar aliada entre Portugal e Espanha. Em 1756 os povos guaranis foram derrotados e obrigados a se removerem. E a entrega da praça da Colônia de Sacramento, item de troca pelas Missões quando da assinatura do Tratado de Madri, não foi efetuada.

Cerca de dez anos depois, a conjuntura se alterou sensivelmente: estavam mortos o Rei, Fernando VI; sua esposa, Dona Maria Bárbara de Bragança, filha de D. João V, uma das articuladoras do tratado e Don José de Carvajal e Lencastre, negociante espanhol na assinatura. Em 12 de fevereiro de 1761, no Palácio de El Pardo, o Tratado de Madri foi anulado. Em seu artigo I, definiu-se que

O sobredito Tratado de Limites da Asia e da America celebrado em Madrid a treze de Janeiro de mil setecentos e cinquenta, com todos os outros Tratados ou Convenções (...) se estipula agora que ficam e se dão, em virtude do presente Tratado, por cancellados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados;³²

Como consequência, nas palavras de Kenneth Maxwell, “a impossibilidade de decidir pacificamente a questão da fronteira levou a um período prolongado de guerra não declarada pela disputa da fronteira no Sul.”³³

Os acontecimentos da década de 1750 mudaram o cenário de equilíbrio entre os países europeus. A Guerra dos Sete Anos alterou as alianças diplomáticas entre as Coroas, forçando Portugal a sair da tradicional posição de neutralidade que mantinha

³² SOARES, José Carlos de Macedo. *Op.cit.* p.159

³³ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.55

até então. Em agosto de 1761, o Rei Bourbon Carlos III de Espanha assinou o Pacto de Família com a França, tornando a posição de Portugal cada vez mais precária, até a invasão do território português pelas tropas espanholas, no ano seguinte.

A Guerra dos Sete Anos e seus desdobramentos mostraram ao primeiro-ministro português que a conjuntura internacional havia mudado. Na segunda metade do século XVIII, “Pombal [se viu] envolvido num jogo complexo de muitos níveis de diplomacia (...) com todos os lados em busca de políticas em frentes diversas, ao mesmo tempo e muitas vezes com os mesmos parceiros.”³⁴

A invasão do território português por tropas espanholas mostrou ao Marquês de Pombal e seus secretários que haviam subestimado as possibilidades de envolvimento de Portugal no conflito. Para Maxwell, “a invasão espanhola de 1762 constituiu um sério desafio às premissas básicas sobre as quais, por uma década, o governo português assentara a sua política”³⁵. Obrigados a sair da posição de neutralidade, “a total insuficiência de preparo militar de Portugal requereu a assistência britânica para repelir a invasão.”³⁶ Assim, portugueses se viram forçados a recorrer à ajuda inglesa para expulsar os espanhóis de seu território, ao mesmo tempo em que se viam ameaçados no ultramar: com a revogação do Tratado de Madri, a posição da Colônia de Sacramento se tornou uma afronta à soberania espanhola no estuário do Rio da Prata.

Ambos os países ibéricos recorreram a tropas e oficiais estrangeiros para os combates. No conjunto, “a campanha peninsular de 1762 permaneceu em grande

³⁴ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 123

³⁵ Idem, p. 120

³⁶ Idem, ibidem.

parte como um espetáculo de importância secundária no fim da Guerra dos Sete Anos.”³⁷ O conflito entre Portugal e Espanha na Península reacendeu a disputa por territórios na América: paralelamente à invasão metropolitana, a Colônia de Sacramento voltou ao centro da discussão sobre demarcação de territórios.

Assinado a 10 de fevereiro de 1763, o Tratado de Paris determina a devolução da Praça de Sacramento para a Coroa Portuguesa, depois de ter sido tomada nas disputas entre colonos portugueses e espanhóis que se seguiram à declaração de guerra. Em seu artigo 2º, renova o Tratado do Pardo (12 de fevereiro de 1761) estabelecendo que

A respeito das collonias Portuguezas na America, Afri- ca, e Indias Orientaes; no cazo que nellas tenha havi- do alguma mudanca; todas as couzas serão restitui- das ao mesmo estado, em que estavam antes da pre- zente guerra; e á observancia dos Tractados, que/ precedentemente subsistião entre as Cortes de Hes- / panha, França, e Portugal³⁸

As mudanças no cenário internacional com a assinatura do Tratado de Paris limitaram o espaço de negociação de Pombal com seu aliado britânico. Ao mesmo tempo que limitava a atuação comercial inglesa com suas medidas de caráter mercantilista, Sebastião José percebeu, após a Guerra dos Sete Anos, a necessidade da aliança militar com os ingleses para assegurar suas possessões no ultramar.

Os termos do Tratado de Paris procuraram “restabelecer a posição *quo ante*, mas deixou espaço para interpretações do que havia sido estipulado”³⁹. Assim, a Espanha devolveu a Colônia de Sacramento, ocupada pouco tempo antes da assinatura do Tratado, mas estabeleceu um bloqueio que tornou a vida de seus

³⁷ Idem., p. 122

³⁸ Biblioteca da Ajuda, cota 54-XIII-16(153)

³⁹ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p. 134

habitantes muito difícil. E manteve a ocupação nas terras da região do Rio Grande, de grande interesse econômico devido à produção de couro e cereais.

A transferência da capital para o Rio de Janeiro foi a primeira medida para assegurar a defesa da região Sul, ameaçada pelos castelhanos. Com o fim da Guerra dos Sete Anos, Pombal procurou aumentar as defesas no Brasil, de maneira a evitar um ataque externo, como o que acontecera no território metropolitano. Assim, enviou para o Brasil oficiais estrangeiros que haviam participado nas campanhas da guerra ao lado do Conde de Lippe, e “dois dos aristocratas portugueses mais eficientes que haviam trabalhado com Graf Lippe”⁴⁰: o Morgado de Mateus e o Marquês do Lavradio.

A mudança do vice-reino para o Rio de Janeiro, e a nomeação de figuras aristocráticas importantes para alguns cargos refletem a preocupação de Pombal com a questão das fronteiras e seus planos para o Brasil – “o envolvimento de pessoas importantes da colônia nos órgãos administrativos e fiscais do governo local era característico das reformas de Pombal no Brasil.”

O Conde de Lippe e a reforma do exército português: o esforço de modernização militar a partir da Guerra dos Sete Anos

A invasão do território português por tropas espanholas “serviu para lembrar a dependência militar e política de Portugal em relação à Grã-Bretanha”⁴¹. Incapaz de defender-se com seus próprios recursos, Pombal solicitou aos ingleses que enviassem reforço militar para combater os espanhóis. O governo britânico enviou um militar de

⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.* p. 126

⁴¹ Idem, p. 120

boa reputação, oficial do exército prussiano: Wilhelm Graf von Schaumbourg-Lippe, conhecido como Conde de Lippe.

O marechal-general Conde de Schaumbourg-Lippe tinha 38 anos quando assumiu o controle do exército português⁴². A pedido do rei da Inglaterra, encarregou-se de comandar as tropas militares dos dois países contra a invasão espanhola em território luso. Terminados os combates, o Conde Lippe permaneceu no reino a pedido de Pombal, conduzindo uma reforma completa na estrutura militar portuguesa.

O Conde de Lippe teve dois períodos em território português: o primeiro, até setembro de 1764; o segundo de 16 de setembro de 1767 a 01 de março de 1768. Desembarcando em Lisboa em 03 de julho de 1762, logo dirigiu-se para Abrantes, quartel-general das forças portuguesas, tendo sido nomeado Marechal-General do exército português, comandante das tropas anglo-lusitanas na Guerra dos Sete Anos.

Entre o desembarque em 03 de julho e a chegada em Abrantes aos 20 do mesmo mês, é possível que tenha aproveitado “esses poucos dias em visitar todas as praças fronteiras do Alentejo para fazer ideia do seu valor defensivo, e da sua utilização em caso de necessidade.”⁴³ Parece que ao Conde de Lippe, a região mais provável de um ataque espanhol seria a fronteira Alentejana. Sendo assim, “de crer é que não teria deixado de visitar a praça de Elvas”⁴⁴.

A chamada “Guerra Fantástica” começou ao Norte, em Miranda do Douro, aos 24 dias do mês de Maio, tendo sido encerrada em 01 de dezembro de 1762, quando

⁴² *Alguns factos Militares Portuguezes do século XVIII pelo Gen. Palmeirim*. Lisboa, Typographia..., 1873. p.8

⁴³ SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op.Cit.*. p.12

⁴⁴ *Idem*, p.13

foi assinada a suspensão das hostilidades. Cerca de um mês antes, em 03 de novembro, já haviam sido firmadas as preliminares de paz, em Fontainebleau. A guerra foi encerrada com um acordo diplomático, tendo sido os enfrentamentos militares episódios isolados envolvendo mais as milícias locais que o exército propriamente dito.

Durante o período dos conflitos, as ações militares concentraram-se em Trás-os-Montes, nas cidades de Miranda, Bragança e Chaves, ao que se seguiu uma invasão da província da Beira. Porém, aos sinais de recuo do inimigo de Penamacor, acreditou o Conde de Lippe que este voltaria “a atacar penetrando no Alentejo”, e assim “redobrou a atenção na defesa de Elvas e das praças fronteiriças”⁴⁵. No entender do Conde, a praça de Elvas “era a mais importante do sul do país.”⁴⁶

A guarnição desse posto fronteiriço foi assunto por várias vezes discutido entre o Conde de Lippe e o Marquês de Pombal. Dada sua posição geográfica e a importância da praça para a defesa da fronteira, o Governo de Elvas era um cargo disputado por militares pertencentes à aristocracia, que por vezes faziam parte do exército português sem terem a necessária experiência militar.

Percebendo sua relevância, decidiu o Conde de Lippe indicar um militar de sua confiança para governador de Elvas. Sugeriu em primeiro lugar o brigadeiro Robert Clark, que pediu dispensa por conhecer a responsabilidade do cargo. Oferece-o em seguida ao Coronel Böhm, que também recusa. Em suma, “aqueles oficiais cuja competência e valor eram conhecidos geralmente, e em especial pelo comandante em

⁴⁵ SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op.Cit*, p.32

⁴⁶ Idem, p.40

chefe, apressavam-se a pedir escusa do governo da praça de Elvas.”⁴⁷ Paralelamente, os nobres se queixaram a Pombal por não serem pretendidos para tal cargo. Por fim, em 24 de outubro de 1762, foi nomeado o brigadeiro Robert Clark.

Os mapas 2⁴⁸ e 3⁴⁹ mostram a Praça de Elvas e suas fortificações em meados do século XVIII, antes da chegada do Conde de Lippe. Neles podemos ver como as muralhas delimitavam o perímetro da cidade e sua importância para a defesa da praça. A adaptação dos perímetros das muralhas fernandinas ao sistema abaluartado foram a “chave” da defesa do reino⁵⁰. A modernização das defesas foi a saída encontrada para reforçar o sistema defensivo: além de Elvas, Campo Maior, Olivença e Juromenha (consideradas de primeira linha) também receberam reforços em suas estruturas. Porém,

⁴⁷ SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op.Cit.*, p.43

⁴⁸ GEAEM/DIE (PT)

⁴⁹ GEAEM/DIE (PT)

⁵⁰ MONUMENTOS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nº28, dez. 2008. p.29

“desde logo se compreendeu que Olivença e Elvas tinham que ser de imediato fortificadas, pelo que foi feito um enorme investimento nestas duas praças”⁵¹.

O mapa 3 mostra também como a praça de Elvas, “embora tivesse grande importância militar, não era um grande cruzamento de estradas devido à enorme vulnerabilidade que os acessos teriam perante um ataque inimigo”⁵². No total, contabilizamos cinco caminhos a partir de Elvas, sendo dois desses comunicações transversais, um para o norte e outra para o sul ligando a praça a outras fortificações, e dois desses caminhos para o poente, de forma a garantir o socorro e apoio do interior em caso de ataque.

Foto 1: Fortificações de Elvas. Arquivo Pessoal. Março/2012

⁵¹ MONUMENTOS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nº28, dez. 2008, p.29

⁵² Idem, p.24

Foto 2: Aqueduto das Amoreiras e as Muralhas de Elvas vistos do Forte de Santa Luzia.Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 3: Fortificações de Elvas. Arquivo Pessoal. Março/2012

Quando chegou a Portugal, a primeira providência do Conde de Lippe foi inspecionar as tropas. Nas palavras de Ernesto Sales,

a eficiência do exército português era na realidade mais nominal que outra coisa: nominal o seu efetivo, o seu armamento, a sua instrução, a sua disciplina, e quase toda a oficialidade, como nominais eram também as guarnições, o artilhamento e o municiamento das praças do reino.⁵³

Na Infantaria⁵⁴, haviam sido criados três regimentos como desdobramento dos do Porto, Chaves e Bragança, além do próprio regimento do Porto e dois da Armada. Um total de 26 regimentos, compostos de 2 batalhões e 14 companhias por batalhão. Em cada companhia 55 homens, contabilizando 1540 praças em cada regimento. No total, a infantaria era composta de 40.040 praças. Desse montante, devia-se deduzir

⁵³ SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1937. p.49

⁵⁴ Os dados numéricos referentes ao exército foram retirados de SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op. cit.* pp.-55-64

13.860 praças dos 9 regimentos de fronteiras. Em resumo, a infantaria tinha disponível aproximadamente 27 mil homens.

A cavalaria era composta por 10 regimentos, de 10 companhias com 42 homens cada (a organização da cavalaria dispensava a subdivisão dos regimentos em batalhões). Em junho de 1762 foi criado um novo regimento, perfazendo um total de onze regimentos de cavalaria: quatro mil seiscientos e vinte praças. Tanto na cavalaria quanto infantaria, esses números referem-se às unidades tendo completos seus efetivos – o que dificilmente acontecia. Concretamente, “o comando não dispunha para as operações contra o inimigo senão um total de 14 a 15 mil homens.”⁵⁵

A partir de setembro de 1762 foram tomadas medidas de reorganização do exército: cada batalhão da infantaria é transformado em regimento independente, e em 30/09 foram nomeados os comandantes de cada regimento – um total de 47. O exército português tornou-se organizado de acordo com o organograma 1⁵⁶. Nele, vemos as relações entre militares que serão fortalecidas, rompidas ou acionadas futuramente. De certa forma, “todos os fidalgos que serviam no exército eram (...) mais ou menos parentes.”⁵⁷

Terminada a guerra, o Conde de Lippe se dedicou à reorganização das forças militares portuguesas. Em 18 de fevereiro de 1763 promulgou um Regulamento que versava sobre o exercício das tropas, os campos de instrução e o serviço militar. Nos anos seguintes, publicou uma série de resoluções sobre os recrutamentos e a organização do exército. Dessa forma, implantou em Portugal uma organização militar permanente, com um corpo de oficiais estruturado. Organizou, em suma, o

⁵⁵SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op. cit.*, p.55

⁵⁶Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Idem, p.75

exército português moderno. As *Instrucçoens geraes relativas a várias partes essenciaes do serviço diário para o exército de S. Magestade Fidelissima*...foram depois sempre anexadas aos regulamentos de cavalaria e infantaria que se fizeram.

Os regimentos passaram a ser divididos em 7 companhias, de 101 soldados cada – um efetivo total de 821 praças, incluindo estado maior e estado menor⁵⁸. No total, o efetivo foi reduzido, porém mantiveram-se os dois regimentos de Bragança e o do Porto, ao norte, o de Estremóz e os 2 de Olivença e 2 de Elvas. O Alentejo continuava “a única província em que a actividade militar era intensa pelo número de regimentos e de praças de guerra.”⁵⁹. Entretanto, as maiores alterações postas em prática pelo Conde de Lippe depois da Guerra foram relativas ao recrutamento. Promulgadas as *Instruções* e distribuídos os regulamentos para as tropas, ficou definida como critério para ascensão na carreira:

a doutrina da dignidade militar que sempre deve revestir o cargo de oficial do exército; seja ele fidalgo ou não, a sua nobreza provém da profissão das armas e não da antiguidade dos pergaminhos.

As resoluções posteriores ao Regulamento vão criar um sistema de recrutamento baseado na autoridade do capitão-mór: caberá a ele “as diligencias de alistarem, sortearem, e remetterem as ditas Recrutas aos seus respectivos Regimentos;”⁶⁰ Além das resoluções e do regulamento, serão publicados também alvarás reais cerceando a população masculina e obrigando-a a se alistar. Como, por exemplo, o de 15 de outubro de 1764⁶¹, que obriga ao sorteio os homens casados após a publicação do Regimento que quisessem usar o matrimônio como motivo para dispensa do serviço militar.

⁵⁸SALES, Ernesto Augusto Pereira.*Op. cit* , p.88

⁵⁹ Idem. p.50

⁶⁰ Arquivo Municipal de Estremóz. Fundo Câmara Municipal. PT-AMETZ/A – 18 / Leis e Ordens Régias

⁶¹ Idem.

Para efetuar o recrutamento de forma organizada, manteve-se a divisão regional do reino (Corte e Província de Estremadura, Província de Além-Tejo, Trás-os-Montes, etc) e estabeleceu-se a subdivisão em distritos. Cada regimento foi designado a um distrito, e este, por sua vez, podia ser composto de uma ou mais comarcas. O regimento do próprio Coronel Conde de Lippe, por exemplo, tinha por distritos a vila de Abrantes, Sardoal e a comarca de Thomar (esta por sua vez composta de 10 vilas).⁶²

Para organizar e facilitar a convocação, em 7 de julho de 1763 foi promulgado um alvará régio que ordenava a criação de um livro de registro, no qual eram listadas as pessoas empregadas “nos serviços desses corpos” para cada regimento. Tal alvará também foi seguido na colônia: os Corpos de Ordenança foram obrigados a criar os seus, uma vez que é desse terceiro escalão militar que poderiam convocados os soldados para as Tropas Auxiliares.

Contudo, as reformas do Conde de Lippe não se limitaram à reestruturação do exército português. Preocupado com a defesa do sul, “projectou e delineou a construção de um forte no alto denominado de Nossa Senhora da Graça”⁶³, próximo à praça de Elvas, a fim de torná-la mais defensável. As obras iniciaram-se ainda em julho de 1763, porém só foram encerradas em 1792.

O Forte de Lippe, como ficou conhecido, custou aos cofres reais a soma de 767 réis⁶⁴. Com a saída do engenheiro inicialmente responsável pela construção (Mr. Etienne), ficou

⁶²SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op. cit.* p.121

⁶³Idem, *ibidem*.

⁶⁴Idem, *ibidem*.

incumbido da direcção das obras o coronel Guilherme Luiz António de Valleré, que a elas presidiu até conclusão final, melhorando o primitivo projecto da autoria do próprio Conde de Lippe com modificações aconselhadas pela experiência no decurso da construção.⁶⁵

O Conde de Lippe e o Coronel Valleré haviam se conhecido quando da chegada daquele à Lisboa e sua visita à Fortaleza de São Julião da Barra. O Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, “é, sem dúvida, uma obra-prima militar e arquitectónica, talvez com poucos paralelos exactos no mundo, onde tudo foi pensado ao pormenor”⁶⁶.

Até mesmo sua localização é estratégica – o forte situa-se numa das poucas elevações da região:

A compartimentação do terreno no Alentejo não é muito marcada porque a maior parte da sua extensão é constituída por colinas de terrenos muito antigos, tendo a erosão aplanado as elevações e suavizado os vales

⁶⁵SALES, Ernesto Augusto Pereira. *Op. cit.* p.121.

⁶⁶ MONUMENTOS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nº28, dez. 2008 p.48

O mapa⁶⁷ mostra a localização do Forte de Lippe em relação à cidade: em comparação com o Forte de Santa Luzia, é visivelmente mais afastado. Nesse mapa, vemos como os territórios vazios ao redor das praças podem atuar como elemento geográfico favorável em caso de guerra. Os fortes e fortins garantiam não apenas a defesa da praça principal, mas também a manutenção de um raio de segurança ao redor das mesmas. As características topográficas do Alentejo faziam com que a província funcionasse “como um grande campo de batalha em que havia muitos locais para os exércitos dos séculos XVII e XVIII manobram e se confrontarem”⁶⁸.

Construído de acordo com o Primeiro Sistema Vauban, o Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas tornou-se parte do legado do Conde de Lippe. Foi sua contribuição arquitetônica à reforma promovida no exército português após a Guerra dos Sete Anos. No mapa 5⁶⁹ temos uma planta do forte com seus perfis desenhados. Nela, podemos perceber duas questões que nortearam a construção. Em primeiro lugar, teria que possuir grande capacidade defensiva, pois se tomado pelo inimigo representaria uma ameaça à cidade. Em segundo, o espaço disponível para a construção era limitado.

Assim, a otimização do espaço tornou-se prioridade: seu traçado caracteriza-se pela racionalidade/regularidade geométrica, o que permitiu economizar espaço e garantir a capacidade defensiva. A partir de uma planta quadrada no corpo principal do forte, foram dispostos um baluarte em cada vértice e uma coroa (ou corna) exterior que tornou a defesa mais profunda naquela direção (no acima citado mapa A3 vemos que esta coroa também está representada).

⁶⁷ GEAEM/DIE (PT)

⁶⁸ MONUMENTOS, n.º28 p.24

⁶⁹ GEAEM/DIE (PT)

Mapa 5 – GEAEM/DIE (PT)

Quanto à logística do armamento, os equipamentos “foram projectados para os subterrâneos do forte ou ficaram encostados aos terraplenos do corpo principal.”⁷⁰

Assim, o forte possuía cisternas que garantiam autonomia à guarnição por tempo considerável, constituindo seu interior um verdadeiro labirinto de túneis subterrâneos impossíveis de serem atingidos. Externamente, além das muralhas e baluartes, a única construção visível era a Casa do Governador.

⁷⁰ MONUMENTOS, n°28 p.64

Foto 4: Entrada principal do Forte da Graça. Arquivo Pessoal. Março/2012⁷¹.

⁷¹ Legenda da placa:

JOSEPHUS.I.AUGUSTUS.INVICTUS.PIUS./QUO.ADITUM.HOSTIBUS.IN.RELIQUAM.PROVINCIAM.IN
TERCLUDERET/CURANTIBUS.GLLIERMO.COMITE.LIPPIENSE.LUSITANORUM.MILITUM/IMPERAT
ORE.SUMMO.ET.SEBASTIANO.JOSEPHO.CARVALIO.MELIO/COMITE.OEYRENSI.MAGNO.CONSILIA
RIO.ATQUE.ADMINISTRO.HANC/A.FUNDAMENTIS.EXTRUXIT.OMNIQUE.PRAESIDIO.COMMUNIVI
T/NA.MDCCLXVI.

Tradução: José I, Augusto, Invicto, Pio, para impedir a entrada dos inimigos na província, sob a direção de
Guilherme, Conde de Lippe, Marechal-General do Exército Português, e de Sebastião José de Carvalho e Melo,
Conde de Oeiras, primeiro conselheiro e ministro, fundou este forte e o guarneceu completamente. Ano de 1766.

Foto 5: Aqueduto das Amoreiras visto do Forte de Nossa Senhora das Graças. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 6: Um dos vértices da planta e seu baluarte. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 7: as construções internas do Forte para abrigar munição e pessoal. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 8: Vista Exterior da Casa do Governador e entrada principal. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 9: Baluartes e fosso interno. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 10: No primeiro plano, Elvas e seu castelo, no segundo o Forte de Santa Luzia, vistos do Forte da Graça. Arquivo Pessoal. Março/2012

1.2 São Paulo na conjuntura do Império Português no final do séc. XVIII: ocupar e povoar as fronteiras

Na segunda metade do século XVIII, a colônia portuguesa na América concentrou esforços da política de centralização dos domínios e definição de fronteiras durante o consulado pombalino. Como parte das reformas relativas ao Ultramar empreendidas pelo então Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, a Capitania de São Paulo teve sua autonomia administrativa restaurada em 1765, depois de 17 anos submetida ao Rio de Janeiro. A instalação de governo nas terras paulistas e a nomeação dos Capitães Gerais marca um novo período na história da Capitania.

Na centralização política crescente da Coroa Portuguesa a partir de 1750, São Paulo recebeu um novo papel: unificar as ações militares. Como parte de um conjunto amplo de medidas, que incluíam fomentar o comércio e a agricultura de maneira a ocupar sistematicamente o território, os governadores foram encarregados da militarização da capitania para conter a belicosidade ao sul, e também realizar a extensão dos domínios à oeste.

Esse esforço de ocupação foi descrito por Vera Ferlini como “territorialização da fronteira”⁷². Após longos períodos de relativa autonomia, a capitania passou a ser integrada ao território da América Portuguesa, incumbida de sua defesa e domínio efetivo de novas áreas. A nomeação dos Capitães-Generais demonstrava legalmente a presença e os interesses régios.

⁷² FERLINI, Vera Lucia do Amaral. *Cartografia de uma história: exercícios cartomuseográficos e releituras cosmográficas – séculos XVI e XVII*. Anais do Museu Paulista (impresso), v.17, p.11, 2009.

Em um artigo publicado na revista *Geografia*, da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Caio Prado Jr. chamava atenção para “O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo” – título do próprio artigo. Segundo ele, os motivos do desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo estão ligados às questões de origem geográfica: o clima ameno, a localização privilegiada em terras altas e saudáveis e a presença de mão-obra indígena justificariam o estabelecimento de uma Vila serra acima.

O que chama atenção, no entanto, é a comparação do desenvolvimento paulista com as demais capitanias:

Tudo isto [terras altas, clima e mão-de-obra indígena] se combina para que a pressão colonizadora, em direção ao interior, se exerça com mais intensidade nesta parte do litoral brasileiro. A ocupação do planalto paulista se inicia e desenvolve muito cedo, ao contrário de outras regiões do país.⁷³

Prado Jr. demonstra que a ocupação do interior fez parte da dinâmica constitutiva da Capitania de São Paulo. Por situar-se na faixa mais estreita do litoral e limitado pela Serra do Mar – “Na altura de São Vicente e Santos, o mar não dista da base da serra senão 15 quilômetros⁷⁴” – os colonos se viram forçados a vencer o obstáculo natural que esta representava e estabelecerem-se no planalto. Nas palavras do autor,

Existe, portanto, desde o início da colonização paulista, um nítido deslocamento de seu centro, do litoral, onde teve começo, para o planalto. Isto constitui o primeiro fator que vai influir na constituição e desenvolvimento, no planalto, do maior núcleo da capitania e de todo o sul da colônia. E este seria São Paulo.⁷⁵

⁷³ PRADO JR., Caio. “O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”. In: *Evolução Política do Brasil e outros estudos*,. São Paulo: Brasiliense, 1977. [10ª ed] p.94

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ Idem, p.95

Sobre a ligação que São Paulo efetua entre o litoral e o interior, Alice Canabrava reforça: “a capital paulistana, aliás toda a capitania, está voltada para dentro, articulada para o interior, de onde emanam as correntes de sua riqueza.”⁷⁶

Segundo Maria Thereza Petrone, no final do século XVIII, a agricultura comercial de São Paulo encontrava-se em expansão⁷⁷. Esse crescimento da lavoura tipo exportação pode ser analisado tendo em vista as diretrizes econômicas e políticas de Portugal durante o ministério de Sebastião José de Mello .

O crescimento da agricultura é percebido na diversificação das exportações. Nas Balanças de Comércio do Reino, São Paulo aparece como produtor e exportador de vários produtos, sendo a cana-de-açúcar o de maior vulto. O incremento da produção agrícola relaciona-se à expansão da lavoura canavieira para o interior paulista. Em 1798, somavam-se 483 engenhos na região. No ano seguinte, foram contabilizados 574. Conforme Thereza Petrone, “o crescimento da produção, principalmente do açúcar deve-se ao aumento da área cultivada e da população agrícola, mas muito pouco ao aperfeiçoamento dos métodos de cultivo.”⁷⁸

Paralelamente ao incremento agrícola, fez-se necessária a melhoria dos caminhos e dos meios de transporte para escoar a produção. Em seu trabalho sobre a Calçada do Lorena, Denise Mendes mostra como a obra de pavimentação do caminho entre São Paulo e Santos, conhecida por “Calçada do Lorena” por ter sido executada durante o governo do capitão-general Bernardo José de Lorena, facilitou o

⁷⁶ CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1765. In: *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Edunesp e Hucitec, 2005, p.200

⁷⁷ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difel, 1968. p.18. A autora apresenta o aumento do número de engenhos como demonstrativo da expansão e a última década como consolidação da vocação paulista para a agricultura.

⁷⁸ Idem, p.23

trânsito dos produtos do planalto para o litoral, ao mesmo tempo que transformou Santos no principal porto da capitania⁷⁹.

Como mostra Maria Lucília Viveiros de Araújo⁸⁰, São Paulo constituiu-se enquanto cidade no entroncamento de caminhos. Na segunda metade do século XVIII, a vila funcionava como entreposto comercial das tropas de muares vindas do sul e do caminho para as minas de ouro, além da ligação com o litoral através do citado caminho pela Serra do Mar. O desenvolvimento econômico da capitania dependia tanto do sucesso da produção para exportação quanto da capacidade de escoamento dessa produção para a Europa. Nesse sentido, Denise Mendes afirma:

a Calçada pode ser analisada não apenas como um marco na técnica de construção dos caminhos na Serra do Mar, mas, fundamentalmente, como um símbolo da transformação econômica da capitania de São Paulo⁸¹.

A inserção de São Paulo na estrutura agroexportadora tornou-se possível a partir da restauração da autonomia administrativa. Com ela, a Capitania ganhou importância política e econômica. Para Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, “a implantação bem sucedida da produção de açúcar de qualidade para exportação em São Paulo na parte final do século XVIII foi a força propulsora que finalmente alçou a economia paulista a um novo patamar de complexidade e orientação para o mercado externo”⁸². A restauração do governo, de um lado, atendia aos interesses da Coroa de defesa geopolítica, reativação da economia do planalto paulista e centralização político-administrativa. Por outro, colocava São Paulo como lugar

⁷⁹ MENDES, Denise. “São Paulo no Século XVIII e a Calçada do Lorena – Um Caminho de Tropeiros na Serra do Mar”. In: DEAECTO, Marisa Midori [et.al.] (organizadores) *São Paulo: espaço e história*. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

⁸⁰ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. *Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Editora Hucitec: FAPESP, 2006.

⁸¹ MENDES, Denise. *Op.Cit.*

⁸² LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: EDUSP, 2005. p.50

central para a organização das tropas na ofensiva contra os espanhóis ao sul⁸³. Ou seja, a questão da economia esteve, desde o início, ligada a questões militares e territoriais do Sul do território.

O cargo de Governador da Capitania de São Paulo, em finais do século XVIII não era dos mais disputados. Em uma escala de importância, ficaria à frente apenas das capitanias da fronteira extremo-sul – Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina. Entretanto, sua localização geográfica e importância política faziam do ocupante figura central na definição das fronteiras e no desenvolvimento agrícola do interior da colônia. Dentro da política pombalina, a capitania assumiu um duplo papel: participação efetiva no combate aos castelhanos no Sul, e geração de rendas à Coroa através da exportação de seus produtos agrícolas.

Nomeado por carta-patente de 17 de janeiro de 1765, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, 4º Morgado de Mateus, assumiu a capitania de São Paulo com a missão de “restaurá-la”. Depois de 17 anos sem autonomia, a capitania voltava a ter um governador próprio, “cioso do cumprimento de suas Instruções de Governo”⁸⁴. O conflito entre o governador e as elites locais, e os desajustes entre as ordens reais e sua aplicação foram a tônica do estudo de Heloísa Bellotto sobre o primeiro Governador e Capitão-General de São Paulo no período pós-restauração.

Segundo Bellotto, houve dois momentos na gestão do Morgado de Mateus: no primeiro, o governador contava com a aprovação da Metrópole para suas ações. No segundo, “a administração de São Paulo parecia ter adquirido rumos não

⁸³ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Alameda, 2007. p.91

⁸⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op.cit.*, p.10

condizentes com os desígnios superiores”⁸⁵. Em seu estudo sobre o Marquês do Lavradio, Dauril Alden dedica um capítulo às relações entre o Vice-Rei e o capitão-general de São Paulo⁸⁶, mostrando que os desentendimentos entre eles surgiram a partir do agravamento das hostilidades no território do Rio Grande – o Morgado de Mateus insistia na ocupação do oeste, enquanto que Lavradio demandava homens para o Sul.

A grande preocupação da metrópole no final do século XVIII era garantir a manutenção dos espaços conquistados até a assinatura do Tratado de Madri. Nesse sentido, tanto “Iguatemi como Sacramento estão associados à idéia de extensão, de grandiosidade”⁸⁷ do império. E enquanto foi possível, a Coroa portuguesa tentou a manutenção das duas frentes de expansão.

A questão da ocupação e defesa do território foi desde o começo uma das preocupações de D. Luis. A chamada “diversão pelo oeste”, empreendida pelo governador, revelou-se um plano de ocupação do extremo oeste com o objetivo de barrar a entrada dos castelhanos em caso de uma ofensiva pelo Paraguai. A Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi teria sido então “uma experiência oficial de povoamento (...) que conseguiu atrair centenas de pessoas da capitania de São Paulo, com promessa de doação de terras.”⁸⁸

A fundação do Iguatemi esteve ligada a dois objetivos do governo do Morgado de Mateus: reunir a população em vilas e povoados, de maneira a fixá-la, facilitando

⁸⁵ Idem, p.12

⁸⁶ “Relations with Governors and Captains General: Lavradio versus Luís Antonio de Sousa”, In: ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*: Berkeley: University of California Press, 1968.

⁸⁷ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

p.16

⁸⁸ KOK, Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004. p.16

sua convocação para o real serviço, e garantir a ocupação da fronteira do Paraguai com as terras do Mato Grosso, por onde o governador acreditava que os espanhóis poderiam invadir o Brasil.

Desenhando-se simultaneamente como local de defesa e de conquista, de povoamento e de depósito da população miserável, o plano de ocupação da fronteira de Iguatemi, posto em prática a partir de 1766, demonstrou ignorar totalmente as imposições da natureza e da geografia daquelas paragens (...) os povoadores vivam no isolamento e sofriam, em seu cotidiano, completo descaso do governo, agravado pelas recorrentes epidemias.⁸⁹

O mapa 6⁹⁰ (sequência de 19 fólios) mostra o caminho percorrido entre São Paulo e a praça do Iguatemi. Elaborado pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em aproximadamente 1775, é o registro cartográfico do caminho percorrido pela expedição comandada pelo mesmo brigadeiro⁹¹, enviada ao presídio pelo Capitão General Morgado de Mateus em 03 de outubro de 1774⁹². Nele, podemos ver como o caminho entre as duas localidades passava por uma série de vilas e povoados no interior, sempre margeando os rios.

No mapa, é possível ler os locais de parada da expedição – em cada fólio, o brigadeiro assinala “Pouzo de” seguido da data. São marcados também os acidentes geográficos ao longo do percurso, tais como “caxoeira”, “cerras”, “salto”, “brejal” e “Tupia, ou redemoinho”. Dessa forma, junto com o diário, é possível acompanhar visualmente o caminho entre a capital e a fortaleza do Iguatemi, um trajeto de mais de 200 léguas que levava cerca de 52 dias para ser completado.

⁸⁹ KOK, Glória Porto. *Op.cit.*. p.194

⁹⁰ FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Iguatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

⁹¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D. 2692.

DIÁRIO da viagem do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemi.

⁹² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D. 2708

A partir da análise desse mapa torna-se possível refletir sobre o processo de ocupação do interior em direção ao oeste. Instalada a povoação e enviados para lá seus habitantes, tornou-se necessário garantir ao longo do caminho paragens que assegurassem a viagem até a fronteira. A criação de vilas e povoados ao longo do caminho era, de certa forma, decorrência da necessidade de abastecimento das expedições ao Iguatemi.

Mapa 6.1 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.2 -- FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

74

Mapa 6.6 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.7 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.8 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.9 - FARIA, José Custódio de Sá e. Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.10 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.11 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.12 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.14 - FARIA, José Custódio de Sá e. Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.15 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.16 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.18 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Mapa 6.19 - FARIA, José Custódio de Sá e. *Configuração dos rios Tieté, Paraná, Igatemi*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Cartografia, ARC.025,01,031

Ao contabilizar os falecimentos entre janeiro e julho de 1775, José Custódio aponta a precariedade com que viviam os moradores do Iguatemi, e qual a sua grande preocupação:

Esta Tropa, e Povo vivem consternados, e a
minha mayor vigilancia hé nas dezerçoens, pois todos são
propensos
a ellas pelo desgosto, com que aqui existem⁹³

Ao todo, foram enviados para o Iguatemi mil duzentos e vinte e sete povoadores, entre homens, mulheres e crianças, mulatos e negros em sua maioria⁹⁴. No corpo militar, 43 soldados, um tenente, um capitão e um almoxarife⁹⁵. Outra parcela significativa dos habitantes eram os “criminozos e vagabundos” que cumpriam como pena “viver naquellas Fronteiras”⁹⁶. Foi com tal justificativa que Martim Lopes Lobo de Saldanha, mesmo considerando o Iguatemi “huma sepultura aberta dos honrados Paulistas e da Fazenda Real desta Capitania”, continuou a enviar gente, pois tinha “as Cadeyas cheyas de insolentes”⁹⁷. Em síntese,

a história da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi é emblemática do ‘viver na colônia’. Por um lado, ilumina os desajustes entre os interesses metropolitanos e a experiência dos colonos, e, por outro, a descontinuidade da Coroa lusa e do governo da capitania de São Paulo.⁹⁸

A crescente militarização dos castelhanos na região do Rio da Prata induziu a Metrópole a considerar a São Paulo como frente de defesa⁹⁹. Portanto, além do interesse em desenvolver a economia e o comércio da província, como mostram as balanças de comércio e as medidas de fomento à agricultura mencionadas

⁹³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D. 2708

⁹⁴ *Documentos Interessantes*, Vol. VI, p.141

⁹⁵ KOK, Glória Porto. *Op. cit.* p.203

⁹⁶ *Documentos Interessantes*, Vol. IX, p.37

⁹⁷ *Documentos Interessantes*, Vol. LXXVI, p.129

⁹⁸ KOK, Glória Porto. *Op. cit.* p.194

⁹⁹ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op.cit.* p.327

anteriormente, a defesa e reconquista do Sul também era uma grande preocupação metropolitana.

Para garantir que as tropas pudessem chegar à Santa Catarina e ao Rio Grande de São Pedro, em 1766 o Morgado de Mateus ordenou o estabelecimento de uma povoação “na paragem chamada das Lajes, no sertão de Curitiba, [onde] havia terras suficientes”¹⁰⁰. A vila de Lajes seria um ponto de ocupação entre Curitiba e Viamão, facilitando o trânsito terrestre entre os dois pontos, fornecendo água, víveres e mantimentos, ao mesmo tempo em que promoveria “a congregação (...) dos vadios e dispersos, ou dos que vivessem em sítios volantes.”¹⁰¹

A disputa com Viamão para estabelecer a vila arrefeceu com a chegada do novo governador: Lobo de Saldanha “logo tomou a medida de não deixar passar pelas Lajes quem quer que dela fosse que, sem clareza ou licença legitimada (...) por lá pretendesse fazer caminho.”¹⁰² A partir de 8 de dezembro de 1775, Saldanha começou a enviar as tropas, por destacamentos, para o Sul, e em fins de janeiro expediu a cavalaria. O controle dos registros e das passagens se tornou ainda mais rigoroso.

O conhecimento dos trânsitos entre São Paulo e as duas possíveis frentes de ataque dos castelhanos levou o Morgado de Mateus a elaborar uma série de mapas intitulada *Cartas Topograficas do Continente do Sul e Parte Meridional da America Portuguesa* (Mapa 7¹⁰³). Trata-se de uma compilação de mapas, alguns produzidos

¹⁰⁰ COSTA, Mário. Os Governadores de São Paulo e o Sertão das Lajes (1766-1783). In: *Brasilia*, vol. IX. Coimbra: 1955. p.313

¹⁰¹ Idem, p. 317

¹⁰² Idem, p.322

¹⁰³ *Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

antes de seu governo, que serviram para orientar suas ações militares. Neles, estão demonstradas[sic] a Ilha de Santa Catarina, a região de Viamão, a fortaleza do Iguatemy e suas imediações, além da localização das Missões jesuíticas e o esforço empreendido para sua realocação em território português.

Mapa 7.1 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009

Index das Plantas q̃ aqui se achão

	38.
Exemplo Topografico da Ilha de S. ^{ta} Catharina e sua Provincia	1.
Demonstração do Rio Tyte, des de Aritaguaba the o Parana	2.
Demonstração do Rio Iguatemy, e seu Territorio	3.
Demonstração da Fortaleza, e Praça dos Prazeres em Iguatemy	4.
Demonstração do Estreito de S. Fran. ^{co} N.ão em Paraguay	5.
Demonstração das Campanhas de Guarapuava	6.
Campamento do Exercito do Ex. ^{mo} Conde de Bobadella	7.
+ Batalha de Passo do Rio Jacuhy	8. <i>Parti</i>
+ Ordem de Batalha do Dia 10 de Fevr. ^o de 1755	9. <i>Parti</i>
+ Demonstração do Ataque do d. ^o Dia	10. <i>Parti</i>
Planta da Missão de S. Miguel	11.
Exemplo Geografico da Villa de Rio Grande	12.
Detalhe do Ataque da d. ^a Villa de Rio Grande	13.
Prospecto da Villa de Santos	14.
Fortaleza que Dom Luis mandou fazer na Traya do Soes.	15.
Fortaleza da Portioga	16.
Obra da Estacada que D. Luis mandou fazer na Portioga	17.
Reduto que D. Luis mandou fazer na Barra de Santos	18.
Obras Novas de Fortalezas na Barra de Santos	19.
Descuberto que se fez na Expedição de Estevão Ribeiro Mayão	20.
Rio, e Villa da Condição de Franhaem	21.

Mapa 7.2 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Continua o Index.

<i>Demonstração das Lagoas de Viamão</i>	22.
<i>Outra demonstração da Prov.^a de Viamão</i>	23.
<i>Demonstração do Ataque dos Inglezes em Havana</i>	24.

Mapa 7.3 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.5– Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.6— Cartas topográficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.7– Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.8– Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.10 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.12– Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.14 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.15– Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.16- – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.18 — Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.19 - Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.20- Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.21 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoes do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional,manuscritos, 049,05,009

Mapa 7.23 – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

Mapa 7.25 - – Cartas topograficas do Continente do Sul e parte Meridional da America Portuguesa [Cartográfico] com as batalhas que o Illmo. e Exmo. Conde de bobadella ganhou aos indios das missoens do Paraguay .Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Manuscritos, 049,05,009.

A análise dos mapas mencionados evidencia as intenções lusitanas de ocupação do território ao sul da colônia, e suas tentativas de interiorização e demarcação de limites. Tal processo, denominado por Vera Ferlini de “territorialização da fronteira”, transfere indiretamente a fronteira não ocupada e parcialmente indefinida, para o Sul da América Portuguesa. São Paulo se transforma então de uma capitania secundária em responsável pela defesa das possessões sulistas.

1.3 Lobo de Saldanha: a questão da fronteira Sul

Dentre as medidas tomadas por Pombal para assegurar o domínio e a posse de territórios na colônia, “a contínua e não-declarada guerra no Sul (...) é que iria ter o impacto mais imediato nas políticas de reforma de Pombal no Brasil.”¹⁰⁴ Com os desdobramentos dos Tratados de Madri (1750) e sua revisão no Tratado de Paris (1763), Pombal estimulou a criação e manutenção de um corpo militar residente na colônia, capaz de defendê-la em uma situação de conflito real, uma vez que as forças metropolitanas não eram suficientes para tal.

Na visão pombalina, a conquista e a ocupação dos territórios do Rio Grande eram fundamentais para proteger os territórios coloniais da ambição espanhola. Paralelamente, a manutenção da Colônia de Sacramento tornou-se difícil e dispendiosa. Assim, concentraram-se esforços em garantir a posse dos territórios ao Sul, em detrimento da praça-forte localizada defronte Buenos Aires.

¹⁰⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*.p. 134.

Os mapas 8¹⁰⁵ e 9¹⁰⁶ demonstram o interesse em conhecer a região, resultando em uma cartográfica bastante acurada. A “Demonstração da costa desde o Cabo de Santa Maria até o Rio Grande” aponta a distância entre Maldonado, ocupação castelhana, a Logoa Merim[sic] e a Ilha de Martim Afonço[sic]. O mapa aponta, inclusive, dois possíveis ancoradouros.

O “Mappa do Rio Grande” mostra as construções destinadas à defesa existentes na Vila: Quarteis, Corpo da Guarda, Caza[sic] da Polvora, e até mesmo a Estacada e a Fortificação[sic] do Porto. Sua existência denota o permanente estado de tensão na região e a necessidade de guarnecer a fronteira. Como veremos adiante, a tomada desses territórios pelos castelhanos significava uma quebra nas pretensões lusitanas de ocupação da fronteira Sul.

Os conflitos na região Sul intensificaram-se com as sucessivas tentativas de demarcação consequentes do Tratado de Madri. Poder-se-ia afirmar que a disputa por territórios na fronteira meridional era uma questão em aberto para as coroas ibéricas – “as batalhas pela recuperação territorial lusa (...) durante os anos 1770 foram apenas mais um capítulo da longa série de guerras que testemunharam aqueles campos.”¹⁰⁷

¹⁰⁵ GEAEM-DIE(PT)

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ HAMEISTER, Martha Daisson e GIL, Tiago Luís. “Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.290

Durante o século XVIII, a fronteira do extremo-sul foi possivelmente a mais conflituosa na América lusa. Os sucessivos embates entre portugueses e espanhóis, iniciados em 1762, fizeram parte do cotidiano da população estabelecida naquela região. Parte significativa dos chefes de família possuía patentes militares, um indicativo da dependência da Coroa em relação às elites locais para manutenção desses territórios¹⁰⁸.

O ataque do governador de Buenos Aires à Colônia de Sacramento deu início às hostilidades. Em 1763 os castelhanos tomaram a Vila do Rio Grande, interrompendo a sequência de conquistas devido ao Tratado de Paris. Seguiu-se um período de 10 anos, em que os portugueses fizeram algumas tentativas, pouco exitosas, de recuperar territórios. Somente em 1776, 13 anos após o reinício dos conflitos, os portugueses conseguiram se assenhorear da Vila do Rio Grande e estabelecer, definitivamente, suas possessões na fronteira sul.

Os recrutamentos e a crescente militarização da capitania

Para reforçar a presença militar nas colônias americanas, o Marquês de Pombal enviou para o ultramar alguns oficiais que tinham servido ao lado do Conde de Lipe, entre eles o general Johann Heirich Böhm, constante na documentação como João Henrique de Böhm, e o perito em fortificações Jacques Funk, que se tornaram Chefe do estado-maior e chefe de engenharia e artilharia, respectivamente.

Ao coronel João Henrique de Böhm cabia a missão de “disciplinar” a tropa, preparando-a para o combate. A disciplina dos corpos militares era uma questão

¹⁰⁸HAMEISTER, Martha Daisson e GIL, Tiago Luís. *Op.cit.*, p.291-292

importante para o governador de São Paulo, Lobo de Saldanha. Em seus ofícios aos superiores, essa preocupação é explícita.

Junto com os oficiais estrangeiros, a guarnição na colônia foi reforçada com “três dos melhores regimentos portugueses”¹⁰⁹: Maura, Bragança e Estremoz. Geograficamente, um regimento central, outro ao norte e um do Alentejo. Este último era, por sua vez, o regimento no qual o governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha havia feito carreira militar.

Martim Lopes Lobo de Saldanha chegou à colônia com uma Carta-Patente¹¹⁰ distinta da de seu antecessor, demonstrando uma estratégia maior da Coroa para solucionar o estado de guerra latente no Sul. Recebeu ordens que justificam o arregimento de tropas e a formação de uma infraestrutura econômico-militar nas regiões fronteiriças.

Para consegui-lo, enfrentou revoltas da população contra o recrutamento. Para formar o “Exército do Sul”, como ficaram conhecidas as tropas para lá mandadas pela Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha utilizou todas as prerrogativas e poderes a ele concedidos em sua Carta-Patente. Essa disposição em arregimentar tropas, seja por que meios fosse, lhe rendeu na historiografia as alcunhas de “injusto” e “prepotente”, sendo considerado “absolutista”¹¹¹ por empregar a violência no recrutamento.

Em 1772 o Morgado de Mateus alistou, entre tropas pagas e auxiliares, 6.898 paulistas. A população, de acordo com o levantamento daquele ano, era de 38.009

¹⁰⁹ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p. 126

¹¹⁰ *Documentos Interessantes*, Volume XLIII, p. 59.

¹¹¹ TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1951. Vol.II. p.32

habitantes – 18,14% dos homens produtivos estavam convocados para a guerra. Martim Lopes Lobo de Saldanha elevou o número para 20,58% da população – ou 7.825 soldados¹¹².

Para conseguir aumentar o número de soldados, os governadores alteraram a estrutura da hierarquia militar. Assim como na metrópole, foram criadas nas capitanias regimentos auxiliares de cavalaria e infantaria. E para consolidar a posição que tais corpos militares poderiam ter, “os magnatas locais foram também encorajados a assumir postos de liderança na instituição militar colonial.”¹¹³

Até 1766, todos os homens em condições de pegar em armas em caso de guerra, quando já não eram militares, eram arrolados como Voluntários pelos senhores locais, tendo cada Regimento de Voluntários seu Capitão-Mor, que passou a receber por essa função privilégios econômicos e títulos aristocráticos. Desse corpo amorfo, composto de quase toda a população masculina em idade de serviço militar, eram convocados os soldados para a Tropa de Auxiliares.

Com o Morgado de Mateus, os Voluntários foram transformados em Auxiliares. Os cargos de sargento-mor e seus ajudantes passaram a ser preenchidos por oficiais do exército e não mais pelos senhores locais. Com Saldanha, os auxiliares foram incorporados às tropas pagas, já que era urgente a necessidade de tropas e recursos para o Rio Grande¹¹⁴. Por fim, os governadores passaram a designar um oficial responsável pelo recrutamento, o que configurou a perda do controle dos senhores locais sobre a população livre pobre.

¹¹² PEREGALLI, Enrique. *Op.cit.*, p.16

¹¹³ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p. 132

¹¹⁴ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit.*, p.17

Nessa nova hierarquização, “houve um incentivo direcionado para o oficialato, porque era a única porta deixada aberta não só para obter fidalguia como para ter acesso ao poder local.”¹¹⁵ A carreira militar significava poder também para o comerciante, mas em uma via dupla: proteção contra as arbitrariedades dos senhores locais, agora que tinham poder de recrutamento da população, e possibilidade de enriquecer no fornecimento às tropas – o exército devia ser alimentado, fardado, armado e transportado até a fronteira.

A mudança no sistema de recrutamento alterou a dinâmica na capitania. Logo no começo, o Morgado de Mateus percebeu “a contradição entre fazer a guerra para manter o império e relevar a necessidade da paz para incentivar a produção de produtos exportáveis, que também favoreceriam a metrópole.” O mesmo contingente populacional mobilizado para a guerra, deveria ser incentivado à produção agrícola, o que se provou inconciliável. E nessa disputa, as deserções tornaram-se uma constante, já que as condições no exército eram extremamente precárias. Em síntese,

os recrutamentos destinavam-se a fornecer homens e a requisitar recursos, a fim de formar e sustentar os exércitos coloniais na fronteira luso-espanhola, visando dar instrumentos para a ocupação territorial.¹¹⁶

Reagindo às constantes deserções, as autoridades coloniais utilizavam poder e coerção para o recrutamento: ao chegar em São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha ordenou que as fronteiras fossem fechadas “para evitar as fugas que constantemente costumam fazer os indivíduos desta Capitania para fugirem ao Real Serviço de Sua Magestade”¹¹⁷. Dentre os exemplos de resistência, chama atenção o da vila de Ubatuba, que coletivamente opôs-se ao recrutamento. Nesse caso, a

¹¹⁵ Idem, *ibidem*.

¹¹⁶ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit*, p.23

¹¹⁷ *Documentos Interessantes*, V. 74, p.11

insubordinação foi severamente punida pelo governador¹¹⁸. As ordens de recrutamento e punições foram assumindo um tom ameaçador à medida que as resistências e deserções se tornaram mais frequentes.

Dentre as mudanças no sistema de recrutamento, uma delas foi a utilização de oficiais das Tropas Auxiliares para arregimentar soldados. Dessa forma, era retirada uma parcela de poder dos senhores locais e transferida aos ocupantes de cargos militares de carreira – o que, em alguns casos, gerou abusos por parte dos oficiais. Por não serem claros os limites de sua jurisdição, alguns militares acabaram por extrapolar o exercício da função, o que contribuiu ainda mais para a revolta da população contra o recrutamento¹¹⁹.

O recrutamento foi um dos aspectos que passou por mudanças durante os sucessivos governos da Capitania de São Paulo. Já as alterações na estrutura militar, em sua hierarquia propriamente dita, foram efetuadas de acordo com a necessidade de cada governador¹²⁰. Assim, Gomes Freire de Andrade estabeleceu o Regimento de Voluntários de São Paulo, e formou a partir dele o corpo de “aventureiros paulistas”, e as quatro companhias de aventureiros (240 homens) que posteriormente foram enviadas para Laguna.

O Morgado de Mateus, ao mesmo tempo em que organizou as chamadas Companhias de Ordenança, reestruturou as Companhias de Auxiliares da Capitania. Dessa forma, a partir da restauração administrativa, São Paulo passou a contar com

¹¹⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2719

¹¹⁹ LEONZO, Nanci. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias*. Tese (doutorado). FFLCH: São Paulo, 1979. p.15

¹²⁰ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit.*, p.65

três níveis de tropas militares (em ordem crescente de hierarquia): as Tropas de Ordenança, as Tropas Auxiliares, e as Tropas Pagas (ou Tropa Regular).

A Tropa Regular era formada pelo Regimento de Infantaria de Santos, composto de seis companhias, que logo foi enviado para o socorro do Sul. As Tropas Auxiliares eram formadas a partir da listagem das Tropas de Ordenança, e apenas seus oficiais eram pagos. Em 1765 foi feito o primeiro levantamento populacional da Capitania, o que permitiu que dois anos depois o Morgado de Mateus arrolasse 4.004 homens nas tropas auxiliares¹²¹.

Para incentivar a adesão dos paulistas às tropas auxiliares, foram concedidos privilégios que não existiam no reino: “todos os oficiais poderiam fardar-se e usar cairéis de ouro e prata” e “os oficiais de alferes até coronel seriam despachados como tropas pagas, com hábitos e tenças”. Em outras palavras, “todas as honras, distinções e promessas aos paulistas vinham para incentivá-los e compensar a falta de soldo”¹²².

A importância das Tropas de Ordenança, e principalmente das Tropas de Auxiliares, foi definida pelo Marquês de Pombal em suas instruções aos Capitães-Generais de São Paulo: uma vez que a Coroa era incapaz de criar e manter um exército no ultramar, a defesa e posse dos territórios dependia dos próprios habitantes¹²³. Na “Instrução Militar para Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania de S. Paulo”, o ministro Martinho de Melo Castro salienta a

¹²¹ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit.* p.67

¹²² LEONZO, Nanci. *Op.cit.* p.66

¹²³ LEONZO, Nanci. *Op.cit.* p.64

regularização dos Corpos de Auxiliares, com a missão de defender a Capitania e, em caso de ataque externo, socorrer as demais¹²⁴.

¹²⁴ AHU_ACL_CU_023, Cx6, D.382

"Primeiro Terço
Auxiliares de pé da Capitania de São Paulo

Estado Mayor - Mestre de Campo
- Sargento Mor
- Ajudante

1ª Comp.^a da Cidade de São Paulo
2ª " de Juqueri
3ª " de Santo Amaro
4ª " de Cutia
5ª " da Parnahiba
6ª " de Itu
7ª " de Sorocaba
8ª " de Jundiáhy
9ª " de Mogi Guassú
10ª " de Mogi Mirim

- Comp.^a Avulsa de Granadros de Jaguari"

"Segundo Terço
Auxiliares de pé da Capitania de São Paulo

Estado Mayor - Mestre de Campo
- Sargento Mor
- Ajudante

1ª Comp.^a da Conceição dos Guarulhos
2ª " de São Bernão
3ª " de São João d'Atibaya
4ª " da Nazare
5ª " de Goratinguetá
6ª " da Piedade
7ª Comp.^a de Pindamonhangaba
8ª " de Taubaté
9ª " de Jacarehi
10ª " de Mogi das Cruzes"

"Terço dos Auxiliares da Marinha de Santos

Estado Mayor - Mestre de Campo
- Sargento Mor
- Ajudante

1ª Comp.^a da Villa de Santos
2ª " da " " "
3ª " de São Vicente
4ª " e Primr^a de S. Sebastião
5ª " e Segunda " "
6ª " de Ubatuba
7ª " da Conceição de Itanhaem
8ª " e Primr^a de Iguape
9ª " e Segunda " "
10ª " na Freguezia de Xeririca"

"Terço Auxiliar de pé da Marinha de Parnaguá

Estado Mayor - Mestre de Campo
- Sargento Mor
- Ajudante

1ª Comp.^a de Villa de Parnaguá
2ª " " " " "
3ª " " " " "
4ª " " " " "
5ª " do Pilar e Cubatão de Parnaguá
6ª " de Parnaguá
7ª " de Parnaguá
8ª " na Cananea
9ª " na Curitiba
10ª " na "

Comp.^a de Artilharia na Villa de Parnaguá
1ª Comp.^a de Cavalaria na Curitiba
2ª " " " "
3ª " " " nos Campos Gerais
4ª " " " de Santo Antonio da Lapa"

"Regimento de Dragões Auxiliares da Capitania
de São Paulo

Estado Mayor - Coronel
- Tenente-Coronel
- Sargento Mor
- Ajudante

Comp.^a do Coronel, primeira do Regim^{to}
" " Ten^{te} Coronel, segunda do Re
gim^{to} em a Villa da Paranaíba.

3ª Comp.^a de Sorocaba
4ª " de Santo Amaro
5ª " da Cutia
6ª " de Itu
7ª " de Jundiáhy
8ª " de Jaragoa"

"Regimento de Cavallaria Ligeira Auxiliar da Capitania
de São Paulo

Estado Mayor - Coronel
- Tenente-Coronel
- Sargento Mor
- Ajudante

1ª Comp.^a da Conceição dos Guarulhos
2ª " de S. Bernardo
3ª " de Mogi das Cruzes
4ª " de Jundiáhy
5ª " de Taubate
6ª " de Pindamonhangaba
7ª " de Goratingueta
8ª " de Pacão "

<u>Companhia de Infantaria Auxiliar</u>	
Oficiais de Patente	Capitão Tenente Alferes
Oficiais Inferiores	Sargento Furriel Porta-Bandeira Cabos (nº maximo de 4 para cada cia.)
Tambor	
Soldados	

<u>Companhia de Cavalaria Auxiliar</u>	
Oficiais de Patente	Capitão Tenente Alferes
Oficiais Inferiores	Furriel Porta-Estandarte Cabos (nº maximo de 4 para cada cia.)
Trombeta	
Soldados	

Tabela 2¹²⁵

As Tropas de Ordenança eram “unidades militares que agregavam toda a população masculina válida, não alistada na tropa regular ou nas companhias de auxiliares das capitânias”¹²⁶. Em outras palavras, o levantamento das ordenanças consistia em listas nominativas de toda a população masculina disponível para pegar em armas.

A partir de tal levantamento, houve um incentivo à formação das Tropas Auxiliares: “os primeiros corpos de auxiliares (...) foram montados pelos poderes locais (...) o capitão-mor, como chefe dos recrutamentos, era responsável pela formação dos referidos contingentes frente ao governador”¹²⁷. A busca por diferenciação social, prestígio e status levou os senhores locais a reunir homens sob

¹²⁵ LEONZO, Nanci. *Op.cit.*. p.58-60

¹²⁶ LEONZO, Nanci. *Op.cit.*.p.1

¹²⁷ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit.* p.76

seu comando. A Coroa então utilizou esses corpos de milicianos como contingente militar.

Interferindo na esfera de atuação do capitão-mor, senhor local, a administração colonial passou a designar para os postos de oficiais dos auxiliares que estivessem vagos oficiais das tropas pagas – ativos, instruídos e disciplinados, que pudessem fazer garantir tal disciplina e instrução às Tropas Auxiliares¹²⁸. Essa medida levou ao crescimento do poder central em detrimento do poder local, através da infiltração de uma burocracia militar formada pelo Estado nas estruturas de poder local.

A partir da restauração administrativa, São Paulo tornou-se “um arsenal de recursos humanos”¹²⁹ utilizado em larga escala pelos governadores. Até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a capitania respondeu por 38,3% dos soldados do Exército do Sul¹³⁰ – este, por sua vez, constituído de 6.386 oficiais e praças.

Nos esquemas a seguir vemos como estavam configuradas e distribuídas as tropas paulistas, qual a hierarquia entre os cargos e quantos homens cada um dos setores possuía. É latente o esforço de militarização empreendido pelos Governadores, principalmente quando do acirramento dos conflitos na fronteira Sul: entre sua chegada à Capitania em julho de 1775, e dezembro do mesmo ano, Lobo de Saldanha conseguiu enviar à fronteira cerca de 600 soldados.

¹²⁸ PEREGALLI, Enrique. *Op.cit*, p.77.

¹²⁹ LEONZO, Nanci. *Op. cit.*, p.62

¹³⁰ LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A Legião de São Paulo no Rio Grande do Sul (1775-1822)*. Tese (doutorado). FFLCH: São Paulo, 1977

A perda da ilha de Santa Catarina e a ameaça dos castelhanos

Durante o século XVIII, principalmente em seu último quartel, a Ilha de Santa Catarina ocupou uma posição central nos planos da Coroa Portuguesa: “vemos intensificar (...) a exploração e o uso dos bens da natureza, com o incentivo (...) à cultura de novos produtos como o anil, a cochonilha, o linho, entre outros”¹³¹. Inserindo-se no circuito mercantil, Santa Catarina tornar-se-á abastecedora de gêneros do Rio de Janeiro.

Além das questões econômicas, ganhou também importância como ponto de referência para os navegadores no sul do Atlântico – “situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a região do Prata, e por ser o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água e alimentos de navios, esta ilha consistia em parada obrigatória dos navegadores”¹³².

No mapa 10¹³³ podemos ver o quão detalhado era o conhecimento da costa e litoral da Ilha de Santa Catarina. Neste mapa, estão assinalados com uma âncora os possíveis locais de paragem dos navios. No total, contabilizamos 7 possíveis ancoradouros, demonstrando a posição da Ilha como ponto de parada das expedições, e suas potencialidades para fornecer mantimentos.

¹³¹ OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. “A Invasão Espanhola na Capitania de Santa Catarina. ”. In: COSTA, Wilma Peres e OLIVERIA, Cecília Helena de Salles Oliveira. *De um Império a Outro*. Estudos sobre a Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: FAPESP, 2007. p.168

¹³² OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Op.cit.* p.172

¹³³ GEAEM/DIE(PT)

JL.F.A. M^o S.E.M.T.A. C.A.J.K.D.R.J.N.A & W.A.C.O.S.T.A D.E. N.E.H.R.
 & A.E.A.N.T.R.O., E.N.T.R.& O.Y.R.T.O.V V.E.B.A.J., & A.
 E.N.O.E.&J.A.D.A. MO J.N.F.E.R.M.O.

As disputas entre Portugal e Espanha por territórios na parte meridional da América tornaram a Ilha um local de grande interesse, dada sua posição estratégica e a possibilidade de explorar seus recursos naturais. Nesse contexto, o controle da Ilha de Santa Catarina se transformou em alvo de disputa das coroas ibéricas.

A colonização da Ilha e a criação de povoações iniciou-se com essa dupla motivação: explorar os recursos naturais existentes e garantir uma posição geopolítica e militar. A colonização por imigrantes e a criação de um governo autônomo na capitania foram algumas medidas desse processo: “com essa imigração açoriano-madeirense e a fortificação do litoral, o projeto português de colonização da parte meridional do Brasil pôde tornar-se viável.”¹³⁴ A integração de Santa Catarina à estrutura colonial portuguesa não aconteceu como parte de um sistema de exportação, mas não deixa de revelar a ilha como uma área de interesse da Coroa na exploração de recursos naturais.

Conforme Oliveira, a exploração dos recursos naturais da colônia fazia parte das diretrizes estabelecidas pelo Marquês do Lavradio para o novo Governador da Ilha, em 1778¹³⁵. Para esse autor, “o simples papel de área estratégica, com sentido estritamente militar (...) não envolve totalmente o que representou a capitania de Santa Catarina no contexto histórico da colônia portuguesa na América no final do século XVIII.” Como mostramos no capítulo 1, a política pombalina pautava-se na expansão territorial e seu posterior desenvolvimento agrícola. Nas palavras do autor,

a expansão territorial luso-americana em direção ao sul foi resultado direto do desenvolvimento do processo de colonização e as potencialidades econômicas reconhecidas da região formaram o

¹³⁴ OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Op.cit.* p.173

¹³⁵ OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Op.cit.* p.178

pano de fundo desse processo, em meio às disputas diplomáticas e militares da Espanha.¹³⁶

Como mostrado em itens anteriores, a revogação do Tratado de Madri e a Guerra dos Sete Anos tiveram desdobramentos no território colonial. A partir da assinatura do Tratado de Paris (1763) as hostilidades entre portugueses e castelhanos na região do Rio da Prata ficaram evidentes: a praça de Sacramento foi devolvida, mas não seu entorno; os territórios do Rio Grande de São Pedro e as Ilhas de Martim Afonso e Duas Irmãs ficaram sob domínio espanhol – “a perda da embocadura do Rio Grande tomava dimensões de catástrofe para as pretensões lusitanas no extremo-sul.”¹³⁷

Foram os portugueses que, receosos do avanço castelhano, tomaram a Vila de Rio Grande em 1767. À reocupação dos territórios respondeu o Governador de Buenos Aires com uma expedição em 1773, partindo do noroeste de Montevidéu. Comandadas pelo general Böhm, um dos oficiais do círculo do Conde de Lippe, as tropas portuguesas por fim derrotaram os castelhanos em 1776¹³⁸. E estabelecendo-se novamente ao Sul, procuraram fortificar a região, principalmente a Ilha de Santa Catarina, último baluarte na defesa em caso de um novo ataque.

No ano seguinte, uma armada naval composta de 116 embarcações e cerca de 20 mil homens foi enviada de Cádiz. Comandada pelo recém-nomeado Vice-Rei do Rio da Prata, Dom Pedro de Cevallos, a esquadra era a maior força naval enviada até então para as colônias. Seu objetivo era “conquistar a ilha de Santa Catarina,

¹³⁶ Idem, p.178

¹³⁷ MENZ, Maximiliano M. Entre Impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial português (1777-1822) São Paulo: Alameda, 2009. p.43

¹³⁸ Idem, p.44

cortando as linhas de comunicação da América Portuguesa, retomar a Colônia de Sacramento e a praça de Rio Grande”¹³⁹.

Em fevereiro de 1777 a força naval espanhola chegou ao norte de Santa Catarina. A expedição tomou a ilha, praticamente sem resistência alguma dos luso-brasileiros ali estabelecidos, forçando sua retirada para o continente. Escrevendo ao governador de Lajes, Antônio Correia Pinto, Martim Lopes Lobo de Saldanha lamenta o acontecido: “*He inexplicavel a dor, com q’ me acho pela perda da Ilha de / S. Catherina, q’ com vergonha imemoravel se lhe deo;*”¹⁴⁰

A invasão de Santa Catarina revelou às autoridades a incapacidade de defesa da Ilha e a necessidade urgente de medidas. Nomeado governador militar da Ilha de Santa Catarina, Antonio Furtado de Mendonça havia sido Capitão do 1º Regimento de Olivença, ao lado de Lobo de Saldanha, do 2º Regimento. Como mostrado anteriormente, era um militar de carreira, acostumado às querelas fronteiriças com os castelhanos. Suas ações quando da tomada de Santa Catarina surpreenderam a administração e resultam na abertura de uma devassa, concluída apenas em 1786.

No Mapa 11¹⁴¹ vemos as embarcações designadas para a Ilha uma vez iniciados os conflitos. Elaborado pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria (possivelmente em 1777) é composto por três quadrantes. À direita, uma representação cartográfica bastante precisa da Ilha de Santa Catarina e do continente (Terra Firme). Abaixo, figuras das embarcações, e à esquerda, uma tabela (mapa)

¹³⁹ MENZ, Maximiliano M. *Op.cit.*p.44

¹⁴⁰ COSTA, Mário. *Op.cit.*. p.336

¹⁴¹ *Mapa da Ilha de Santa Catarina, com o canal e a terra firme*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Cartografia. ARC.025,11,016

indicando os navios que tinham sido incorporados ao comando de Robert MacDouall, um dos oficiais germânicos do Conde de Lippe.

Mapa 11 – Mapa da Ilha de Santa Catarina, com o canal e a terra firme . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Cartografia. ARC.025,11,016

Na tabela à esquerda do mapa, vemos que as embarcações foram separadas em dois tipos: naus (4 embarcações) e fragatas (8 embarcações). Ambos os tipos de embarcação contabilizam um total de 1940 praças (militares) e 246 pessoas (civis). No total, havia nas embarcações portuguesas estacionadas em Santa Catarina 3880 militares e 492 pessoas.

Essa força naval foi insuficiente para garantir a defesa da Ilha frente à poderosa armada enviada pela Espanha. A conquista do Rio Grande pelo General Böhm foi apenas um contra-ataque português exitoso na sequência dos conflitos. A tomada da Ilha pelos castelhanos demonstrou que as tropas portuguesas eram insuficientes para assegurar toda a proteção da fronteira.

Uma vez tomada a Ilha, os portugueses se deram conta da possibilidade de ocupação militar efetiva da região Sul pelos castelhanos. Iniciaram então as negociações para encerrar diplomaticamente os conflitos. Com o Tratado de Santo Ildefonso, Portugal conseguiu a devolução da Ilha de Santa Catarina, perdendo em troca, e de maneira definitiva, a Colônia de Sacramento. Essa “mobilidade política” da Coroa portuguesa revela o “intuito de não perderem espaço no sul da Colônia”¹⁴². Portugal abre mão de seu projeto expansionista de uma fronteira natural em troca de territórios litorâneos que apresentavam maior potencial de exploração.

Colônia de Sacramento: fronteira natural

A disputa por possessões na bacia do Rio da Prata remonta a 1680, quando o Capitão-General do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, fundou a Colônia do Santíssimo Sacramento, na banda oriental, defronte a Buenos Aires, como parte de um plano de

¹⁴² OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. *Op.cit.*, p.175

expansão dos domínios portugueses. Assim, no final do século XVII, os portugueses avançaram pelo litoral rumo ao sul, dilatando ainda mais o território de São Paulo.

O esforço português de expansão colonial consistia em estabelecer como limites de seu território na América três imponentes fronteiras naturais: ao norte pelo Rio Amazonas, ao oeste pelo rio Paraguai, e ao sul pelo estuário do Prata. Para os portugueses, essas seriam as fronteiras naturais da colônia. O estabelecimento dos limites fronteiriços seria então condicionado aos marcos geográficos naturais – os rios.

Os mapas 12¹⁴³ e 13¹⁴⁴ demonstram certo planejamento oficial na instalação da praça de Colônia do Sacramento: a vila, com suas moradias e terrenos para cultivo, situava-se atrás da ponta fortificada. No mapa 13 são visíveis as estruturas angulares, assinaladas com as letras C, B e J: baluartes, utilizados para defesa em caso de ataque inimigo. É visível também a única entrada por terra da praça, abaixo do “Baluarte de la Bandera”, e assinalada com a letra A. Nesse mesmo mapa, logo abaixo da planta, está uma pequena representação cartográfica da localização de Colônia. Percebe-se que o local escolhido para sua fundação é uma pequena península, o que facilitaria a visão (bilateral) sobre o rio da Prata. Além disso, está cercada por ilhas e bancos de areia, o que dificultaria um ataque por via marítima.

¹⁴³ GEAEM/DIE (PT)

¹⁴⁴ GEAEM/DIE (PT)

Mapa 13 – GEAEM-DIE (PT)

O propósito de fundação da Colônia de Sacramento foi sempre um: “fixação dos Portugueses na riba setentrional do estuário”¹⁴⁵. E uma vez estabelecida a praça, “Colônia do Sacramento, desde logo, se transformou em importante centro de contrabando entre Buenos Aires e o resto do Brasil.”¹⁴⁶ Foi este, ainda que não declarado, o propósito do estabelecimento dos portugueses – comercializar, mesmo que ilegalmente, com os castelhanos no outro lado do rio da Prata.

Entretanto, a fundação da Colônia de Sacramento provocou uma série de disputas entre Portugal e Espanha. Sua história foi marcada por idas e vindas diplomáticas, negociações e tratados envolvendo sua posse. Desde sua fundação, em 1680, a 1828 “desenrolaram-se em torno de Colônia do Sacramento dois dramas: o político e o militar. Em última análise, jogava-se o domínio do estuário do Prata.”¹⁴⁷

Nas palavras de Lía Quarleri,

La fundación de um enclave portugués en el interior del territorio español se presentaba como una misión arriesgada y novedosa, ya que se proyectaba no sólo sacar beneficios del intercambio comercial con Buenos Aires, sino dar origen a um proceso de irradiación de población desde el Brasil hacia el Río de la Plata que tradujera en um frente efectivo de expansión territorial.¹⁴⁸

Colônia de Sacramento foi a primeira fortificação construída oficialmente pela Coroa portuguesa. Era a ponta de um processo de expansão territorial que mais tarde seria completado com a fundação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1676-1686) e Rio Grande de São Pedro (1737). Como destino final, Sacramento estimulou a colonização gradual do interior, em um processo que combinava ações do Estado,

¹⁴⁵ SOARES, Alvaro Teixeira. *Diplomacia do Império, no Rio da Prata até 1865*, Rio de Janeiro: Editora Band, 1955. p.10

¹⁴⁶ Idem, p.23

¹⁴⁷ Idem, p.9

¹⁴⁸ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009. p.95

como a fundação de Vilas e distribuição de sesmarias e movimento espontâneo, procura por mão de obra indígena.

Para Quarleri, o conceito limite seria “una línea que marcaba jurisdicciones reales o potenciales entre dominios coloniales”, enquanto que fronteira é definida como “espacio periférico donde existía una dinámica propia en la que convergían conflictos e intercambio de diversa índole.”¹⁴⁹ Partindo dessas definições, as disputas no Sul podem ser vistas como conflitos fronteiriços, uma vez que a Colônia de Sacramento representava um enclave português defronte Buenos Aires. Ainda nesse sentido, a autora afirma que

Las fronteras podían ser entendidas, desde la perspectiva de los actores involucrados, como frentes enemigos, límites a expandir, franjas espaciales donde obtener réditos, divisiones jurisdiccionales o zonas de difícil acceso por determinadas características geográficas. Desde el punto de vista de las prácticas, la frontera era un espacio de uso múltiple y de soberanía imprecisa.¹⁵⁰

No caso de Colônia, não havia imprecisão da fronteira: o rio da Prata delimitava claramente os limites – “los portugueses sabían que las tierras deseadas caían del outro lado de la cananea demarcadora”¹⁵¹. O Tratado de Madri, conforme vimos, definiu as possessões das Coroas ibéricas no ultramar. Entretanto, Sacramento era um estabelecimento fundamental para as aspirações portuguesas no rio da Prata, e por tal motivo sua devolução, prevista no artigo XVI do Tratado, não foi efetuada.

No mapa 14¹⁵² vemos como Colônia de Sacramento está inserida no processo expansionista português: ao longo da costa, eram conhecidos os acidentes

¹⁴⁹ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata*:. p.71

¹⁵⁰ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata*:. p.71

¹⁵¹ QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata*:. p.93

¹⁵² GEAEM-DIE (PT)

geográficos que marcavam o caminho marítimo até o Cabo de Santa Maria – o que demonstra interesse em ocupar esses territórios a partir de povoações no litoral.

Mapa 14 – GEAEM-DIE (PT)

Além disso, a sinalização no mapa dos “bancos” e “baixos” era útil para a navegação e em caso de ataque à colônia.

A situação no rio da Prata foi de tensão entre 1762, quando Don Pedro de Cevallos, Governador de Buenos Aires, cercou a Colônia de Sacramento, e 1777 quando o mesmo Cevallos, agora já vice-rei do Rio da Prata, destruiu a cidade com fornilhos de pólvora. Durante esse período, os dois exércitos se enfrentaram até que a questão fosse resolvida de forma diplomática, pelo Tratado de Santo Ildefonso.

O fim “diplomático” da guerra e o Tratado de Paz de Santo Ildefonso

Nas palavras de Kenneth Maxwell, “A luta contra os espanhóis pela disputa das terras fronteiriças da região do rio da Prata, no Sul do Brasil, entre 1763 e 1777, inibiu o programa de reforma de Pombal no Brasil”¹⁵³.

Em 1761 o Tratado de Madri foi anulado pelo Tratado do Pardo. As coroas ibéricas perceberam a “impraticabilidade das vias diplomáticas para o estabelecimento das fronteiras sulinas.”¹⁵⁴ O princípio do *uti possidetis* continuou valendo como delimitador das fronteiras, de modo que a região oeste, ocupada pelos portugueses a partir de Cuiabá, desde o interior de São Paulo, foi considerada parte do território luso. A fronteira Sul, entretanto, tornou-se mais uma vez alvo de disputas.

A partir de 1761, os conflitos entre as coroas na Europa puderam ser estendidos aos territórios coloniais, uma vez que havia sido revogado o Tratado de Madri e suas cláusulas, que estabeleciam a separação entre as disputas por espaços na metrópole e

¹⁵³ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.* p. 137

¹⁵⁴ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op.cit.* p.35

no ultramar. Dessa forma, mesmo com o encerramento dos conflitos no território metropolitano, portugueses e castelhanos continuaram a se enfrentar no Sul da América

O envio de uma grande esquadra militar espanhola para o ultramar causou forte impressão na Corte portuguesa. Receosos de um novo ataque, os portugueses procuraram então negociar de forma diplomática a questão dos limites na América do Sul¹⁵⁵. Assinado em 1º de outubro de 1777, o Tratado de Santo Ildefonso pôs término aos conflitos fronteiriços, estabelecendo a devolução da praça de Colônia do Sacramento e delimitando, ao norte, os mesmos limites do Tratado de Madri de 1750¹⁵⁶.

Negociado por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho¹⁵⁷, o Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso era composto de vinte e cinco artigos do texto, e mais sete artigos em separado. Nos artigos III e IV ficam estabelecidos os limites ao sul: “a dita navegação dos Rios da Prata e Uruguay, e os terrenos das duas margens septentrional e meridional pertençam privativamente á Corôa de Hespanha e a seus subditos”¹⁵⁸.

Os artigos XXI e XXII estabelecem a permuta que mais interessava à Coroa portuguesa: “Sua Magestade Fidelissima (...) cede a favor de Sua Magestade Catholica (...) todo o direito que possa ter ou alegar ao dominio das Ilhas Filippinas,

¹⁵⁵ MENZ, Maximiliano M. *Op.cit.* p.44

¹⁵⁶ SOARES, José Carlos de Macedo. *Op.cit.* p.167.

¹⁵⁷ D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho foi um diplomata e administrador colonial português, Governador e Capitão-General de Angola entre 1764 e 1772, e embaixador em Espanha até sua morte (1780). Seu filho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, teve por padrinho de batismo o Marquês de Pombal e escreveu, em 1797, a *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Magestade na América*. Sucedeu a Martinho de Melo e Castro como Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. V. SILVA, André Mansuy Diniz. *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares, 1755-1812*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

¹⁵⁸ SOARES, José Carlos de Macedo. *Op.cit.* p.173

Mariannas e o mais que possue n'aquellas partes a Côroa de Hespanha”, e “Sua Magestade Catholica offerece restituir e evacuar dentro de quatro mezes seguintes á ratificação d'este Tratado a Ilha de Santa Catharina e a parte do continente immediato a ella.”¹⁵⁹ Em outras palavras, Portugal abre mão de alguns territórios no oriente em troca das possessões no Sul da América.

¹⁵⁹ SOARES, José Carlos de Macedo. *Op.cit.* p.183

Parte II

2 – História e Historiografia – Uma capitania e seu “tirano” governador

As mudanças na conjuntura europeia tiveram como repercussão nas colônias uma política de maior controle administrativo. No Império Português, o consulado pombalino implantará medidas de maior fiscalização e autoridade através de seus representantes no ultramar. Dessa forma, os capitães-generais se tornaram peça-chave na administração portuguesa no final do século XVIII.

Considerado um governador despótico e tirano, Martim Lopes Lobo de Saldanha ficou registrado na história de São Paulo como um de seus piores governadores. A historiografia caracterizou-o como um personagem de características negativas, enfatizando sua arbitrariedade como governante.

Contudo, ao analisar o contexto e as medidas de seu governo, percebemos certo alinhamento deste com as ordens que lhe foram estabelecidas. Sua imagem negativa na historiografia teria sido, então, um processo de construção de memória com fins determinados. Na segunda parte desse trabalho, tentaremos mostrar como a historiografia analisa a segunda metade do século XVIII e, particularmente, como São Paulo é entendida nesse contexto, qual o papel da capitania no período colonial.

2.1 Portugal e Brasil no final do séc. XVIII: crise do Antigo Sistema Colonial

Dentre os grandes temas da historiografia brasileira, a crise do Antigo Sistema colonial talvez seja um dos mais discutidos e revisitados. Motivadas pelas comemorações dos descobrimentos, inúmeras pesquisas têm se dedicado,

recentemente, a analisar o período, tentando compreendê-lo como parte do processo de independência.

Tais pesquisas procuraram analisar alguns temas através de uma chave de interpretação própria. Assim como toda e qualquer produção histórica elaborada em momentos de celebração, a revisão dos estudos sobre o final do período colonial concentrou-se em analisar algumas obras-chave, sínteses de pensamentos anteriores que deveriam, dada a conjuntura, serem revistos e talvez, superados.

Dessa forma, os estudos de Caio Prado Jr., Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda, principalmente, tornaram-se objetos de uma análise que procurava entender a sociedade colonial brasileira – a partir de então definida como Antigo Regime nos trópicos – sob a ótica metropolitana. Em outras palavras, estudar-se-ia o exercício do poder local (político ou econômico) a partir da dinâmica do império ultramarino português.

O avanço dos estudos permitiu entender a sociedade colonial a partir de seus agentes: as elites coloniais, constituídas por nobreza da terra e comerciantes do grosso trato, tornaram-se o objeto de pesquisadores interessados pelo final do século XVIII. Com pesquisas de base regional, foi possível elaborar um conjunto de investigações sobre personagens saídos de uma mesma sociedade¹⁶⁰, ainda que esta fosse internamente díspar.

Assim, os estudos sobre as colônias sul-americanas no final do período colonial deslocaram-se do entendimento sistêmico, conforme desenvolvido pelos autores

¹⁶⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.20

acima citados, para uma compreensão regional, interessada em aspectos particulares de cada capitania ou região. Transferiu-se o foco para o local, particularizando as análises. De certa forma, foi feita uma decomposição do todo em partes – as quais uma vez reunidas, não necessariamente se encaixam.

É possível, contudo, compartilhar resultados e observações de ambos os conjuntos historiográficos: os estudos sistêmicos, reconhecidos e tradicionais, apontam caminhos de pesquisa ainda em aberto e apresentam conclusões importantes, que se tornam ainda mais sedimentadas com a revisão quantitativa. Por sua vez, os estudos particularizados apresentam inovações quanto ao papel dos agentes locais, relativizando a compreensão do controle metropolitano sobre o espaço colonial, mostrando a capacidade de atuação das elites locais.

A combinação entre as novas perspectivas e a análise sistêmica do conjunto – elaborada pelos estudos de referência acima citados – talvez permita à nossa pesquisa o diálogo entre o geral e o particular: entender a Capitania de São Paulo dentro dos domínios no Ultramar e sua relação com a metrópole. Ou seja, enquadrar o tema da pesquisa dentro de uma perspectiva mais ampla, a do Império Ultramarino Português. E a partir dela, perceber a relação do Governador enviado pela Coroa com a elite local, suas relações com os homens estabelecidos em São Paulo, e que detinham certo tipo de poder – uma perspectiva regional de análise.

Enquanto colônia de exploração destinada à produção externa, visando lucros à metrópole, a América Portuguesa fez parte de um complexo mecanismo de exploração conceituado por Caio Prado Jr., e posteriormente por Fernando Novais,

como “sistema colonial da época moderna”¹⁶¹. Tal sistema possuía características específicas, que garantiam sua continuidade e reprodução.

O Antigo Sistema Colonial, ou sistema colonial da época mercantilista¹⁶², baseava-se no monopólio do comércio para garantir o controle das metrópoles sobre as colônias, configurando a política mercantilista. Esta, por sua vez “visava a unificação e o poder do Estado.”¹⁶³

Fernando Novais entende a colonização como elemento ultramarino da expansão comercial europeia, e do processo de centralização política empreendido pelos Estados Modernos a partir do século XV. Em suas palavras,

a colonização se insere no processo de superação das barreiras que se antepuseram, no fim da Idade Média, ao desenvolvimento da economia mercantil, e ao fortalecimento das camadas urbanas e burguesas¹⁶⁴.

Os processos de expansão mercantil e formação dos estados modernos estavam intrinsecamente vinculados: um estado centralizado, capaz de mobilizar recursos, se torna pré-requisito para a exploração do ultramar. A função histórica das colônias era a de responder “aos estímulos que lhes deram origem, que formam a sua razão de ser”¹⁶⁵. Ou seja, as colônias existiam em função da metrópole, produzindo/explorando o que esta considerasse de seu interesse.

O monopólio do comércio colonial foi o mecanismo utilizado para assegurar a posse e a exploração dos domínios no ultramar. Dessa forma,

¹⁶¹ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, especialmente o capítulo “Sentido da Colonização”, p.13-26, e NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, especialmente o capítulo “A Colonização como Sistema”, p.57-72

¹⁶² NOVAIS, Fernando A. “O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial”. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1968

¹⁶³ Idem, p.59

¹⁶⁴ Idem, p.56

¹⁶⁵ Idem, p.60

uma parte significativa da massa de renda real gerada pela produção da colônia é transferida pelo sistema de colonização para a metrópole e apropriada pela burguesia mercantil.¹⁶⁶

As colônias se inseriam, assim, no processo de acumulação de capital comercial pela burguesia europeia. Os produtos coloniais, a exploração aurífera, o comércio: a atividade econômica na colônia se orientou segundo os interesses da burguesia metropolitana¹⁶⁷. É nesse contexto que se iniciou a ocupação da América Portuguesa, marcada pela colonização agrícola e monopolista. Como escreve Novais, “a produção colonial se ajusta (...) às necessidades da procura europeia.”¹⁶⁸

Esse modelo de exploração, denominado Antigo Sistema Colonial, apresenta a partir do final do século XVIII sintomas de desgaste, que levaram a uma crise sistêmica e sua posterior superação. A concorrência de novos países no cenário europeu, como Inglaterra e França e suas respectivas colônias no Caribe, as mudanças internas na Europa devido às Guerras de Sucessão na Espanha e à Guerra dos Sete Anos, e o declínio da exploração aurífera levam a uma reconfiguração das relações colônia-metrópole.

Conforme José Jobson de Andrade Arruda, “a crise é do Império Luso-Brasileiro, e não a crise da América Portuguesa.”¹⁶⁹ Uma vez fixados os parâmetros em que o sistema colonial devia funcionar (monopólio do comércio, *plantation*, escravidão) tornou-se necessária a implantação na colônia de condições mínimas, tais como estrutura administrativa, infraestrutura de circulação de mercadorias, e uma certa produção local que garantisse a subsistência.

¹⁶⁶ NOVAIS, Fernando A. *Op.Cit.* p.60

¹⁶⁷ *Idem*, p.57

¹⁶⁸ *Idem*, p.65

¹⁶⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (org.) *Historia de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001.

Tais condições permitiram a exploração da colônia, orientada nos parâmetros acima relacionados. Tal exploração, contudo, leva à acumulação de algum capital interno, pois “não é possível explorar a colônia sem desenvolvê-la.”¹⁷⁰ O crescimento da metrópole estava diretamente relacionado ao desenvolvimento da colônia. A presença de um mercado interno, ainda que incipiente, era um desdobramento da exploração da colônia. Ou ainda, na lógica sistêmica, “o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema,(...) a sua dialética negadora estrutural.”¹⁷¹

Ao analisar as balanças de comércio entre Portugal e Brasil, José Jobson Arruda revela “uma significativa diversificação do mercado interno colonial, especialmente na segunda metade do século XVIII”¹⁷². O açúcar e o ouro perdem a hegemonia na pauta de exportações, composta por 126 produtos. Para o autor, essa diversificação representa uma “dinamização da vida econômica interna da colônia”¹⁷³. Assim, ocorriam mudanças internas na colônia, decorrentes do desenvolvimento do próprio sistema de exploração colonial, que “acentuavam a tendência ao deslocamento das diretrizes do monopólio metropolitano, apontando para a crise do sistema colonial e a consequente emancipação política.”¹⁷⁴

Para Arruda, as transformações internas da colônia levaram a uma tentativa de reconfiguração das relações colônia-metrópole. À crise que se abatia sobre o Império, Portugal adotara medidas reformadoras de caráter ilustrado, o chamado “mercantilismo ilustrado português”. Dessa forma, permitira aberturas dentro do

¹⁷⁰ NOVAIS, Fernando A. “As Dimensões da Independência”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p.23

¹⁷¹ NOVAIS, Fernando A. “Condições da privacidade na Colônia. In: _____. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1

¹⁷² ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op.cit.* p.251

¹⁷³ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

sistema para estimular a produção colonial. Para desenvolver-se, Portugal precisava primeiro desenvolver a colônia.

Em outros termos, a crise do sistema “resultava de sua própria estrutura e funcionamento na medida em que, ao acelerar a acumulação de capitais, acelerava-se o processo de acumulação mercantil”¹⁷⁵. As relações colônia-metrópole, na medida em que se desenvolviam dentro dos parâmetros estabelecidos, terminaram por engendrar os mecanismos de superação do próprio antigo sistema colonial.

Segundo Arruda, o final do século XVIII sinaliza “uma nova articulação nas relações metrópole-colônia”¹⁷⁶. A política pombalina, resultante do reformismo ilustrado português, corresponde às tentativas da administração lusa de manutenção dos laços com a colônia. O estímulo à agricultura, gerando produtos para serem reexportados a partir de Lisboa, e o consumo na colônia de produtos industrializados – sejam eles produzidos ou reexportados da metrópole – gera um superávit na balança de comércio: “se a metrópole avança criando fábricas, a colônia diversifica sua produção, seus mercados se integram interna e externamente.”¹⁷⁷

Diante desse quadro, é possível afirmar, como o faz Arruda: “A conjuntura econômica era de prosperidade. (...) Equívoco falar-se, portanto, em decadência ou crise no sentido restritivo. Trata-se de uma *crise de crescimento* que, em Portugal, transforma-se gradativamente em crise de retração”¹⁷⁸. Para o autor, a reformulação das relações entre Portugal e Brasil gerou um “novo padrão de colonização”,

¹⁷⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op.cit.*, p.252

¹⁷⁶ Idem, p.254

¹⁷⁷ Idem, p.255

¹⁷⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Op.cit.*, p.255

assentado na industrialização (manufaturas metropolitanas) e não mais no tripé monocultura, latifúndio e escravidão. Dessa forma,

No momento da crise do sistema a colônia brasileira revela uma economia ativa, definida pela pluralidade de relações de trabalho em suas várias regiões, pela disparidade dos preços da produção interna de produtos similares, pela forte ação do contrabando nos portos brasileiros nos anos anteriores a 1808.¹⁷⁹

A política reformista pombalina terminou por desenvolver economicamente a colônia. No caso da Capitania de São Paulo, como veremos adiante, uma vez resolvidos os conflitos na região Sul, os esforços se voltaram para as iniciativas agrícolas, tornando a capitania produtora de cana-de-açúcar para a exportação, inserindo-a finalmente no circuito de exploração colonial.

A política pombalina e suas diretrizes “ilustradas”

Em *O Marquês de Pombal e a sua época*, João Lúcio de Azevedo apresenta “uma tentativa séria de proceder ao balanço documentado e imparcial do que foi efetivamente a época pombalina.”¹⁸⁰ Enquanto período histórico, a época pombalina “representa apenas uma espécie de expediente a fim de justificar um certo recorte cronológico no interior de cujos limites se tenta identificar algumas manifestações mais ou menos específicas”¹⁸¹.

Uma das “primaciais figuras da história portuguesa”¹⁸², o Marquês de Pombal, título concedido à Sebastião José de Carvalho e Mello, tornou-se o símbolo do reformismo ilustrado português. Habilitado ou esquecido de acordo com as conjunturas políticas de Portugal, Pombal tornou-se figura emblemática do final do

¹⁷⁹ Idem, p.257

¹⁸⁰ FALCON, Francisco Calazans. “Prefácio”. In: AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

¹⁸¹ FALCON, Francisco Calazans. “Pombal e o Brasil”. In: TENGARRINHA, José (org.) *Op.cit.* p.227

¹⁸² AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.* p.15

século XVIII, suscitando seu nome sempre uma polêmica na historiografia. Segundo

Tiago C. P. dos Reis Miranda,

A ‘administração pombalina’ sempre foi tema sujeito a grandes discussões, chegando a ocupar, entre outros, o centro do debate político no mundo de língua portuguesa. Até agora, apenas ‘a era dos descobrimentos’, nos séculos XV e XVI, mereceu uma bibliografia mais extensa, embora, talvez, menos envolvente, controversa e heterogênea.¹⁸³

O que se entende em nossos dias por política pombalina não estava “pronta e acabada desde que Sebastião José de Carvalho e Melo foi nomeado secretário de Estado, em 2 de agosto de 1750.” Por 27 anos, até a morte de Dom José I, Pombal participou da administração real em diversos cargos, até conseguir a nomeação para Secretário de Estado do Reino, quando então pode ser entendido como responsável pelo conjunto do governo. Nas palavras de Joaquim Romero Magalhães,

A política dita pombalina não pode ser tomada como homogênea, nem sequer coerente ao longo dos anos. Além de respostas às conjunturas e acontecimentos inesperados, há incongruências próprias da personagem principal e já os outros protagonistas a considerar.¹⁸⁴

Com este estudo procura-se entender a Capitania de São Paulo no final do século XVIII, refletir sobre as mudanças políticas e econômicas levadas a cabo no período do consulado pombalino tornou-se necessário, pois como sintetiza Francisco Calazans Falcon, “algumas das reformas [pombalinas] consistiram na extensão à colônia das ramificações de mudanças operadas na metrópole.”¹⁸⁵

¹⁸³ MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. *Ervas de ruim qualidade: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa: 1750-1763*. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 1991.

¹⁸⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011

¹⁸⁵ FALCON, Francisco Calazans. “Pombal e o Brasil”. In: TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2001. p.236

Nesse caso, a análise se concentrou nas medidas de governo tomadas por Pombal que afetaram o ultramar, particularmente aquelas que surtiram efeito no último quartel do século XVIII.

De acordo com Dauril Alden¹⁸⁶, a política do consulado pombalino com relação às colônias caracterizou-se por uma maior centralização dos poderes na figura do Vice-rei e dos Capitães-Generais e por ordens direcionadas para o fomento da agricultura. A questão geopolítica também se faz presente, uma vez que as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750) não significaram limites para a expansão territorial ou empecilhos para o intercâmbio nas regiões fronteiriças – como a bacia do Rio da Prata.

Durante seu período à frente do Estado português, Sebastião José de Carvalho e Mello promoveu reformas econômicas de caráter mercantilista e fiscalista¹⁸⁷. O reformismo ilustrado do governo pombalino resultou na criação da Junta de Comércio e do Erário Régio. À primeira, criada em 1755, “competia controlar a ‘saída das frotas’, fazer cumprir a proibição dos ‘comissários volantes’ que iam aos portos do Brasil, combater os descaminhos e contrabandos, fiscalizar o peso e qualidade dos rolos do tabaco e das caixas de açúcar.”¹⁸⁸ Em suma, tal instituição se tornou a responsável pela organização do tráfico ultramarino. Em outras palavras, deveria regular, organizar e controlar o comércio colonial.

A criação do Erário Régio representou a principal medida de Pombal no âmbito do fiscalismo. Para Falcon, dentre as reformas promovidas por Pombal, “foram

¹⁸⁶ ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968

¹⁸⁷ FALCON, Francisco Calazans. *Op.cit.*

¹⁸⁸ Idem, p.232

provavelmente as medidas fiscalistas as mais diretamente percebidas pelos colonos.” Como parte da política fiscal, foram criadas Juntas da Fazenda Real em cada capitania, de forma a controlar o comércio e a produção. Como veremos adiante, uma das preocupações do Governador e Capitão-General de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha era o estabelecimento da Junta da Fazenda e a arrematação dos contratos – motivos pelos quais entrou em conflito com membros da elite local.

As tentativas de modernizar a administração tiveram por base o fortalecimento do poder real. Para João Lúcio de Azevedo, “foi seu principal esforço consolidar o poder régio.”¹⁸⁹ O fomento à produção metropolitana resultou na política de incentivo às manufaturas do Reino. Através do monopólio de exportação e do pacto colonial, Pombal assegurava para Portugal o comércio com o Brasil, encarando o mercado colonial como “exclusivo”. Com a criação das Companhias de Comércio – do Grão Pará e Maranhão (1755) e de Pernambuco e Paraíba (1759) – o Reino transforma-se em plataforma de exportação, e em alguns casos beneficiamento de certos produtos primários, para o restante da Europa. Dessa forma, o saldo da balança comercial com o Brasil encontrava-se sempre deficitário, ao passo que com a Inglaterra e demais países Portugal apresentava superávits inéditos.

As reformas políticas, por sua vez, “revelam o empenho em ‘modernizar’ a administração, do ponto de vista do funcionamento dos órgãos existentes e dos comportamentos dos agentes da Coroa.”¹⁹⁰ A figura do Vice-Rei, como mostrou Dauril Alden, tornou-se peça chave na organização do Estado do Brasil. No contexto posterior à transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro e face a iminência

¹⁸⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Op.cit.*

¹⁹⁰ FALCON, Francisco Calazans. *Op.cit.* p.236

dos conflitos com os castelhanos, o Marquês do Lavradio desempenhou papel central na fiscalização do comércio e da exploração do ouro nas minas, na organização de tropas para o Sul, e nas medidas tomadas pelos capitães-generais para desenvolver suas capitanias.

Contudo, a correspondência entre Pombal e os capitães-generais demonstra o esforço controlador do Secretário do Reino e os limites dos poderes do Vice-Rei. Sua autoridade plena estava restrita à Capitania do Rio de Janeiro e suas capitanias subordinadas – Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. A capitania de São Paulo, recém restaurada, ainda dependeu da do Rio de Janeiro até consolidar sua autonomia administrativa.

Para Francisco Falcon,

Opera-se, na realidade, uma centralização a partir de Lisboa e uma descentralização na Colônia, ou seja, enquanto se aperta o controle da Metrópole sobre órgãos e agentes da administração colonial, favorece-se a relativa autonomia das autoridades coloniais entre si, de tal forma que a centralização ocorre, quando muito, no interior de cada capitania.¹⁹¹

Tradicionalmente, a política metropolitana mantinha seus agentes coloniais sem regras claras ou limites definidos quanto aos seus poderes e atribuições. Capitães-Generais, Ouvidores, Juízes de Fora, operavam hesitantes em desagradar seus superiores – e no limite, El-Rei – de forma que a Coroa sempre funcionava como mediadora e última instância. Ao fortalecer o poder real, racionalizar o aparelho administrativo e imprimir respeito e obediência à hierarquia e às ordens régias, as reformas pombalinas representaram uma relativa mudança. Entretanto,

¹⁹¹ FALCON, Francisco Calazans. *Op.cit.* p.237

percebe-se nas disputas de poder local a distância entre as medidas reformadoras e a realidade de sua implementação.

2.2 São Paulo: de Capitania Hereditária à Capitania da Coroa

Da fundação à descoberta do ouro: pioneirismo paulista

Como um passado que justifica a ação política do presente, a produção historiográfica sobre São Paulo é marcada pela “pobreza paulistana” e sua compensação na figura de seus heroicos habitantes. É conhecida a descrição feita por Saint-Hilaire dos habitantes do planalto paulista:

Quando se sabe, por experiência própria, quantas fadigas, privações, perigos ainda hoje aguardam os viajantes que se aventuram nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis incursões dos paulistas antigos, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes.¹⁹²

A genealogia paulista assentada na coragem e bravura de seus pioneiros habitantes é uma das primeiras imagens de São Paulo elaboradas pela historiografia. De acordo com Ilana Blaj¹⁹³, o imaginário paulista foi pensado em quatro momentos históricos determinados: o primeiro, até o final da Primeira República; o segundo, pós-Revolução de 1930; o terceiro, entre os anos 1950 e 1970; e o quarto, a partir da década de 1970. Como resultado de um trabalho feito nos anos 1990, “A Trama das Tensões” faz parte de um conjunto de estudos contemporâneos que tem renovado o interesse pela história de São Paulo. E que, de certa maneira, tem contribuído para reconstrução de algumas dessas imagens.

¹⁹² Apud MATOS, Odilon Nogueira de. Sinfonia Paulista: uma visão da história de São Paulo. *Revista Notícia Bibliográfica e História*, Campinas, nº200, p.27-32. janeiro/junho 2006. p.29

¹⁹³ BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Fapesp, 2002

Esse primeiro momento (até o final da primeira república) foi responsável pela elaboração e cristalização da imagem pioneira dos paulistas através dos bandeirantes.

Segunda a autora, até a década de 1930, constitui-se uma

glorificação do antigo paulista e uma reconstrução quase heróica do passado de Piratininga, elaborações que atestam e justificam o poderio de São Paulo no contexto histórico em que foram produzidas, qual seja, o da riqueza cafeeira do estado, no âmbito da República Velha¹⁹⁴.

Antecedendo, ainda no período imperial, publicado em 1864, o *Quadro histórico da província de São Paulo para uso das escolas de instrução pública*, de José Joaquim Machado de Oliveira¹⁹⁵, inaugurou o que foi chamado uma “historiografia marcadamente paulista”¹⁹⁶, com os períodos e as características que apresentamos acima. A história de São Paulo colonial começa com a chegada de Martim Afonso de Souza no litoral de São Vicente, e seu contato com as populações indígenas.

O autor começa seu *Quadro historico* com um estudo de “ethnographia indigena”, esclarecendo que, à época da chega do capitão-capitão general, São Paulo era habitada “por tres nações indigenas, que tinham ahi a sua origem, ou porventura para ahi viessem de outras regiões. Eram estas nações a dos Guayanás, a dos Tupys, e a dos Carijós.”¹⁹⁷. Em seguida, menciona o cacique Tibiriçá, figura que se tornou importante na construção do imaginário paulista: “Tebyreçá era o chefe privativo da confederação das tribus indianas que dominavam os campos de Piratininga”¹⁹⁸.

¹⁹⁴ BLAJ, Ilana. *Op.cit.* p.43

¹⁹⁵ OLIVEIRA, J. J. Machado de. *Quadro histórico da província de São Paulo*. Edição fac-similada da 1. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

¹⁹⁶ expressão de SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, J. J. Machado de. *Op.cit.* p.14

¹⁹⁸ Idem, p.15

Ao descrever a ocupação do litoral por Martim Afonso, outra figura de destaque aparece: João Ramalho, “que parece fôra lançado por desterro n’alguma das terras da costa”¹⁹⁹. Intermediando as relações entre indígenas e portugueses, Machado de Oliveira coloca-o como responsável pela “*trégua e concordia entre os que, pouco antes, se podia considerar temiveis contendores.*”²⁰⁰ Dessa forma, Oliveira demonstra como indígenas e portugueses seriam, desde o começo, a base da sociedade paulista – e sua miscigenação a origem de um novo tipo de habitante.

À ideia de uma “Raça de Gigantes”, os autores desse primeiro momento da historiografia paulista acrescentarão a de “Civilização do Planalto”, inserindo a posição geográfica de São Paulo como elemento constituinte dessa nova sociedade. Publicado em 1926, *Raça de Gigantes – A Civilização no Planalto Paulista*, de Alfredo Ellis Jr.²⁰¹ é a síntese desse pensamento. O próprio autor define a obra como um “Estudo da evolução racial anthroposocial e psicologica do paulista dos seculos XVI, XVII, XVIII e XIX, e das mesologias physica e social do planalto paulista.”

Em seus demais estudos, encontram-se novamente os elementos geográficos e humanos que teriam sido fundamentais para o desenvolvimento de São Paulo. A tendência eugênica apresentada nos trabalhos de Alfredo Ellis Jr. deve ser entendida dentro do discurso republicano elaborado a partir dos anos 1870.

No começo do século XX, a temática da identidade paulista torna-se objeto de estudo de diversos autores: Afonso de Taunay, Paulo Prado, Washington Luís, dentre outros, vão se debruçar sobre o passado à procura de elementos que justificassem a

¹⁹⁹ Idem, p.22

²⁰⁰ Idem, p.24

²⁰¹ ELLIS JR., Alfredo. *Raça de Gigantes. A Civilização no Planalto Paulista*. São Paulo: Editorial Helios, 1926.

primazia paulista no cenário nacional. Esse primeiro momento da historiografia elege como símbolo o bandeirante: resultado do entrecruzamento dos fatores geográficos (isolamento do planalto) e genealógicos (miscigenação entre brancos e índios).

A presença desses elementos no *Quadro historico* de J. J. Machado de Oliveira – livro elaborado para uso escolar – sinaliza uma questão importante: a construção da identidade paulista tinha uma vertente educativa, de difusão cultural. Pensar a história de São Paulo significava também mostrar a essa sociedade qual o seu lugar dentro da sociedade brasileira.

Considerado um dos mais prolíficos historiadores brasileiros, Afonso d’Escragnole Taunay “identificou-se com a trajetória de constituição e consolidação da hegemonia paulista no interior da federação republicana e fez dela uma verdadeira causa para sua militância intelectual.”²⁰² Elege a história de São Paulo (capitania, província ou estado) como seu grande tema. É nomeado Diretor do Museu Paulista em 1917, incumbido da tarefa de preparar a instituição para o centenário da independência.

Elabora então percurso museológico baseado no “mito bandeirante”: cria a identificação entre o homem colonial e a elite da 1ª República. A valorização do movimento das bandeiras e seus personagens coloca São Paulo como centro dinâmico do Brasil desde suas origens – “a elite paulista lançou mão da origem histórica para justificar a hegemonia de recente data.”²⁰³ A permanência de Afonso

²⁰² COSTA, Wilma Peres. “Afonso d’Escragnole Taunay. História geral das bandeiras paulistas” In: Mota, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002 p.100

²⁰³ FERRETTI, Danilo J. Zioni e CAPELATO, Maria Helena Rolim. João Ramalho e as Origens da nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº8, dezembro/1998. p.73

Taunay na Diretoria do Museu Paulista até 1945 revela a institucionalização dessa imagem da História de São Paulo elaborada antes da Revolução Constitucionalista.

Com os acontecimentos da década de 1930, o equilíbrio de poder entre os estados foi alterado e os historiadores paulistas se viram forçados a reelaborar a imagem de São Paulo, principalmente depois da derrota na Revolução Constitucionalista. Para tanto, reforçaram a ideia de “raça de gigantes”, da capacidade do paulista de se reerguer. Nas palavras de Ilana Blaj,

O que predomina e permanece nos escritos entre 1930 e 1945 é a imagem do isolamento mas da auto-suficiência. Verdadeira autarquia, que não necessitava da metrópole, portanto do poder central, nem das outras regiões, logo dos outros estados, São Paulo teria sobrevivido galhardamente no período colonial, como sobreviveu heroicamente durante o Estado Novo²⁰⁴.

A singularidade de São Paulo é o traço marcante do período. É a justificativa pela qual, mesmo após 1932, os paulistas ainda eram vitoriosos. Responsáveis pela expansão territorial, pela descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, o paulista se define como um pioneiro, capaz de superar as adversidades impostas e triunfar. Com o fim da Primeira República, é essa imagem que será resignificada pela historiografia.

Esse segundo momento da historiografia paulista, conforme definido por Ilana Blaj, estende-se até os anos 1950. Caracterizou-se por um revisionismo histórico: os temas, já consagrados, são novamente reestudados, à procura de elementos que justificassem a situação presente. Assim, o bandeirante se torna não apenas a miscigenação dos elementos indígena, negro e português, mas aquele que consegue ir além, superar as barreiras que lhe são impostas.

²⁰⁴ FERRETTI, Danilo J. Zioni e CAPELATO, Maria Helena Rolim, *Op.cit.*, p.59

Se os séculos XVI, e principalmente XVII, são entendidos e interpretados pela historiografia como o “século das bandeiras”, o grande período paulista, o século XVIII é caracterizado pelo declínio da Capitania, culminando com a perda da autonomia administrativa, e sua submissão política à Capitania do Rio de Janeiro.

Dos desmembramentos à perda da autonomia administrativa: declínio

Em seu esquema-análise, intitulado “Synthese da evolução anthposocial no planalto”, Alfredo Ellis mostra a resultante setecentista como “decadência”. À ela, acrescenta duas outras: a “Emigração para as Minas”, e as “Seleções Regressivas”. Limitada abaixo pela “Resultante Seiscentista (Bandeirismo)” e acima pela “Resultante Oitocentista (Lavoura de Café / Prosperidade), restou ao século XVIII ser interpretado como um período de declínio na história de São Paulo.

Na mesma lógica, elabora Paulo Prado sua linha de interpretação:

No largo quadro da Historia paulista, pelos claros-escuros das diferentes épocas, percebe-se nitidamente traçada uma linha curva que assinala a sua grandeza, sua decadencia e a sua regeneração.²⁰⁵

A decadência, ou “curva descendente”, seria o resultado do

despovoamento provocado por conquistas e minas, attingindo a degradação politica, moral e physica dos tempos dos governadores independentes, em que na miseria extrema da provincia morria vergonhamente a gloria do Paulista antigo;

A identificação entre os desmembramentos do território, a perda da autonomia administrativa e a chegada dos novos Capitães-Generais com o período pós-Revolução de 1930 levou a uma interpretação do século XVIII como um período de declínio da história de São Paulo. Tendo sido responsável pelo alargamento das

²⁰⁵ PRADO, Paulo. *Paulistica. Historia de São Paulo*. São Paulo: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

possessões portuguesas no interior e pelo descobrimento de metais preciosos, a capitania foi, aos poucos, perdendo sua importância enquanto centro dinâmico, uma vez que as novas regiões foram sendo emancipadas administrativamente. O período em que esteve submetida à Capitania do Rio de Janeiro, é descrito por Aureliano Leite como “17 anos de escravidão”²⁰⁶. E uma vez restaurada a autonomia administrativa, os governadores enviados eram vistos como arbitrários e autoritários. Sendo estrangeiros, naturais do Reino, não eram reconhecidos enquanto autoridades pela população.

Em uma analogia simples, porém delicada, os estudos elaborados a partir de 1930 fazem a ligação entre o século XVIII e os acontecimentos do período. Para lamentar a derrota na Revolução Constitucionalista, ou mesmo criticar medidas do governo federal, os historiadores se voltaram para um período da história capaz de fornecer exemplos de superação e contestação. O declínio da Capitania de São Paulo no século XVIII passa a ser entendido como um momento em que os paulistas foram testados em suas capacidades, assim como estaria ocorrendo na década de 1930.

São Paulo no final do séc. XVIII: pobreza e decadência.

A valorização do período seiscentista em detrimento do setecentos levou à um “esquecimento” do século XVIII, retomado apenas no último quartel do século XX pelos historiadores.

Entre os anos 1950 até 1970, houve uma inversão historiográfica. Os estudos históricos desenvolvidos em São Paulo concentraram-se em analisar a economia colonial para entender o subdesenvolvimento, e com isso o foco passou a ser os

²⁰⁶ LEITE, Aureliano. *A História de São Paulo em breve resumo cronológico*. São Paulo: 1944. p.44

núcleos exportadores, as áreas dinâmicas da colônia. “Nestas acepções, a região de São Paulo colonial é sempre vista em função das demais, ou seja, sempre ‘de viés’”.²⁰⁷

Contribuindo para sedimentar uma visão de São Paulo “pobre e decadente”, os trabalhos analisaram as áreas exportadoras, integradas à economia mercantil portuguesa através da produção agrícola ou aurífera. Durante maior parte do período colonial, São Paulo funcionou como uma área de apoio para as regiões de grande produção exportadora. A ausência de um produto de exportação de vulto nas balanças de comércio levou ao desenvolvimento de uma economia local, que muitos caracterizaram como de subsistência, mas que funcionava como retaguarda das áreas produtoras, criando um mercado interno com considerável volume de negócios.

Ao concentrar a análise do período colonial nas áreas que produziam para exportação, os trabalhos acadêmicos relegaram a um segundo plano as economias consideradas secundárias, tal como a de São Paulo no final do século XVIII. Dessa forma, a imagem de uma Capitania sem recursos, em declínio econômico, tornou-se ainda mais forte quando comparada ao Nordeste açucareiro ou à região mineradora.

É de autoria de Alice Piffer Canabrava o estudo clássico sobre a economia paulista no período. Intitulado “Uma Economia de Decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765-1767”, no qual a autora objetiva “estudar os níveis de riqueza na capitania de São Paulo em meados do século XVIII, em fase de profunda decadência”²⁰⁸.

²⁰⁷ BLAJ, Ilana. *Op.cit.*. p.45

²⁰⁸ CANABRAVA, Alice Piffer. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-1765. In: *História Econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Edunesp e Hucitec, 2005, p.169-202.

Alice Canabrava parte do pressuposto que a economia paulista, em meados do século XVIII, encontrava-se em declínio. Ao tentar “conhecer os níveis de riqueza conferindo dimensões quantitativas ao fenômeno da decadência”, a autora não ignora que, posteriormente, houve uma recuperação econômica da capitania. E acaba também por comparar esse índice, do período de declínio, “com os níveis de acumulação de riqueza proporcionados mais tarde, na mesma capitania, primeiramente graças à produção açucareira e depois à do café.”²⁰⁹

Ao analisar de maneira empírica os dados levantados nos recenseamentos promovidos pelo Morgado de Mateus, Alice Canabrava demonstra a concentração da riqueza em número restrito de famílias. Em suas palavras,

Estamos, portanto, em presença de um tendência bem caracterizada, comum a todas as populações da capitania de São Paulo em 1765-1767, quanto à estrutura da distribuição da riqueza, caracterizada por alto grau de concentração.²¹⁰

Nesse quadro de desigualdade de distribuição da riqueza, os homens de negócios, sejam eles indivíduos ou grupos de mercadores, são a categoria social e profissional que melhor exemplifica esse fenômeno. Sua origem no conjunto dos que tiveram riqueza declarada “explica-se pela importância da atividade comercial na capitania decadente.”²¹¹

Como dissemos, Canabrava parte da afirmação que a capitania de São Paulo estava em decadência econômica, e os recenseamentos de 1765-1767 seriam instrumentos para medir quantitativamente os níveis desse processo. Contudo,

Os dados revelados quanto às fortunas declaradas em ambas as cidades [São Paulo e Santos] permitem-nos documentar um

²⁰⁹ Idem, p.169

²¹⁰ CANABRAVA, Alice Piffer. *Op.cit.*p.188

²¹¹ Idem, p.191

processo de acumulação de riqueza, que vinha de um passado muito mais distante, de uma fase de atividade essencialmente mercantil que precede a da acumulação da riqueza por meio de plantation destinada a produzir para exportação.²¹²

Dentro do panorama geral, São Paulo seria uma exceção: “o nível de riqueza de seus homens de negócio vem demonstrar que o pequeno aglomerado paulistano desfrutava de atividade comercial de certa importância no cenário da capitania.”²¹³ Para a autora, o estabelecimento desse comércio seria anterior ao período dos recenseamentos, o que explica o contraste entre a capital paulistana e as vilas do interior. Para Alice Canabrava, foi esse capital anterior que permitiu posteriormente o desenvolvimento da lavoura comercial.

Sobre o início do declínio econômico da capitania, Canabrava lembra: “Costuma-se marcar a fase de decadência paulista a partir do advento do Caminho Novo, ou seja, cerca de 1733.” Entretanto, a autora apresenta outro ponto de vista:

A decadência paulista vinha do século XVI, quando a capitania deixou de participar da corrente de exportação para a metrópole e apenas se entrosava na economia açucareira como fornecedora de mão-de-obra indígena, de preço muito inferior à africana.²¹⁴

No período que antecedeu a decadência, o século XVII, São Paulo “despertou primeiro”, com a descoberta do ouro e o abastecimento das minas, “fase [que] durou quase meio século, aproximadamente de 1690 a 1733”²¹⁵. O retorno ao recesso econômico, uma vez desmembrados os territórios mineiros e aberto o Caminho Novo, foi pouco estudado – “Conhecemos mal o processo desse retorno à decadência, sobre o qual carecem elementos quantitativos.” Como explicar então a riqueza concentrada pelos homens de negócio? Considerar apenas a importância da

²¹² Idem, p.199

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ CANABRAVA, Alice Piffer. *Op.cit.*, 2005, p.199

²¹⁵ Idem, *ibidem*.

atividade comercial para a capitania de São Paulo não mostra como, em uma economia em declínio, tal setor social pôde acumular capital. E a própria autora conclui: “as declarações sobre a riqueza aqui analisadas permitiram distinguir a relativa vitalidade do setor mercantil, como o fator dinâmico dessa economia de decadência.”²¹⁶

Publicado originalmente em 1972, o artigo de Alice Canabrava ilustra quantitativamente a tendência da historiografia dos anos 1950-1970 em analisar o período colonial a partir das economias voltadas para a exportação – considerando, nessa lógica, as demais como secundárias. Nesse modelo de análise, as capitanias menores aparecem como “decadentes” ou em declínio, quando comparadas aos grandes centros produtores. A capitania de São Paulo, entretanto, atuou desde sua fundação como “mercado de reserva” das demais: primeiramente, fornecendo mão de obra indígena; em seguida, no abastecimento das regiões mineradoras.

Dentro do modelo da *plantation*, São Paulo não tinha grande volume de exportação de um único produto. Sua economia baseou-se no cultivo em sítios volantes, na diversificação da produção – uma economia considerada por alguns como de subsistência, mas cujos níveis de acumulação de riqueza demonstram o volume desse comércio. De toda forma, em comparação ao centro dinâmico exportador, São Paulo pareceria sempre pobre e decadente.

É Sérgio Buarque de Holanda quem apresenta uma análise e interpretação inovadoras acerca de São Paulo colonial. Para ele, “cada época, cada formação social, tem seu próprio centro de gravidade, sua unidade de sentido, que deverá ser

²¹⁶ Idem, *ibidem*.

apreendida pela ‘compreensão’.”²¹⁷ Dessa forma, São Paulo no período colonial é apresentada como uma formação peculiar, atípica e diferenciada em relação às áreas exportadoras escravistas. Utilizando outras tendências historiográficas, Holanda mostra como que para sobreviver, o colonizador rebaixa seu patamar de civilidade e apropria-se do saber indígena via catequese. Na mesma linha, a expansão territorial, motivo de exaltação e celebração, é entendida em sua articulação com as necessidades do colono paulista: agricultura extensiva e comércio.

Contudo, apesar de suas inovações, poucos historiadores seguem o caminho aberto por Sérgio Buarque de Holanda. Com as Comemorações do IV Centenário da Cidade, uma nova imagem foi construída: São Paulo passa a ser vista como uma cidade pobre, acanhada, voltada para sua subsistência interna.

O final do período colonial, particularmente o período pós-restauração administrativa, só se tornou novamente objeto de estudo com a proximidade da data do IV Centenário da Cidade (1954). A Comissão responsável pelas comemorações publicou uma série de obras sobre a história da cidade e seus personagens, com o intuito de criar uma imagem “verdadeira/oficial” do passado paulista. Esses trabalhos ficaram marcados pela simbologia da comemoração do IV Centenário, imbricados na relação entre história e construção de memória.

2.3 A Capitania da Coroa e seus governadores

Estudos sobre a conjuntura geral do período

Dentre os estudos sobre São Paulo, poucos são dedicados ao final do século XVIII. Mais do que isso, como escreve Raquel Glezer, “os estudos sobre São Paulo

²¹⁷apud BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Fapesp, 2002. p.69

possuem geralmente uma característica significativa: podem englobar as perspectivas da cidade, do estado e também do país no mesmo olhar – o que denomino de *visão imperial*.²¹⁸ Em relação ao período colonial, essa tendência é marcante: a história da Vila se confunde com a da Capitania, e o desenvolvimento de ambas é visto como parte de um mesmo processo.

Conforme mostrado no item anterior, a partir da década de 1970 os trabalhos sobre São Paulo no período colonial analisam a capitania a partir das áreas mais dinâmicas da colônia, entendendo-a como secundária na estrutura da América Portuguesa. Os trabalhos procuraram integrar análises sobre o subdesenvolvimento brasileiro, vizualizando-o como elemento integrante do desenvolvimento. Assim, ao analisar as relações colônia-metrópole, percebe-se a especificidade brasileira. Em paralelo, surgem estudos focados na regionalização, nos diferentes agentes sociais, aplicando à pesquisa histórica uma série de inovações advindas de outros campos, como a economia e a sociologia.

Assim, fruto das novas posturas historiográficas, do entrecruzamento especificidade colonial–regionalização–desvendamento do complexo social, as análises sobre São Paulo colonial ganham novas dimensões.²¹⁹

Entretanto, a permanência de alguns traços historiográficos em estudos como os de Maria da Conceição Martins Ribeiro, Carlos Davidoff e Elizabeth Darwiche Rabello, demonstram a (ainda) cristalizada imagem de decadência de São Paulo. Dessa forma, percebemos na historiografia sobre o século XVIII a convivência, “às

²¹⁸ GLEZER, Raquel. *Chão de Terra e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2007.p.140

²¹⁹ Blaj, Ilana.*Op.cit.* p. 79

vezes lado a lado, [de] críticas historiográficas e visões tradicionais, novas tendências e permanências, caminhos apontados e trilhas já percorridas.”²²⁰

Como resultado de um trabalho feito nos anos 1990, “A Trama das Tensões” faz parte de um conjunto de estudos mais recentes sobre São Paulo, cujo interesse se desviou um pouco da história econômica, sistêmica, para estudos de história local e regional, sobre o mercado interno, e até mesmo uma “história marginal”. Como mostra Lílían Lisboa Miranda²²¹, trabalhos como o de Maria Luiza Marcílio²²², John Manuel Monteiro²²³, Muriel Nazzari (autora norte-americana)²²⁴ e a própria Ilana Blaj, revolucionaram os estudos sobre São Paulo trazendo à luz aspectos até então pouco conhecidos e tentado superar em definitivo a visão de São Paulo no final do XVIII como “uma economia de decadência”²²⁵.

Desde os anos 2000, houve alguma continuidade nos estudos sobre São Paulo no final do período colonial. Trabalhos como os de Lucas Jannoni Soares²²⁶, Pablo

²²⁰ Idem, p.85

²²¹ MIRANDA, Lílían Lisboa. *Governança e Edilidade em São Paulo (1765-1775)*. Tese de doutorado, Departamento de História – FFLCH/USP. 2002p. 63

²²² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista (1700-1836)*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2000

²²³ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²²⁴ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

²²⁵ CANABRAVA, Alice Piffer. *Op.cit.*

²²⁶ SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos Homens Livres Pobres na Sociedade Colonial na América portuguesa – São Paulo Colonial (1765-1775)*, Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP. 2006.

Oller Mont Serrath²²⁷, Leandro Calbente Camara²²⁸, Renato de Mattos²²⁹ e Ana Paula Medicci²³⁰ são alguns exemplos dessa historiografia mais recente.

Nesses estudos sobre São Paulo no final do século XVIII, o recorte temático por vezes define a baliza cronológica, de modo que a periodização é necessária para apreender os objetos de estudo, e não como um limitador temporal. A ausência de trabalhos específicos sobre cada governador continua sendo uma lacuna na produção historiográfica, que analisaremos com mais cuidado no próximo item.

Estudos específicos – particularidades de cada governo

Existem poucos estudos que optaram por recortes de periodização para o final do século XVIII em São Paulo. Como visto no item anterior, o período compreendido entre 1765-1808 é analisado a partir de algumas perspectivas, tais como a relação entre as elites locais e a administração colonial, ou as questões relativas à implantação do modelo de agricultura de exportação na capitania.

Sobre os Capitães-Generais no período pós-restauração administrativa, encontramos apenas um trabalho que procura dar conta da sequência dos governos. Trata-se do *Boletim de História*, publicado pelo Instituto Sedes Sapientiae (ligado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP) em 1965-1966²³¹.

²²⁷MONT SERRATH, Pablo Oller. *Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)*. Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP. 2007

²²⁸CAMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)*, Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP. 2008

²²⁹MATTOS, Renato de. *Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2009

²³⁰MEDICCI, Ana Paula. *Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/província de São Paulo (1765-1822)*. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 2010

²³¹*Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos "Sedes Sapientiae" – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", tomo II, 1965-66

Nesse Boletim, estão analisados os governos dos capitães gerais a partir do Morgado de Mateus (1765) até a chegada da Família Real em 1808. São descritos os principais acontecimentos de cada governo, tendo por base os documentos transcritos e publicados na série *Documentos Interessantes*, assim como alguns estudos que se tornaram referência para o período, que serão descritos adiante. Não interessa analisar o capítulo de cada governador separadamente, apenas mostrar que enquanto estudo da administração do final do século XVIII em São Paulo, o *Boletim de Historia* constitui-se em uma primeira tentativa de sistematização.

No capítulo dedicado ao governador Lobo de Saldanha, as autoras constroem a imagem de Saldanha por oposição à de seu antecessor. Seria o Morgado “um dos mais notáveis administrador[sic] da época”, enquanto que Martim Lopes “celebrizou-se não só pelo despotismo com que governou a Capitania de São Paulo, bem como pelos problemas criados com relação ao clero.”²³²

A comparação com D. Luís Antonio de Souza tornou-se uma das constantes historiográficas em relação à Lobo de Saldanha: teria este que conviver com a imagem de “restaurador” de seu antecessor, além de sua superioridade como nobre de primeira grandeza, herdeiro de um morgadio.

Ao colocar em notas de rodapé o cargo ocupado pelas pessoas mencionadas no texto, o *Boletim* dá indícios de ser uma publicação com caráter de divulgação, sem pretensões de um estudo acadêmico de grande vulto. A transcrição, junto ao corpo do texto, de documentos constantes nos *Documentos Interessantes* reforça ainda mais a

²³² Idem, p.351

imagem de um trabalho amplo, uma tentativa abrangente de analisar os governos dos capitães-gerais sem aprofundar qualquer um deles.

A imagem de decadência da Capitania permanece como conjuntura dos governos do período. Entretanto, seu início é apontado como posterior ao governo de Saldanha: “A Capitania após o seu governo entrou em decadência, motivando o enfraquecimento da ação governativa do seu sucessor.”²³³ Ainda assim, as autoras não deixam de mencionar alguns episódios que depreciaram a figura do governador: a problemática do Iguatemi e o episódio de Caetaninho, ambos títulos-itens deste capítulo.

O interesse na melhoria de caminhos e pontes é apontado como realização de seu governo. E até mesmo algum elogio é feito: “Martim Lopes Lobo de Saldanha teve a glória de expulsar os espanhóis da Colônia de Iguatemi que havia sido invadida. Este foi um grande serviço que os brasileiros lhe ficaram a dever.”²³⁴ Contudo, nem mesmo as ações militares são capazes de suavizar a impressão final: “Todo o seu governo foi marcado por uma prepotência tirânica, não só no que respeita ao governo da Capitania mas também em questões pessoais como foi o caso do Caetaninho.”²³⁵

Sobre a sequência de Governadores e Capitães-Generais de São Paulo após a restauração administrativa, encontramos dois estudos que podem ser considerados específicos. Primeiro, o trabalho clássico de Heloísa Liberalli Bellotto, sobre o

²³³ *Boletim de História*, p.383

²³⁴ *Idem*, *ibidem*.

²³⁵ *Idem*, *ibidem*.

Morgado de Mateus²³⁶. E em seguida, a dissertação de mestrado de Denise Mendes²³⁷, sobre a Calçada do Lorena, obra que marcou o período do governador de mesmo nome.

O trabalho de Heloísa Bellotto analisa o governo de D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, enfatizando as dificuldades em restabelecer a administração da capitania, e as discussões decorrentes da instalação da fortaleza/presídio de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi – parte do projeto de “defesa pelo oeste” elaborada pelo Morgado. O foco da análise são as posições divergentes entre o Morgado de Mateus e o Vice-Rei Marquês do Lavradio, que insistia no direcionamento das tropas para a fronteira Sul, visando à proteção do litoral em caso de invasão dos castelhanos – possibilidade essa que se concretizou em 1776, com a perda da Ilha de Santa Catarina.

Em seus trabalhos, Denise Mendes mostra como a pavimentação do caminho entre Santos e São Paulo, executada no governo de Bernardo José de Lorena, facilitou o escoamento da produção do planalto paulista para o litoral. O esforço de produzir açúcar para exportação redefiniu o papel de São Paulo no contexto do fim do período colonial, pois a capitania “deixara de ter um significado geopolítico, na medida em que não era mais fronteira dos territórios portugueses, e passara a ser uma região com capacidade de gerar riquezas para a metrópole.”²³⁸

Para a autora, a calçada do Lorena (nome pelo qual ficou conhecida) foi um “agente facilitador do comércio” entre o interior e o litoral. Contudo, lembra que o

²³⁶ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775*. São Paulo: Alameda, 2007. 1ª edição: 1976

²³⁷ MENDES, Denise. *Op.cit.*

²³⁸ *Idem.*, p.19

aumento da produção não foi causado pela mesma, sendo a calçada apenas uma contribuição para seu escoamento. Sua hipótese é de que a obra no caminho entre São Paulo e Santos deve ser entendida “como um símbolo da transformação econômica da capitania de São Paulo.”²³⁹

2.4 Um governante esquecido: Martim Lopes Lobo de Saldanha

Martim Lopes Lobo de Saldanha é pouco ou quase nada mencionado na historiografia. No levantamento feito nessa pesquisa, encontramos doze menções ao governador, excetuando-se os volumes da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* dedicados ao seu governo, de números 17, 28, 42, 43, 70 e dos números 74 a 84, perfazendo um total de 15 volumes.

Deste conjunto de referências, apenas dois artigos e um volume de coleção tratam exclusivamente do governo do Capitão-General. Há uma terceira menção específica ao governo de Lobo de Saldanha, feita dentro do *Boletim de História Sedes Sapientiae*, que já mencionamos. O *Boletim* é um dos poucos estudos de conjuntura geral do final do século XVIII, e em função de tal característica optamos por considerar apenas os dois artigos e o volume de coleção como especificamente referentes ao do Capitão-General.

Considerando o pequeno volume de estudos sobre o final do século XVIII sobre a Capitania de São Paulo, não espanta que as menções à Lobo de Saldanha não sejam mais do que citações curiosas de episódios de seu governo, inseridos em estudos generalistas que procuram, como já dissemos, justificar a situação presente de São Paulo através de situações de seu passado.

²³⁹ MENDES, Denise. *Op.cit.* p.20

Uma menção distinta ao governo de Saldanha será analisada em detalhe. É uma peça de teatro escrita em 1831, que tem o Governador e seu filho como personagens. A peça de teatro é um estudo sobre a história do período, tal como as demais citações feitas ao Governador. É posterior aos acontecimentos relatados cerca de 50 anos. Escolhemos analisá-la enquanto relato escrito de um episódio de governo, e como esse mesmo episódio se tornou decisivo na interpretação histórica do governo de Martim Lopes.

Serão elencados por ordem cronológica de publicação os trabalhos que mencionam o governador. Em seguida, mostraremos como alguns desses estudos, ao se tornarem parte da historiografia paulista, consolidaram a imagem do Capitão-General de forma negativa. Tentaremos, assim, relativizar a construção de imagem feita em torno dessa personagem, demonstrando que a escolha de alguns momentos de seu governo foi decisiva para que passasse à história como tal.

Os (poucos) estudos sobre o governador: construção de memória

Publicado em 1864, o *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, de Machado D'Oliveira, é a primeira obra que se refere a Lobo de Saldanha. Mostra como a formação de tropas para o Rio Grande e Santa Catarina foi a principal preocupação nos primeiros anos de seu governo. Escrito por um militar aposentado, que lutou no Sul na década de 1850 e posteriormente ocupou os cargos de presidente de província do Pará, Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina, vereador em São Paulo e deputado provincial, a obra enfatiza o cunho militar das ordens recebidas por Saldanha, mas não deixa de mostrar os equívocos de seu governo. Cita o bando que proibia o costume das mulheres em andarem cobertas como um dos motivos de

descontentamento da população: “quer pela rispidez e imprudencia com que se houve no recrutamento e organização desses dous corpos, quer pela mofina²⁴⁰ de ordenar por bando, e só por mofa²⁴¹ ao trajar das paulistas”²⁴².

Machado D’Oliveira, apesar de elogiar medidas militares de Saldanha, não deixa de lamentar o comportamento do governador: “era por este teor que Martim Lopes iniciou o seu governo; e quanto mais progredia este mais se reproduziam os factos da sua escandalosa prepotencia e habitual iracundia”²⁴³. Para Oliveira, essas medidas eram “desvarios governativos”, consequência das “orgias do poder deste governador (...) e [que] não podem caber na natureza deste escripto.”²⁴⁴

O episódio Caetaninho, segundo ele, teria sido “um facto profundamente deploravel, que mesmo horrorisou o governo da metropole, e produziu a destituição do governador”²⁴⁵. Oliveira encerra o capítulo sobre Lobo de Saldanha narrando o acontecido entre o filho do governador e o trombeta da legião de voluntários. Entretanto, o autor acrescenta alguns dados ao episódio: Caetaninho teria ferido de fato Antônio Lobo, “fazendo-lhe uma ligeira escoriação entre a orelha esquerda e o pescoço”²⁴⁶.

Machado de Oliveira inaugura o que foi chamado uma “historiografia marcadamente paulista”²⁴⁷, com os períodos e as características que já apresentamos. Sobre o governo de Lobo de Saldanha, as obras seguem, em maior ou menor grau,

²⁴⁰ Mofino: infeliz

²⁴¹ Mofa: zombaria, troça

²⁴² OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978. p.172

²⁴³ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Op.cit.*p.172

²⁴⁴ Idem, p.173

²⁴⁵ Idem, p.174

²⁴⁶ Idem, p.175

²⁴⁷ expressão de SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

suas indicações. Publicado em 1875, *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*, de Joaquim Floriado de Godoy, sintetiza o entendimento sobre o final do século XVIII:

Não entraremos em mais pormenores sobre a historia da provincia de S. Paulo, quando teve á frente de sua administração o Morgado de Matheus, Martim Lopes, Bernardo de Lorena, Antonio de Mello, que só se distinguiram pelo arbitrio, violencias e extorsões.²⁴⁸

Elaborado como um compêndio e publicado em 1879, os *Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo seguidos da Chronologia dos acontecimentos mais notaveis desde a fundação da Capitania de S. Vicente até o anno de 1876*, de Manuel Eufrasio de Azevedo Marques, possuem dois verbetes que interessam mencionam o governador. O primeiro, de Lobo de Saldanha: “Este governador e capitão-general de São Paulo, que tomou posse a 14 de junho de 1775, revelou logo o seu mau caráter, e o que tinha de ser sua administração na infeliz Capitania de São Paulo”²⁴⁹. Segue-se a transcrição de documentos sobre as acusações que fez Saldanha ao antecessor, Morgado de Mateus, e ao Ouvidor-geral. Encerra o verbete com uma menção ao “episódio Caetaninho” e apresenta uma pequena cronologia referente ao período de governo.

O segundo verbete que nos interessa é o de Caetaninho:

Nome com que era conhecido o trombeta da legião de voluntários reais, Caetano José da Costa, natural de São Paulo, que sofreu o suplício da forca, porque, segundo a tradição histórica, em um

²⁴⁸ GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de S. Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007. pp.67

²⁴⁹ MARQUES, Manuel Eufrasio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. Tomo II, p.107

momento de exasperação, não sofreu impassível a afronta de uma bofetada que lhe infringira seu companheiro de prazeres desordenados, o Capitão Antônio Lobo de Saldanha, filho do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha.

A simples transcrição do ofício com que este governador, depois de haver feito suplicar o infeliz, participou ao Governo da metrópole o acontecimento, gera a convicção da tirania exercida contra o infeliz trombeta.

Abaixo do trecho, está a transcrição do ofício enviado por Saldanha à Coroa, justificando seus atos. Azevedo Marques continua o verbete, citando as desavenças do Governador com a Câmara, o bispo, o ouvidor e até mesmo o juiz de fora de Santos. E apresenta sua opinião sobre as disputas de poder:

Tais eram, porém, naquele tempo as ideias predominantes e os princípios da escola da tirania governamental, que quando as acusações se dirigiam contra qualquer alto funcionário, delegado do Governo geral, o resultado não podia ser duvidoso. Foi o que aconteceu com Martim Lopes.²⁵⁰

Azevedo Marques mostra-se surpreso com a atitude do Conselho Ultramarino, que desconsiderou as acusações feitas ao governador por seus desafetos políticos, e conclui: “Tivemos em nossas mãos esses triste documentos da *paternal* justiça daquele tempo, que alguns *pessimistas* se obstinam em sustentar que herdamos em boa parte”²⁵¹

Publicado em 1911/1912, *São Paulo antigo*, de Antonio Egydio Martins²⁵², é outra obra que menciona o Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha. Em sua maioria, as citações são relativas a dois assuntos: questões militares e questões religiosas. Também são mencionados os bandos (ordens) sobre o costume das mulheres em andarem cobertas, e a manifestação pública de alívio quando do atentado ao Marquês de Pombal.

²⁵⁰ MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Op.cit.* Tomo I, p.154

²⁵¹ Idem, *ibidem*.

²⁵² MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo*, 1554-1910. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (1ª edição 1911/1912)

A menção à Lobo de Saldanha é sempre feita de forma conjuntural a alguma outra situação. Nas três menções relativas às questões militares, Saldanha aparece como referência temporal. A primeira, sobre o Quartel Militar em São Paulo:

A iniciativa da construção de um edifício para o Quartel das Forças do Exército, se bem que sem resultado, partiu do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, que administrou, como seu governador, a Capitania de São Paulo durante o período decorrido de 14 de junho de 1775 a 16 de março de 1782 (...) ²⁵³

E as demais sobre o Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme, que “armou à sua custa um bom corpo de tropas e à sua frente marchou para o Sul, no tempo em que governava a Capitania de São Paulo o Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, e muito se ilustrou na campanha de 1776-1777” ²⁵⁴ e sobre o Coronel Anastácio de Freitas Trancoso, “tendo começado a sua carreira militar no posto de capitão de uma companhia de voluntários reais, regimento que foi organizado pelo Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha em 1775, a qual foi armada à sua custa e com ela marchou para o Sul em 1776” ²⁵⁵.

Em ambas as menções, o assunto discutido no texto por Antonio Egydio Martins era o processo de independência. O Brigadeiro havia comandado as tropas que vieram às ruas em 23 de maio de 1822, e o Coronel foi membro do Governo Provisório entre 1823 e 1824, com a criação dos Presidentes de Província. A referência à Lobo de Saldanha é apenas um marco temporal do começo da carreira dos oficiais e do início da construção do Quartel Militar.

Outras três referências são feitas a Lobo de Saldanha em momentos distintos do livro – essas por questões religiosas. É a primeira vez que encontramos menção

²⁵³ MARTINS, Antonio Egydio. *Op.cit.*, p.31

²⁵⁴ Idem, p. 99

²⁵⁵ Idem, p.401

aos problemas enfrentados pelo governador frente aos representantes da Igreja. As três menções apoiam-se em ofícios enviados pelo Capitão General a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar. A primeira, de 20 de fevereiro de 1776, sobre a falta de padres seculares e da execução do culto divino “com a maior pompa e solenidade”²⁵⁶ pelo bispo Frei D. Manuel da Ressureição.

A segunda e a terceira menções à Saldanha mostram o início dos conflitos com o bispo e o desenrolar das animosidades. Transcrevendo o ofício enviado por Saldanha em 30 de novembro de 1775, o autor mostra como Governador e Bispo se respeitavam no princípio do governo daquele. No entanto, em ofício datado de 8 de abril de 1781²⁵⁷, fica claro a importância dos costumes e da hierarquia social nas cerimônias religiosas, e como o desacordo destas gerou o conflito de autoridades,

Por fim, Martins mostra que dentre os motivos apresentados por Lobo de Saldanha a Martinho de Melo e Castro para pedir sucessor, alega “estar velho e cansado e não querer mais questões com o Bispo Diocesano Frei D. Manuel da Ressureição.”²⁵⁸.

As questões religiosas e militares serão recorrentes nas menções à Lobo de Saldanha. O recrutamento das tropas e as disputas com o Frei D. Manuel da Ressureição são duas temáticas que, invariavelmente, aparecem nas referências ao governador. Quanto aos episódios pitorescos de seu governo, estes sofrem algumas alterações. Para Antonio Egydio Martins, a proibição do costume das mulheres de andarem cobertas e a comemoração do insucesso do ataque ao marquês de Pombal

²⁵⁶ MARTINS, Antonio Egydio. *Op.cit*, p.112

²⁵⁷ Idem, p.144/145

²⁵⁸ Idem, p.146

mereceram destaque. Para Machado D'Oliveira, o episódio Caetaninho foi mais importante.

E outra menção à Lobo de Saldanha começa um exercício de inter-referência entre os estudiosos da história de São Paulo que será repetido a partir de então. Publicado em 1944, *A História de São Paulo em breve resumo cronológico*, de Aureliano Leite, inicia a descrição (de fato abreviada) do governo de Saldanha mencionando trabalhos anteriores:

Ao Morgado de Mateus sucede, aos 14 de Junho de 1775, Martim Lopes de Saldanha, administrador violento, por isso bastante castigado pelos cronistas, à cuja frente se postaria o Brigadeiro Machado de Oliveira (...) que esgotaria, para lhe aplicar, os adjetivos pejorativos do seu vocabulário.²⁵⁹

Como vimos, ao inaugurar a historiografia paulista, Machado de Oliveira torna-se referência – e suas palavras são tomadas como testemunho de época, “verdades” sobre o governador. Aureliano Leite ressalta o caráter negativo do governador ao elencar, em seguida, a ordem sobre o costume das mulheres de se cobrirem como uma das primeiras medidas de governo. E sintetiza o episódio do trombeta: “Aos 1781, o governador, por haver um corneteiro reagido a uma bofetada recebida do Capitão Antonio Lobo, seu filho, faz enforcá-lo.”²⁶⁰

Aureliano Leite, membro do Instituto Histórico do Brasil, de São Paulo e de Minas Gerais, elabora seu *Resumo Cronológico* de maneira sucinta, elencando apenas alguns fatos de cada governo. Para o governo Lobo de Saldanha, conclui:

Martim Lopes Lobo de Saldanha, aos 9 de Abril de 1781, alegando velhice, cansaço e não querer mais questões com o bispo D. Manuel da Ressureição e o cura da Sé, Padre Antônio José de Abreu, com os quais vive em luta, solicita demissão do cargo através do Ministro Martinho de Melo e Castro. Afinal, a Rainha

²⁵⁹ LEITE, Aureliano. *A História de São Paulo em breve resumo cronológico*. São Paulo: 1944. p.45

²⁶⁰ LEITE, Aureliano. *Op.cit.* p.46

D.^a Maria, que a esse tempo ainda não estava louca, concede-lhe a demissão.²⁶¹

O volume VI de *São Paulo Histórico – Aspectos, Lendas e Costumes* é dedicado ao governador Lobo de Saldanha. Dentre os trabalhos que abordam o governador, esse é o primeiro livro (ou volume de coleção) dedicado inteiramente a ele. Seu autor, Nuto Sant’Anna, era chefe da Subdivisão de Documentação Histórica do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo quando da publicação da coleção.

Seu objetivo era, como o próprio subtítulo indica, relembrar fatos e acontecimentos populares da história de São Paulo. Dessa forma, o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha é visto a partir de acontecimentos, não seguindo uma ordem cronológica. Como narrativa, e não um estudo histórico a respeito do governo. Sua posição enquanto compilador é bastante clara ao comentar sobre as notas de rodapé da coleção *Documentos Interessantes*:

Um tanto apaixonada a linguagem do antigo diretor do Arquivo do Estado, sinão[sic] mesmo inútil e deselegante, considerando-se que vêm à margem de documentos oficiais. Tais notas devem ser exclusivamente elucidativas, nunca de crítica. Esta compete ao historiador, no gozo e uso da sua função social e pública.²⁶²

O trabalho de Nuto Sant’Anna sobre o Governador Martim Lopes tornou-se uma das principais menções no exercício de inter referência. A narrativa de Sant’Anna passou a ser citada nos estudos seguintes, a título de “memórias” e “curiosidades”. O autor consegue descrever no volume VI praticamente todas as medidas de governo e os acontecimentos durante a estada de Martim Lopes na

²⁶¹ LEITE, Aureliano. *Op.cit.*, p.46

²⁶² SANT’ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico. Aspectos, Lendas e Costumes. Vol. VI*, São Paulo: Departamento de Cultura, 1944. p.25

capitania de São Paulo. Enquanto narrativa, *São Paulo Histórico* é o mais completo trabalho sobre o período do capitão-general.

Nos estudos seguintes, alguns acontecimentos narrados por Nuto Sant'Anna passaram a ser desconsiderados como, por exemplo, o noivado do Ouvidor José Pinto de Moraes, narrado no capítulo 1. Os demais trabalhos se concentraram nas disputas entre Saldanha e o ouvidor seguinte, o Juiz de Fora de Santos, José Carlos Pinto de Souza, ocupante interino do cargo devido à morte do primeiro.

Descrição do Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha:

Homem ríspido, mais ou menos cruel e impertinente, sobravam-lhe as ásperas características de um senhor feudal. Tinha o prazer, a avidez da minúcia, quando se tratava de diminuir ou de arrazar. Nada poupava. Como amigo, seria excelente; como inimigo, dos piores e mais encarniçados.²⁶³

No entanto, entende-o como mais um na sucessão de capitães-generais do período pós-restauração. No capítulo 11, intitulado “Roupa Suja”, Sant'Anna faz um balanço geral dos governadores enviados para São Paulo. A princípio, seriam recebidos com pompas, “prenúncios de melhores dias.” Mas com o passar do tempo, e as medidas cada vez mais rigorosas, iam se tornando objetos de “repulsa de ódio”. De forma que

Em regra, uns se sucediam os outros com a mesma negligência e a mesma ferócia. Raros os que, através das impertinências e dos requintes de boêmia ou luxo, reservaram alguns dias de fecundo esforço ao progresso da terra e dos prestantes vassalos de el-rei.²⁶⁴

Ao entendê-lo dentro do contexto, Nuto Sant'Anna acaba por inserir Lobo de Saldanha na estrutura administrativa do período. Não deixa, contudo, de ressaltar seu

²⁶³ SANT'ANNA, Nuto. *Op.cit.* p.137

²⁶⁴ Idem, p.58

comportamento: “o ríspido capitão-general Martim Lopes”²⁶⁵, repressor de “visíveis requintes de senhor feudal”²⁶⁶, “vivendo e governando como um sátrapa, rude e irreverente”. Contudo, suas ações estariam ligadas à estratégias maiores, às orientações de governo no Reino:

Quanto à Martim Lopes, foi um capitão-general; tirano, mas capitão-general. Sem dúvida que cometeu toda sorte de barbaridades, que caluniou, que enforcou. Mas fê-lo dentro do espírito de seu tempo, sob a tutela do implacável Marquês de Pombal²⁶⁷.

Em 1948 é publicado na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo o artigo “O Governo do Capitão General de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. 1775-1782”, de Dulce de Campos. Com o subtítulo “Notas e Apontamentos”, é o primeiro artigo de periódico publicado exclusivamente sobre o governador. Nele, a autora repete alguns dos conceitos sobre o governo de Saldanha elaborados em estudos anteriores, e apoia-se em referências, como os trabalhos de Azevedo Marques e Machado de Oliveira, além da consulta e menção aos volumes 17, 42 e 43 da coleção *Documentos Interessantes*.

O artigo apresenta algumas inovações. A primeira delas, em relação ao governo de D. Luís Antonio de Sousa Botelho e Mourão, antecessor de Lobo de Saldanha:

O Morgado de Mateus que foi indiscutivelmente homem de cultura invulgar para a sua época, usou e abusou dos largos poderes inerentes ao seu cargo. Na sua administração, como aliás em todo o período colonial, sofreram os paulistas inúmeras violências e prepotências²⁶⁸.

²⁶⁵ Idem, p.47

²⁶⁶ SANT’ANNA, Nuto. *Op.cit*, p.39

²⁶⁷ Idem, p.25

²⁶⁸ CAMPOS, Dulce de. O Governo do Capitão General de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano XIV, Vol. CXVII. São Paulo, 1948

Nesse artigo encontramos a primeira menção negativa ao governo do Morgado de Mateus. Muito embora nas páginas seguintes a autora mostre os desentendimentos entre o Morgado e seu sucessor, a princípio ele teria sido um governante ciente de seus poderes e que, apesar de sua educação e posição social, fez uso dos mesmos.

Lobo de Saldanha nos é apresentado com o título de Brigadeiro, sendo “um fidalgo português de alta hierarquia, e com instruções especiais para preparar a defesa do sul do país”²⁶⁹. É a partir dessas Instruções que a autora tenta analisar o governo de Saldanha, uma vez que eram “as mais incisivas instruções para, como militar e governador, promover urgentemente a formação de tropas para a defesa da ameaçada fronteira.”

Em seguida, vemos que a nomeação para a Capitania de São Paulo havia sido precedida da nomeação para a Capitania de Pernambuco. A autora não se detém nos motivos de tal mudança, preferindo mencionar algumas informações biográficas do governador. Dentre as menções à Lobo de Saldanha, Dulce de Campos é que apresenta a maior quantidade de dados pessoais:

Até agora pouco se sabe da sua existência e menos ainda do seu passado. A sua vida de militar e fidalgo em Portugal é obscura; no meado do século como simples tenente de infantaria, ainda solteiro vivia em Estremóz, no Alentejo, com sua mãe e seus irmãos (...) ²⁷⁰

Dulce de Campos é a primeira a mencionar alguma genealogia de Lobo Saldanha:

Pela sua progênie Martim Lopes Lobo de Saldanha era fidalgo de linhagem; na sua ascendência varonil, contam-se diversos comendadores da Ordem de Cristo. (...) A fidalguia de Martim

²⁶⁹ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit.*, p.5

²⁷⁰ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit.*, p.6

Lopes é antiga e autêntica; descendente por dois costados do rei D. Pedro I de Portugal.²⁷¹

E também a primeira a descrevê-lo fisicamente:

Era um homem já idoso que se esparramava em sua montaria, cansado do mau agasalho e impraticáveis caminhos com que fora incomodado nos longos dezessete dias de sua viagem do Rio de Janeiro a São Paulo.²⁷²

Ao escrever sobre as reclamações de Saldanha sobre seu antecessor, Dulce de Campos mostra como o presídio de Nossa Senhora do Igatemi tornou-se motivo de descontentamento entre o Morgado e a população de São Paulo, de forma que o novo governador foi recebido com esperança de encerrar tal empreendimento. Contudo, o acirramento das tensões com o Morgado de Mateus teria origem na situação da Fazenda Real tal como encontrada por Martim Lopes – “A pobreza da capitania era tal que os rendimentos da Fazenda Real, mesmo com os lançamentos ilegais, eram insuficientes para as despesas da administração.”²⁷³

As acusações contra o antecessor levaram o Vice-Rei Marquês do Lavradio a advertir Lobo de Saldanha. Entretanto, para ela

A aflição do Capitão-General não deixava de ser justa, pois viera com instruções especiais para uma guerra que se reputava próxima com os castelhanos do Rio da Prata, que confinavam com a capitania. Todos os seus cuidados eram dirigidos para a preparação militar em uma iminente luta armada.

As atitudes do Governador são balizadas pelas ordens recebidas de seus superiores. Ao receber a incumbência de organizar um corpo militar na capitania, e não encontrando condições de fazê-lo, Lobo de Saldanha volta-se contra seu antecessor – uma atitude que a autora considera legítima.

²⁷¹ Idem, p.6

²⁷² Idem, p.7

²⁷³ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit*, p.12

A necessidade de obras públicas, como a construção de um quartel-general e um novo hospital são iniciativas do governador lembradas pela autora. Ainda que pensados dentro do contexto militar, arregimentação de tropas e cuidado de soldados, não deixam de ser ações de governo consideradas positivas. Dulce de Campos procura explicar o governo de Lobo de Saldanha dentro da ótica militar: “Martim Lopes recebeu Ordens Reais, para estabelecer um plano militar, muito importante ao Real Serviço, e sem perda de tempo tratou de executá-lo.”²⁷⁴

Recruta soldados, arregimenta tropas, seguindo as instruções recebidas. E quando o Tratado de Santo Ildefonso foi assinado em 1777 “se afastava desta velha usança e suas grandes preocupações (...) tendo que limitar-se a exploração da pecuária e da agricultura do próprio território da capitania.”²⁷⁵ Em 1778, completando 3 anos de sua administração, escreve pedindo sucessor, concomitantemente à substituição do Vice-Rei Marquês do Lavradio por D. Luís de Albuquerque. No mesmo ano, ao escrever ofícios para o Bispo Fr. D. Manuel da Ressurreição denunciando vigários de diversas paróquias, intromete-se na administração clerical, iniciando uma disputa que continuou até o final de seu governo.

Para Dulce de Campos, o episódio Caetaninho seria “um fato que muito indignou aos paulistas, síntese de toda uma administração”²⁷⁶. Como desdobramento do enforcamento do trombeta, Lobo de Saldanha torna-se inimigo declarado do Ouvidor Estevão Gomes Teixeira e ainda mais malquisto pelo Bispo Frei D. Manuel.

²⁷⁴ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit.* p.26

²⁷⁵ Idem, p.34

²⁷⁶ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit.* p.42

É acusado por ambos de despotismo e abuso de poder em cartas enviadas à Rainha e em representação da Câmara Municipal.

Sobre seu período de governo, sintetiza Dulce de Campos:

Por tão grande número de erros cometidos na pública administração, foi Martim Lopes de Saldanha o pior de todos os governadores Capitães-Generais, apontados na Capitania de São Paulo. Seu caráter não era elevado, divertia-se com a calúnia; amava a intriga; deleitava-se com a vingança. Tendo as rédeas do governo em suas mãos pois a larga o seu despotismo sem a ninguém respeitar, nem mesmo a vida de seus governados. Passou os sete anos de seu malfadado governo, sem que demonstrasse algum valor ou capacidade na administração. Censurando sempre os feitos de seu antecessor, como pródigo em a todos censurar, nada fez de notável, sendo que no trabalho de algum valor e esforço na organização de forças para combater no Sul teve grande auxílio monetário fornecido pelo Vice-Rei, além de grandes dispêndios feitos pelos capitães comandantes das companhias, que eram rapazes fidalgos pertencentes as mais ricas famílias da Capitania. Assim conseguiu organizar essas forças de que tanto se vangloriou, empregando, embora, violências e vexames para recrutar toda tropa, usando processo brutal e despótico, de acordo com seu temperamento.²⁷⁷

Na visão de Dulce de Campos, Martim Lopes Lobo de Saldanha fora o pior dos Governadores e Capitães Generais. Uma vez investido no cargo, demonstrou seu caráter e sua má personalidade em atos de violência e tirania. Administrativamente incapaz, deve seu relativo sucesso na tarefa de arregimentar tropas devido à contribuição financeira do Vice-Rei – e mesmo assim, ainda o conseguiu por meio da violência. Em resumo, deixou a Capitania de São Paulo “em piores condições pela sua péssima e improdutiva administração, em estado de penúria econômica.”²⁷⁸

Apesar de todo esse histórico negativo, Dulce de Campos ainda tenta, em seu último parágrafo, reabilitar a figura de Lobo de Saldanha. Suaviza a má reputação construída em torno do governador entendendo-o como militar, inculto e

²⁷⁷ Idem., p.47

²⁷⁸ CAMPOS, Dulce de. *Op.Cit.* p.50

despreparado para a função que assumira. E termina por concluir que sua fama na historiografia tornou-se desconhecida ao longo do tempo:

Bem intencionado em servir ao seu rei e ao reino, limpo de mãos, cego no cumprimento de ordens recebidas, como militar obediente exigia também fiel cumprimento às ordens que expedia; era rude ao ponto de parecer perverso, talvez o tivesse sido mesmo; desconhecia a persuasão, faltava-lhe tato ao tratar com os homens da governança, do clero e do povo; pobre de cultura geral era grande a sua vaidade; como longínquo descendente, não herdara do grande Dom João de Castro, flor de cavalaria lusitana, não herdara as raras e admiráveis qualidades de chefe e governante do famoso vice-rei da Índia. Não foi admirado nem benquisto pelos paulistas, que o detestavam; não conhecera nem se servira do tépido leite da bondade humana, de que fala o imortal poeta. A sua memória já de muito há muito se apagara na memória dos homens. Assim passou com uma vaga de terror causticante, aquele que fora o pior dos truculentos capitães-generais e governadores da grande e nobre capitania de São Paulo.²⁷⁹

Ainda no ano de 1948, outro livro faz uma pequena menção à Martim Lopes Lobo de Saldanha. *História de São Paulo*, de Tito Lívio Ferreira²⁸⁰, apresenta os moradores da capitania como “lusopaulistas/lusobandeirantes”, um conceito elaborado pelo autor como forma de agregar, às qualidades de empreendedorismo dos paulistas, o adjetivo luso, lembrando o pertencimento destes ao Império Português.

Mesmo elogioso da herança lusa, Tito Lívio não deixa de ressaltar o caráter ativo e independente dos paulistas: foram eles os responsáveis pela extensão territorial do país. Na página 25, escreve: “No alvorecer do século XVIII já os Lusobandeirantes haviam devassado e conquistado, com vivo e ingente sacrifício, o

²⁷⁹ Idem, Ibidem.

²⁸⁰ FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. Segundo Volume. Gráfica Biblios LTDA – Editora. São Paulo. 1948

posto de vanguardeiros na história lusobrasileira.”²⁸¹. E é sobre a apresentação desses habitantes ao governador a primeira menção à Lobo de Saldanha:

Já no derradeiro quartel do século XVIII, nas Instruções do Vice Rei do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio ao Governador de São Paulo, Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, os Lusobandeirantes eram apresentados²⁸²:

Segue-se a Instrução do Marquês do Lavradio à Saldanha, na qual relembra os “valerosos homens que fizeram tão conhecido na Europa o nome Português.” E seguindo a mesma lógica, transcreve uma carta que se tornará bastante conhecida, do Morgado de Mateus ao Rei, de 11 de dezembro de 1766, em que diz serem

os Paulistas, segundo minha própria experiência, grandes servidores de Sua Magestade. No seu real nome fazem tudo quanto se lhes manda, expõem aos perigos a sua própria vida, gastam sem dificuldade tudo quanto têm, e vão até o fim do mundo sendo necessário. O seu coração é alto, grande e animoso, o seu juízo grosseiro e mal limado, mas de um metal muito fino; são robustos, fortes e sadios, e capazes de sofrer os mais intoleráveis trabalhos. Tomam com gosto o estado militar, e oferecem-se para acometer os perigos, e facilmente se armam à sua custa.²⁸³

Tito Lívio Ferreira procura exaltar os paulistas, mostrando-os como colonos diferenciados dentro do Império Português. Os sentimentos de independência, altivez e insubmissão elaborados na década de 1930 são retomados para reafirmar a supremacia paulista dentro da economia brasileira. Nesse modelo, os capitães gerais são meras balizas cronológicas. Em alguns casos, como nas Instruções do Vice-Rei à Lobo de Saldanha, ou na carta do Morgado de Mateus ao rei, fornecem exemplos que subsidiam essa construção da imagem de São Paulo.

Affonso d’Escragnole Taunay, considerado o grande historiador paulista, publicou diversas obras em que menciona o Governador e Capitão-General Martim

²⁸¹ FERREIRA, Tito Lívio. *Op.cit.*p.25

²⁸² Idem, p.26

²⁸³ FERREIRA, Tito Lívio. *Op.cit.*, p.28

Lopes Lobo de Saldanha. Consideramos que a *História da Cidade de São Paulo no Século XVIII*, publicado em 1951 como parte das comemorações do IV Centenário, é dentre seus trabalhos, o que melhor representa a imagem negativa de Lobo de Saldanha na historiografia tradicional paulista.

Em seu volume II (1765-1801) os capítulos III, IV, V e VI são dedicados ao governador. Taunay apresenta cronologicamente os principais fatos e acontecimentos do período de Governo de Lobo de Saldanha. A parcialidade de seus comentários é marcante ao longo de todo o texto. Já no subtítulo do Capítulo III, assim define Martim Lopes Lobo de Saldanha: “Mesquinho, prepotente e desequilibrado personagem”²⁸⁴.

Para elaborar sua imagem negativa do governador, Afonso Taunay apoia-se nos volumes 28, 42 e 43 dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, publicados pelo Arquivo do Estado em 1898 (vol.28) e 1903 (vols. 42 e 43). Não ignora as notas de Antonio de Toledo Piza nos dois últimos volumes dos *Documentos Interessantes*. Ao contrário, interpreta os documentos a partir das observações daquele, chegando até mesmo a citá-lo:

‘Esta carta [ofício de Saldanha para o Bispo, D. Frei Manuel da Ressureição, de 29 de março de 1780] foi verdadeira declaração de guerra ao Bispo, que a aceitou e em dois anos fez o Capitão-General abandonar o Gôverno de São Paulo, onde não deixou saudades, mas ódios e ruínas’ comenta Antônio Toledo Piza.²⁸⁵

Utiliza também os *Apontamentos Historicos* de Azevedo Marques e *São Paulo Histórico*, de Nuto Sant’Anna. Afonso Taunay consolida o exercício de inter-relações da historiografia paulista iniciado por Aureliano Leite. Juntamente com o

²⁸⁴TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. Vol. II São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951. p.31

²⁸⁵TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *Op.cit*, p.43

corpus transcrito e publicado nos *Documentos Interessantes*, o *Quadro Historico da Província de São Paulo* de Machado de Oliveira, e os *Apontamentos Historicos* de Azevedo Marques, tornam-se referência para estudar o final do século XVIII em São Paulo, sendo tomados como imparciais e verídicos, a partir do qual a narrativa da história paulista é construída.

Como escreve José Honório Rodrigues, “Taunay foi bem um representante do revisionismo histórico, cujo fim principal consistiu em rever os grandes quadros históricos, corrigindo, acertando, acrescentando, atualizando”²⁸⁶. Dessa forma, a imagem de Martim Lopes Lobo de Saldanha que vinha sendo elaborada pela historiografia desde o final do século XIX, encontra no autor mencionado seu momento de cristalização. O historiador segue a tendência de suas obras de referência quando caracteriza negativamente o governador.

A ênfase nos conflitos gerados pela administração de Saldanha pode ser entendida como um dos aspectos da obra de Taunay mostrados por José Honório: ao lado do ímpeto revisionista, de ampliação, está o interesse pela ampliação territorial e pela economia cafeeira. Nas palavras de Rodrigues,

É um historiador que procurou estudar mais os movimentos coletivos, populares, de que a bandeira é uma expressão seiscentista, do que as minorias ou as personalidades dirigentes, os capitães-mores e os vice-reis²⁸⁷.

Por sua visão centralizada nas bases econômicas e sociais, Taunay acaba por interpretar o final do século XVIII como um período pobre e decadente, uma vez que não há grande produção agrícola, e no qual a população de São Paulo seria novamente submetida à estrutura da administração portuguesa. Nesse contexto, a

²⁸⁶ RODRIGUES, José Honório. Afonso d’Escagnolle Taunay. 1876-1958. In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 38, No.3 (Aug., 1958), pp. 389-393. p.390

²⁸⁷ RODRIGUES, José Honório, *Op.cit* p.390

figura do capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha e as demandas específicas de seu governo se tornam alvo do historiador, que acaba por descrevê-lo:

A pior das reputações deixou Martim Lopes entre os paulistas como homem de péssimo caráter, delator, bajulador, prepotente, arbitrário, mesquinho, tacanho, capaz das maiores violências e injustiças.²⁸⁸

A última referência encontrada ao Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha é um dos dois artigos escritos especificamente sobre o governador. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, trata-se de um estudo do período do governo dividido em 11 itens ou temas. O autor, Antônio Barreto do Amaral, tenta reabilitar a figura de Lobo de Saldanha, entendendo os atos de governo separadamente da personalidade do governador.

No entanto, não foge às caracterizações pejorativas. E logo no início, ao explicar a demora de Saldanha em sair do Rio de Janeiro e dirigir-se à São Paulo, escreve: “(...) o homem que viria pôr em sobressalto, com suas tropelias, a população da capitania só deixaria a capital a 28 de maio.”²⁸⁹

Ao longo do texto, faz pequenos comentários em tom de ironia sobre as ações de governo. Elenca os episódios consagrados nos estudos anteriores: a demanda por um carrasco para a força, o caso do trombeta Caetano José, a prisão do Tenente-Coronel Policarpo de Oliveira, a proibição dos costumes das mulheres, a perda do Iguatemi, os recrutamentos militares e os desentendimentos com o clero. Contudo, é dentre todos os trabalhos analisados o que mais se aproxima de um elogio ao governo de Lobo de Saldanha. Em alguns momentos, chega até mesmo a fazê-lo.

²⁸⁸TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *Op.cit.* p.32

²⁸⁹AMARAL, Antonio Barreto do. “Martim Lopes Lobo de Saldanha”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.. Vol. LVX. São Paulo, 1968. p.190

Particularmente, ao tratar da organização militar para socorrer o Sul, Barreto do Amaral escreve:

E para socorrer o Rio Grande irá ele [Lobo de Saldanha] recrutar e organizar forças militares, serviço de mérito que efetivamente realizou e ao qual se dedicou com todo o entusiasmo, desde os primeiros dias de sua governança, muito embora a violência e as perseguições havidas, tão de harmonia com seu feito e caráter²⁹⁰.

Mais à frente, ainda sobre a questão dos recrutamentos, acrescenta: “Dera-se de corpo e alma ao empreendimento, recrutando para mais de seis mil homens, dentre uma população de cem mil almas apenas.”²⁹¹

O terceiro elogio ao governador exemplifica a maneira como Barreto do Amaral separa as ações de governo da personalidade do governante. Escrevendo sobre o envio de animais e plantas para o reino, assunto ignorado nos trabalhos anteriores, Amaral conclui:

Recebera Martim Lopes, ao vir para o Brasil, o encargo de remeter para o Reino todas as aves e animais que lhe fosse possível, do que se desincumbiu com aquele ardor que costumava empregar em todas as suas ações, fossem elas boas ou más.²⁹²

No penúltimo item do artigo, ao descrever os desentendimentos entre o Capitão-General e o Bispo Fr. D. Manuel da Ressureição, o autor aponta como início das hostilidades a postura do governador enquanto “mensageiro das reclamações, das queixas que os moradores, das vilas da Capitania julgavam de apresentar contra os seus párocos.”²⁹³ Em sua análise, Lobo de Saldanha entra em conflito com o Bispo quando se torna intermediário entre as ações deste e a população.

²⁹⁰ AMARAL, Antônio Barreto do. *Op.cit.* p.204

²⁹¹ AMARAL, Antônio Barreto do. *Op.cit.*, p.206

²⁹² Idem, p.210

²⁹³ Idem, p.212

A tentativa do governador de mediar relações que estavam fora de sua esfera de atuação, nesse caso o campo religioso, será reprimida dentro da mesma lógica. Se no início do governo escreveu ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro elogiando a solenidade e a pompa das festividades promovidas pelo bispo, no fim “estava cansado das querelas e das lutas com Dom Manuel da Ressurreição.”²⁹⁴

Durante a quaresma em seu último ano de governo, março 1781, recebera a comunhão e o lavatório em “hum copo de vidro da mão do Sachristão”, sendo que nos anos anteriores os havia recebido “por hum calice”. Sobre o episódio, conclui Barreto do Amaral:

Sofrera toda a humilhação, sem reclamar, por ser bom católico e se prezar de saber prestar o respeito que merece a Santíssima Mesa; mas a ofensa fora grave demais. Não pela qualidade do vaso, mas por se julgar ofendido em sua qualidade de general. Seria essa a última das que poderia receber, já que tivera pública realização (...) Mal decorridas vinte e quatro horas oficiava ao Ministro pedindo sucessor.²⁹⁵

Ao pedir para ser substituído, “dava-se por vencido na luta contra Dom Manuel da Ressurreição.” E sobre seu período de governo, “conformava-se com a vontade de D. Maria I e esperava a ‘incomparavel graça’ de lhe darem sucessor.”

Déspota, tirano e arbitrário: a historiografia paulista e a elaboração de uma imagem negativa

As obras produzidas sobre os Capitães-Generais de São Paulo no final do século XVIII caracterizaram Lobo de Saldanha como um dos piores governadores da Capitania. Acreditamos que essa historiografia, produzida até as comemorações do IV Centenário de São Paulo, ligada a instituições como o Instituto Histórico e

²⁹⁴ Idem, p.216

²⁹⁵ AMARAL, Antônio Barreto do. *Op.cit.*, p.216.

Geográfico de São Paulo, e representada por autores como Affonso d'Escragnole Taunay, Manuel Eufrasio de Azevedo Marques, Aureliano Leite, dentre outros, analisou o Governador de forma parcial, ressaltando as características pessoais de Lobo de Saldanha refletidas em ações de governo. Portanto, destacaram algumas medidas tomadas que provocaram descontentamento entre seus governados, as quais exemplificariam sua personalidade.

A primeira referência encontrada ao governo de Lobo Saldanha foi uma peça de teatro, escrita por Paulo Antônio do Vale, que estreou em 2 de outubro de 1848 no Teatro da Ópera em São Paulo²⁹⁶. Segundo o próprio autor, “seu sucesso foi bastante grande”²⁹⁷. *Caetaninho, ou o tempo colonial*, como a peça foi chamada, “é a dramatização do caso de um jovem soldado de origem humilde que desafiou o representante do governo português e foi executado.”²⁹⁸ Segundo Mariângela Alves de Lima, “são verídicos o local, a rusga e a presença dos atores itinerantes. O mais é invenção.”²⁹⁹ Como sua primeira peça, o “dramaturgo começa com o pé direito ao selecionar, em vez de um episódio de heroísmo individual ou coletivo, um momento de violação de direito da pessoa.”³⁰⁰. Entusiasmado com o resultado de sua primeira obra, Paulo Antônio do Valle escreveria mais três peças, duas delas abordando “fatos passados ainda durante o período colonial, com personagens verídicos, geralmente militares.”³⁰¹ Afinal, como nos lembra Mariângela Lima, “uma das tarefas assumidas

²⁹⁶ AZEVEDO, Elizabeth R. *Um palco sob as arcadas: o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000. pp.83

²⁹⁷ AZEVEDO, Elizabeth R. *Op. cit.* p.84

²⁹⁸ Idem, p.83

²⁹⁹ LIMA, Mariângela Alves de. “Prefácio”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcos de. (org.) *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial, 1998. pp.275

³⁰⁰ Idem, p. 274

³⁰¹ AZEVEDO, Elizabeth R. *Op.cit.* p.83

pela dramaturgia acadêmica é a de tornar presente, engrandecendo, o passado colonial.”³⁰²

Definido pelo autor como um “Drama Original em Três atos e um Prólogo”, a peça “romantiza a situação misturando ao fato político um triângulo amoroso entre o dito *Caetaninho*, sua amada Joana e o filho do capitão-general Martim Lopes, Antônio Lobo.”³⁰³ Resumindo a história em poucas palavras,

durante uma representação teatral, Caetano José da Costa desentende-se com um oficial, amigo e habitual companheiro de folias. Ao que parece, o episódio poderia ter-se caracterizado como um caso ligeiro de indisciplina militar, uma vez que não houve ferimento. Caracterizou-se, entretanto, como tentativa de assassinato por ser o agredido filho ou protegido do Capitão-general.

Entre a ficção e o fato histórico, a dose de invenção é grande. Como um típico drama romântico, à trama central, verídica, é acrescido o elemento teatral: a personagem Joana, “amante do soldado e objeto de cobiça do oficial.”³⁰⁴. É a disputa pelo amor da moça que leva ao conflito entre *Caetaninho* e Antônio Lobo. Nas entrelinhas, subentende-se que “amor e felicidade são impossíveis neste mundo imperfeito, determinado pelo dinheiro e pelo poder. É uma visão pessimista que oferece duas saídas: a fuga através da morte ou a luta pela mudança da sociedade.”³⁰⁵

Escrita no mesmo ano em que completou o bacharelado em Direito no Largo de São Francisco, *Caetaninho, ou o tempo colonial* é uma peça em que “o autor focaliza sobretudo a violação das normas vigentes.”³⁰⁶ No segundo ato, ao tratar do julgamento de *Caetaninho*, Paulo do Vale registra a importância da legislação, pois

³⁰² LIMA, Mariângela Alves de. Op. cit. p.277

³⁰³ AZEVEDO, Elizabeth R. Op.cit. pp.83

³⁰⁴ LIMA, Mariângela Alves de. Op. cit., pp.275

³⁰⁵ AZEVEDO, Elizabeth R. Op.cit. pp.83

³⁰⁶ LIMA, Mariângela Alves de. Op.cit. p.275

“é na observância das leis e na sua aplicação que se faz ouvir a *vox populi*.”³⁰⁷ O processo de formação do Estado nacional, para Paulo Antônio do Vale, “dependerá menos de heróis e mais do respeito de todos os cidadãos aos códigos que visam o bem comum.”³⁰⁸

Qual a relação entre a peça de teatro e a historiografia sobre Lobo de Saldanha? *Caetaninho, ou o tempo colonial* apresenta três momentos do governo que serão reproduzidos pelos historiadores posteriormente. A imagem do governo Lobo de Saldanha, de certa forma, é construída a partir dos episódios apresentados por Paulo Antônio do Vale, repetidos às vezes sem análise crítica.

O primeiro ato constitui-se na justificativa da agressão de Caetaninho a Antônio Lobo apresentando a personagem Joana, objeto da disputa. O segundo ato sintetiza o período da administração de Martim Lopes Lobo de Saldanha. Inicia-se com “o diálogo entre o governador e o juiz ponderando a forma processual e a sentença.”³⁰⁹ Em outras palavras, mostra a interlocução entre o Capitão-General e o Ouvidor acerca da sentença do julgamento de Caetaninho. Vemos o confronto entre a vontade individual e o interesse coletivo, uma vez que o governador “considera a agressão de Caetaninho uma afronta pessoal e por essa razão não deseja o cumprimento da lei, mas um desagravo.”³¹⁰ Lobo de Saldanha é caracterizado como o vilão-mor, ao qual é atribuída toda a responsabilidade dos atos de governo, ao

³⁰⁷ Idem, pp.276

³⁰⁸ Idem., pp.274

³⁰⁹ LIMA, Mariângela Alves de. *Op.cit.*, p.276

³¹⁰ Idem, Ibidem.

mesmo tempo que “as sucessivas cenas reforçam esse divórcio entre o indivíduo e a coletividade.”³¹¹

O terceiro e último ato se passa no dia da execução da sentença. Entra em cena Frei Galvão, como confessor de Caetaninho e porta-voz da cristandade, “único alívio possível para a vítima da injustiça”³¹². Sabendo que Frei Antônio de Santana Galvão foi condenado ao desterro por Lobo de Saldanha após esse episódio, a aparição do religioso cria “uma espécie de envoltório de redenção”³¹³, ao mesmo tempo que demonstra a devoção ao franciscano no século XIX.

O episódio Caetaninho, a disputa política com o Ouvidor Estevão Gomes Teixeira e o conflito com os religiosos se transformaram nas marcas do governo Lobo de Saldanha. Esses três momentos, algumas vezes de maneira alternada, aparecem em toda a historiografia sobre o governador.

São de Afonso Taunay as palavras mais duras sobre o governador. Em sua *História da Cidade de São Paulo*, coloca no título do capítulo XX: “O Governo Sinistro de Martim Lopes Lobo de Saldanha”. E na página 188, apresenta a administração de Martim Lopes:

Deixando o Governo da Capitania, a 13 de junho de 1775, passou-o o morgado ao brigadeiro dos reais exércitos Martim Lopes Lobo de Saldanha, personagem desequilibrado e de muito maus instintos. Durante sete anos flagelaria os seus governados a quem recordaria os dias penosos de Caldeira Pimentel. Tiranete mesquinho tornar-se ia o ferrenho perseguidor das Câmaras paulistas imiscuindo-se nas eleições municipais, impondo a posse de seus bajuladores e apaniguados cometendo toda a sorte de desatinos e violências. Fez

³¹¹ Idem, p. 277

³¹² Idem, ibidem.

³¹³ Idem, ibidem.

com que na cidade de São Paulo reinasse verdadeiro regime de terror ao exigir o acatamento aos seus absurdos caprichos.³¹⁴

Fala também da “corajosa resistência” do bispo e do ouvidor, sem contar a disputa com a Câmara:

O que Martim Lopes fez sofrer de vilanias aos camaristas paulistanos chega às raias do inacreditável. Submeteu-os a humilhações pesadas, ao mesmo tempo que deles mandava as piores apreciações aos ministros de Estado, qualificando-os de reles caixeiros e broncos almocreves.

O historiador não economiza nos adjetivos: “amalucado sátrapa”, “tiranete”, “truculento personagem”. Mas é em sua *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, publicada em 1951, que demonstra sua prolixidade: “A pior das reputações deixou Martim Lopes entre os paulistas como homem de péssimo caráter, delator, bajulador, prepotente, arbitrário, mesquinho, tacanho, capaz das maiores violências e injustiças”³¹⁵. Mais adiante chega, inclusive, a conjecturar aspectos da personalidade Lobo Saldanha: “Deve Martim Lopes ter sido personagem de extraordinária mesquinhez de sentimentos, verdadeiro tipo de vilão de vara na mão”³¹⁶

Acreditamos que os comentários sobre o governador Lobo de Saldanha feitos pela historiografia paulista destacaram os aspectos negativos de sua personalidade. Ao mapear a produção sobre Lobo de Saldanha, percebemos a recorrência de alguns temas que tentamos mostrar. As relações entre Lobo de Saldanha, o Bispo de São Paulo Frei Manoel da Ressureição, o Ouvidor-Geral Estevão Teixeira, a Câmara e os oficiais de vereança exemplificam a disputa entre instâncias de poder na Capitania em fins do século XVIII. O conflito entre estas instâncias, os atritos pessoais que se

³¹⁴TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p.188

³¹⁵TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. Vol. II São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951

³¹⁶TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo no século XVII*.p.38

tornaram institucionais, foram apropriados pela historiografia paulista para demonstrar a arbitrariedade do governador e valorizar a “autonomia” paulista.

3. Conflitos de poderes na Capitania de São Paulo

A partir da restauração de sua autonomia administrativa, em 1765, São Paulo voltava a ser comanda por um Governador e Capitão-General designado para a Capitania, com Instruções específicas e Carta-Patente própria, conforme visto no capítulo anterior. De acordo com Ana Paula Medicci,

os governadores enviados à capitania de São Paulo a partir de então eram homens letrados e importantes militares, arregimentados pelo Estado português a fim de que este pudesse expandir seus meios de controle e intervenção nas possessões coloniais.³¹⁷

A política de fomento e modernização implantada pelo consulado pombalino, nas palavras da mesma autora, “favoreceu setores enraizados na Colônia”³¹⁸. Como dissemos anteriormente, o estímulo à agricultura promoveu a integração de São Paulo na estrutura de exploração da metrópole, e para tanto foi necessário favorecer o desenvolvimento local.

Porém, desenvolver economicamente a Capitania para integrá-la ao Sistema Colonial e ao mesmo tempo garantir a defesa dos territórios ao Sul eram tarefas difíceis de serem conciliadas. E nesse processo, o Governador e Capitão-General de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, enfrentou oposição e reação por parte de alguns setores da sociedade paulista.

Segundo Elizabeth Kuznesof, quatro grupos administrativos controlavam os recursos e detinham o poder de autoridade: os administradores régios, designados pela Coroa; a edilidade municipal, incluindo os oficiais da câmara e o juiz dos órfãos; os oficiais militares das tropas regulares, que como vimos eram comandantes também das tropas auxiliares; e o corpo administrativo da Santa Casa da Misericórdia. Nas palavras da autora,

³¹⁷ MEDICCI, Ana Paula. “De Capitania a Província: o lugar de São Paulo nos projetos de Império”. In: COSTA, Wilma Peres e OLIVERIA, Cecília Helena de Salles Oliveira. *De um Império a Outro*. Estudos sobre a Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: FAPESP, 2007 p.243

³¹⁸ MEDICCI, Ana Paula. *Op.cit*, p.245

Each of these elite groups, with the exception of the militia, had separate patrimony and therefore separate economic power. The militia officers held a local land-based power, reinforced in the private economic sphere, and were the only officials, other than the municipal fiscal officials, who had police powers.³¹⁹

A Câmara da Cidade de São Paulo e o Bispo Fr. D. Manuel da Ressurreição, foram os principais desafetos políticos do governador. As disputas com o Bispo começaram a partir de 1778, quando o padre Antonio Ramos Borba, vigário no presídio do Iguatemi, foi preso depois da tomada da praça-forte. Nesse episódio, Saldanha e Fr. Manuel estavam de acordo quanto às medidas a serem tomadas. Como veremos adiante, depois disso se colocaram em lados opostos.

Os membros do Senado da Câmara de São Paulo expressaram seu descontentamento com o governador no episódio de Caetaninho, citado no item anterior, o qual analisaremos com mais cuidado no último item deste capítulo. Mas as disputas com o Governador ocorreram antes do enforcamento do trombeta: ao reunir tropas para o Sul e reformar a estrutura do exército implantando um novo modelo de recrutamento, Lobo de Saldanha atacou os senhores locais em seu ponto mais frágil: a mão de obra. E quando o Capitão-General utilizou de seu poder pessoal para fazer justiça, os camaristas aproveitaram a ocasião para acusá-lo de arbitrário e prepotente, pedindo um sucessor.

Dentre as disputas por poder ocorridas na segunda metade do governo de Saldanha, após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, a querela com o Juiz de Fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, e com o Ouvidor-Geral de São Paulo, Estevão Gomes Pereira, foram as que assumiram um tom mais personalista. As queixas do Juiz de Fora, que também servia como Ouvidor de São Paulo, e as do Ouvidor-Geral foram fundamentadas no comportamento do governador: consideraram-no tirano, excedendo suas atribuições e impedindo a justiça. No mesmo tom replicou Saldanha: reclamou dos excessos do ouvidor, de sua incompetência e comportamento inadequado.

³¹⁹ KUZNESOF, Elizabeth Anne. The role of the MERCHANTS in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850. *Hispanic American Historical Review*. Nº60(4), 1980, 571-592

As queixas em termos de ofensa pessoal ressaltaram o caráter de disputa por poder entre ouvidores e governador: por não existir uma divisão clara, estava-se discutindo quem tinha a prerrogativa de aplicar justiça. Ou seja, à quem caberia a aplicação da Lei, e também sua interpretação já que não havia ainda uma separação tripartite do poder.

Por último, veremos como o “caso Caetaninho” apresentou, em nosso entender, o ápice desse processo de oposição entre governador e elite local. Nele estavam contidos os elementos que permitem analisar, a partir de episódio singular, como a disputa entre a instância de poder administrativo régio, o governador, a instância de poder local, câmara e os ouvidores, e a Igreja, o Bispo D. Manuel, se aprofundaram a partir de 1777, culminando no enforcamento do trombeta. Não foi pelo ato em si, mas por seu significado naquele momento que o “caso Caetaninho” pode ser entendido como a síntese do governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha.

3.1 O retorno das tropas: pagamentos dos soldos e patentes

A movimentação de tropas para o Sul provocou um redirecionamento da economia paulista para a produção de gêneros para o abastecimento do exército. Em um primeiro momento, comerciantes e produtores viram na formação dos regimentos e em seu deslocamento para a fronteira a possibilidade de enriquecer através do fornecimento de produtos de subsistência para as tropas.

Desde a restauração da autonomia administrativa da Capitania, as câmaras das vilas de São Paulo insistiam junto às autoridades régias na proibição da produção de gêneros em outras capitanias. Entre 4 de novembro de 1775 e 7 de dezembro de 1776, escreveram os oficiais das câmaras de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e da cidade de São Paulo ao governador Martim Lopes Lobo de Saldanha³²⁰ solicitando a proibição das plantações de cana de açúcar e fabrico de aguardente, assim como de tabaco, em Minas Gerais. O fornecimento de produtos para as regiões mineradoras e para a região Sul, durante o período de conflito, foi um dinamizador da economia paulista.

³²⁰ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.397

Para ter acesso aos contratos de abastecimento, da cidade ou das tropas, ocorreu uma colaboração entre mercadores e a elite tradicional, de forma a beneficiar ambos na promoção do comércio³²¹. A transformação da Capitania de uma economia de subsistência para o modelo econômico baseado na agricultura de exportação foi um longo processo, iniciado na restauração administrativa, e no qual o período de conflitos representou uma pausa na produção de gêneros para exportação, por um lado, e a abertura e consolidação de novos caminhos de comércio, do outro.

Além do fornecimento de gêneros, o fardamento foi um item importante nas despesas com as tropas. Em representação à Rainha de 13 de setembro de 1777, a Câmara de São Paulo expõe “*o grande vexame, em que se ve o po/vo desde o tempo, em que veyo Dom/Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão para o emprego de Capitão/General desta Capitania o qual/formou novas Tropas de Soldados/Auxiliares, cada hum com farda/de sua propria despeza*”³²². As Tropas de Auxiliares e as Tropas de Ordenanças serão formadas pelos Capitães Gerais seguindo o modelo do Reino, no qual apenas a Tropa Regular, a tropa paga, recebia fardamento.

No caso paulista, Lobo de Saldanha recebe ordens específicas sobre o quesito fardamento e pagamento de soldos:

Na Providente Instrucção Melitar as-
signada por V.Ex.^a em quatorze de Janeiro de mil, sette
centos, settenta, e cinco, se me ordena que farde as
Tropas desta Capitania cada dous annos, e lhe satis
faça os semestres conforme vencem as desse Reyno³²³

Ou seja, estava o governador encarregado de fardar e pagar os soldos das tropas formadas para combater na fronteira sul, quer fossem elas auxiliares ou de ordenança. Entretanto, os problemas encontrados para o cumprimento de tais ordens começaram logo no início de seu governo.

Em dezembro de 1775, escreve Saldanha a Martinho de Melo e Castro sobre a necessidade de remeter por navio a Santos as fardas que faltavam para o Regimento de Infantaria:

³²¹ KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Op.cit.*

³²² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2781

³²³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D. 2841

Nesta Capitania na' o so nam achei fardamento para acabar de fardar o Regimento de Infantaria de S. Paulo, mas tambem na' o o achei, nem generos bastantes, que comprasse pelo excessivo preço corrente para inteiramente fardar a numeroza Legião de Voluntarios Reaes, sendo por h'ua parte impossivel e vergonhozo fazer marchar sem fardamento hum Corpo, que assim pareceria de miseraveis mendicantes³²⁴

Completa dizendo ser indispensável fardá-los conforme determina suas Instruções Militares: “*A dita Legião vencerá fardamento, como a Tropa regular*”³²⁵. Para consegui-lo, havia solicitado ao Vice-Rei Marquês do Lavradio o envio de fardas, o que conseguiu para oitocentas praças. Somando-se ao que fora comprado, havia conseguido fardar “*a muito custo a dita Legião de Vo-/Luntarios, e acabei de fardar o sobre dito Regimento de In-/fantaria*”³²⁶.

O preço das fardas também foi discutido na correspondência com o Ministro Melo e Castro. De acordo com Alvará de 24 de março de 1764, cada farda deveria custar “*quinhentos reis pelo dito feitio*”. E tendo pago até aquele momento “*o feitio de cada farda a dez tostons*”³²⁷, ordenou o Governador que se pagasse o preço fixado por lei. Lobo de Saldanha procurava assim cumprir suas Instruções Militares dentro dos limites fixados pela Lei, apesar de encontrar em São Paulo grandes limitações.

Em outro ofício, especifica Saldanha a composição das fardas:

O fardamento da Legião de Voluntarios hé azul com vestia, e canham encarnado com diviza amarella; e o fardam.^{to} do Regimento de Infantaria de S. Paulo hé tambem azul com vestia, e canham encarnado com diviza branca. [parágrafo] Para a Cavallaria sam precizos capotes, porque marcha sem elles, por nam haver de que se fizessem, e são precisas botas, porque feitas aqui sam carissimas, segundo o estipendio excessivo dos Officiaes mecanicos, alem de nam haver bastante para as fazerem nas occasioens necessarias.³²⁸

No Anexo 1, apresentamos algumas aquarelas nas quais podemos ver os diferentes elementos que compunham o uniforme das tropas coloniais. Apesar de não

³²⁴ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.404

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

³²⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.405

³²⁸ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.404

serem específicas do Regimento de Infantaria de São Paulo, podemos ver como as cores e as insígnias são relevantes na composição geral da farda, revelando o cargo militar ocupado e seu grau na hierarquia.

A questão do fardamento, além da importância na folha de pagamento da Real Fazenda, pode ser considerada reveladora das estruturas sociais em formação. No processo de militarização que a sociedade paulista sofreu a partir de 1765, o uniforme militar – e o poder que ele simbolizava – tornou-se um símbolo de distinção social, e por isso sua importância na correspondência oficial.

Os gastos com o fardamento levaram a outro problema: a falta de dinheiro para o pagamento dos soldos. Apesar de fardada, a tropa paulista dirigia-se à fronteira Sul “*sem o Semes-/tres pequenos, pelos não haver, devendosse já os primeyros/ao mesmo Regimento de Infantaria*”³²⁹. Ou seja, apesar ter recebido a farda, não havia recebido pagamento.

Em 1778, três anos após o início de seu governo e tendo sido encerradas as hostilidades na fronteira, o pagamento dos soldos ainda não havia sido resolvido. Em abril desse ano, as tropas paulistas já tinham marchado “*para a Villa da Laguna, para dali hir tomar entrega da/Ilha de Sancta Catharina*”. Ou seja, “*o sobredito Regimento, como o de Voluntarios se recolherão com muita brevi-/dade*”. A situação adquire então um tom de urgência na correspondência entre o Governador e o Ministro, a ponto de Saldanha confessar que se vê “*na mayor consternação, por não ter com-/que poder pagarlhe*”³³⁰.

A partir do encerramento dos conflitos, o pagamento dos soldos e o fardamento das tropas tornou-se uma questão concreta e imediata: as tropas iriam retornar à São Paulo e o Governador não tinha meios para garantir-lhes o pagamento e as vestimentas, condições mínimas prometidas quando de sua arregimentação. O Estado não cumpria com sua parte no acordo de defesa da fronteira Sul – e não era a primeira vez que tal situação ocorria.

³²⁹ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.404

³³⁰ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.479

Sendo assim, não causa estranheza que, em outubro de 1778, escreva Saldanha à Melo e Castro relatando que a tropa “*se não tem fardado mais do/que a primeira vez*” e “*só se lhe tem assistido com/os poucos semestres que constão dos Máppas*”. Pede o Governador ao Ministro auxílio “*pelo que respeita ao de donde ha de sahir/o dinheiro para assistirlhe com os seus pagamentos/a seus tempos devidos*”, já que lhe parece “*invensível logo que se lhe falta ao que se lhe pro-/mette*”. Relembra ainda Saldanha a necessidade de acudir a tropa “*para que não conti-/nue a natural desconfiança dos Paulistas*”³³¹.

Em janeiro de 1779 escreve mais uma vez Saldanha a Melo Castro reforçando que “*em breves dias chegará aquella/Tropa, sem que o Cofre da Real Fazenda deste/Continente a possa sustentar*”. Encontrava-se o governador em “*grandissima aflição [...] da impossi-/bilidade de sustentar esta Tropa, pagarlhe não/só os Soldos que for vencendo, como a avultade di-/vida que destes se lhe deve, fardamento, e semestres*”. Tendo já pedido ao Vice Rei “*dinheiro para semelhantes/despezas*” dirigia-se agora ao Ministro, para “*dar nes-/ta parte as mais promptas providencias, como carece hu-/ma tão urgente necessidade*”³³².

Alguns dias depois, escreve novamente o governador relatando a chegada das tropas:

Em dezasseis do corrente mez de Janeiro chegou ao Porto da Villa de Santos o Regimento de Voluntarios Reaes desta Capitania, descalso, sem çapatos[sic], meyas, camizas, e as Fardas tam rotas, como não he dizível, devendoselhe no fim deste, quize mezes de Soldo³³³

Era esta a situação das tropas paulistas no retorno da guerra no Sul. Relata o governador “*o quanto aflicto fico, por não ter meynos de po-/der acodir a tanta necessidade, e não saber como/hei de conservar esta Tropa em Disciplina,/faltandolhe totalmente a subsistencia*”. Pede a Martinho de Melo e Castro “*Alta Compreensão*”³³⁴ para o assunto.

³³¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2841

³³² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2887

³³³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2888

³³⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2888

O ministro, por sua vez, recorreu ao Erário Régio procurando solucionar o problema e não foi atendido. Em 25 de fevereiro a Junta da Real Fazenda de São Paulo havia apresentado uma conta ao Ministério dos Negócios Ultramarinos, demonstrando o quanto a manutenção e despesa das tropas ultrapassava os valores arrecadados. Por sua vez, tal conta foi encaminhada pelo Ministério ao Erário Régio, para apreciação do presidente, que despacha:

esta Capitania como todas as outras do Brazil
que estão criadas e estabelecidas[sic] ha tantos annos
devem regular as suas despesas pela sua receita,
em termos tais, e tão positivos, que não venhão a de-
pende da Capital para lhe contribuir com o que não
pode tendo outras tantas applicaçoes a que acudir³³⁵

Mesmo com tal negativa, Saldanha apresenta à rainha uma carta em setembro de 1780, comunicando o rendimento da capitania e os soldos atrasados para a tropa de São Paulo³³⁶. Não recebendo resposta, apresenta a Martinho de Melo e Castro um ofício completo, referente ao Estado Militar, contendo as relações das graduações e condutas dos oficiais de ambos os regimentos da capitania, com um mapa das mesmas, e a relação da dívida de fardamentos e soldos³³⁷. Deixa registrada assim a situação das tropas naquele momento e sua falta de condições para solucionar os problemas. Como um seguidor de ordens, demonstrava que suas instruções haviam sido devidamente atendidas, e que não lhe era possível resolver as questões decorrentes de tais ordens.

A dificuldade de pagamento de soldos não era exclusividade da Fazenda Real de São Paulo – era comum a troca da dívida por honras e mercês, tais como a confirmação de postos e patentes ou mesmo a arrematação de contratos. Entretanto, foi comum entre aqueles que serviram na campanha do Sul reclamações a respeito dos pagamentos. Lembrando que tinham sido enviados para a Capitania regimentos vindos do Reino, não é de se estranhar que, em fevereiro de 1777, D. Maria Teresa Botelho escreva, de Olivença, ao Ministro Martinho de Melo e Castro³³⁸ solicitando

³³⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2925

³³⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.497

³³⁷ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.35, D.2976

³³⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2752

que fossem pagos os dois meses de soldo de seu marido, que ela tinha direito de receber.

Manuel José da Nóbrega, que em alguns documentos assina também Botelho, havia sido despachado como sargento-mor para a Capitania de São Paulo, e por isso sua esposa pretendia receber os soldos que lhe eram devidos. Em fevereiro de 1780 encontramo-lo solicitando ao Ministro Martinho de Melo e Castro que interceda junto à Rainha para que volte ao reino. Como argumento, justifica ter mulher e filhos em Olivença, e “*não ser necessária sua presença em São Paulo*”³³⁹.

Os requerimentos solicitando confirmação de patentes avolumaram-se na documentação a partir de 1775, sendo constantes a partir de 1778, quando do retorno das tropas para São Paulo. Optamos por não analisá-los em suas particularidades, devido aos objetivos da pesquisa e nossa intenção em demonstrar as características do governo de Lobo de Saldanha, e não sua relação com o aumento do número de militares e patentes em São Paulo.

No entanto, um caso interessante sobre a concessão de patentes e que vale descrever é o de Manuel Antonio de Araújo, capitão de Cavalaria do Regimento de Dragões Auxiliares de São Paulo. Em outubro de 1776 escreveu o referido capitão ao Rei D. José pedindo a confirmação de seu posto, ocupado em substituição devido ao falecimento do capitão anterior³⁴⁰. Na mesma data, em outro requerimento³⁴¹, solicitou mesmo Manuel Antonio de Araújo confirmação da sesmaria de umas terras que lhe havia concedido o governador e capitão-general, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Percebemos que havia uma contrapartida econômica-social para os ocupantes de cargos militares de comando – nesse caso individual, a concessão de uma sesmaria. Tal acordo havia sido feito no processo de arregimentação de tropas e estruturação do exército para o Sul. Ou seja, como recompensa pelos serviços prestados ao Rei, o governador de São Paulo concedia terras ou outros benefícios para garantir o apoio às intenções militares da Coroa.

³³⁹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.34, D.2930

³⁴⁰ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2736

³⁴¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2737

Claramente, o pagamento dos soldos e do fardamento fora um problema grave para a administração régia, tanto na esfera local quanto no âmbito do reino, visto que não havia recursos financeiros para arcar com as despesas de um conflito armado. Como contrapartida à falta de recursos, a Coroa concedeu, em alguns casos, sesmarias e patentes militares àqueles que se destacaram na guerra, de forma a recompensar, através de mecanismos de ascensão existentes na própria hierarquia social, o esforço militar empreendido.

3.2 A falta de habilidades administrativas e o descontentamento da população

Martim Lopes Lobo de Saldanha foi Governador e Capitão General entre 24 de janeiro de 1775, data de sua nomeação, e 04 de abril de 1781, quando Francisco da Cunha e Meneses foi nomeado seu sucessor³⁴². Lobo de Saldanha tomou posse quase seis meses depois, em 14 de junho de 1775, e recebeu seu sucessor em 24 de março de 1782³⁴³, cerca de um ano depois da nomeação daquele.

Durante os quase sete anos em que esteve à frente do governo da Capitania de São Paulo, pautou suas ações pelo cumprimento da Instrução Militar³⁴⁴ que recebera do Rei D. José I, e do Plano Militar³⁴⁵ elaborado pelo Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Seu governo caracterizou-se pelo cumprimento estrito de regras e normas, transmitidas por seus superiores, muitas vezes aplicadas sem ajustes ao contexto local.

A inflexibilidade de sua conduta acarretou um excesso de zelo e cuidado na aplicação das normas. Na ânsia por cumprir as ordens recebidas, Saldanha não negociou com a elite local determinadas concessões e permutas, necessárias para “o bom governo dos povos”. Seu rigor pode ser explicado a partir de sua posição social: era um militar de carreira, acostumado a lidar com oficiais e, principalmente, treinado para recrutamento.

O seu caráter militar será marcante naquela que chamamos primeira fase de seu governo: da chegada em São Paulo até a assinatura do Tratado de Santo

³⁴² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.35, D.2969

³⁴³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.36, D.3010

³⁴⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D.2690

³⁴⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D.2689

Ildefonso, em 1777. A partir do acordo de paz, Saldanha torna-se “*um governador de armas, mas também de estado cível, político e econômico*”³⁴⁶. Essa segunda fase de governo foi marcada pelas tensões entre as diferentes instâncias de poder na Capitania de São Paulo, conforme veremos adiante.

A disputa com as câmaras

A Câmara de São Paulo foi instalada em 1560 a partir da transferência do pelourinho da Vila de Santo André para o local em que os jesuítas haviam fundado sua casa, anos antes, nos campos de Piratininga. Desde então, a Câmara atuou como agente da Coroa na colônia, cuidando, para além das questões burocráticas, da administração geral dos domínios do Rei, isto é, garantir a posse dos territórios, a justiça e a arrecadação de tributos³⁴⁷.

Na segunda metade do século XVIII, devido às mudanças implementadas pela Coroa Portuguesa em relação à colônia, a Câmara de São Paulo se viu confrontada com uma nova política e um novo rearranjo administrativo. Nesse contexto, ocorreram significativas mudanças nas relações de poder entre os próprios camaristas e, principalmente, com a autoridade régia³⁴⁸.

Dentro da lógica de cooperação entre mercadores e elite, a Câmara Municipal apresentava-se como o caminho mais acessível à ascensão social de mercadores³⁴⁹. Parte considerável de seus membros era de imigrante ou de filhos de imigrantes, e muitos tinham ligações com o comércio ou produção agrícola³⁵⁰. Considerando as instituições coloniais, a Câmara seria a que mais absorveu elementos sociais não tradicionais, principalmente os grupos mercantis.

³⁴⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.496

³⁴⁷ Para uma análise mais aprofundada das relações entre os grupos políticos locais e a concessão de terras urbanas (uma das principais atribuições/privilegio) desde a fundação da Câmara de São Paulo até 1765, ver RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. *Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP, 2010. Nesse trabalho, o autor trabalha a estrutura de poder local em São Paulo caracterizando-a como patrimonialista, e de que forma tal característica pode ser percebida na concessão da terra urbana.

³⁴⁸ Para uma melhor compreensão da governança da cidade de São Paulo do ponto de vista da Câmara Municipal a partir de 1765, ver CÂMARA, Leandro Calbente. *Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)*. O autor demonstra como as mudanças da segunda metade do século XVIII levaram à uma inflexão na forma como o governo da cidade era conduzido e como se alteraram as dinâmicas das relações de poder.

³⁴⁹ KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Op.cit*

³⁵⁰ Idem, p.580.

O complexo sistema de eleição dos camaristas dava a aparente impossibilidade de indivíduos ou famílias se apoderarem do controle da instituição. Virtualmente, sua composição era heterogênea. Por outro lado, membros da tradicional elite paulistana viram na associação com os mercadores uma forma de manter certo controle dos negócios municipais. Assim,

Marriage was the most important mechanism by which merchant immigrants gained access to the resources of Paulista society. (...) Merchants found that an alliance with the traditional elite was necessary to their ends since their major problem was the difficulty of gaining access to local resources without the intermediary links of kinship.

Decorrente das complexas relações familiares e econômicas, foi possível obter que a abertura de novos caminhos e a conservação dos já existentes se tornassem prioridade das ações dos governadores. Juntamente com os contratos de fornecimento de gêneros e de fardas para as tropas, percebemos como a atuação da Câmara de São Paulo continuava a ser relevante nas questões de governo após a restauração da autonomia administrativa e o envio para São Paulo de representantes lusos, sem ligações locais, para ocupar os cargos de poder. Os governadores e capitães-generais da Capitania de São Paulo tiveram que lidar com uma instituição consolidada de poder local, que durante um longo tempo atuava como única esfera de organização e representação de poder, e que por isso se apresentava como legítima em suas reivindicações.

Dentro da estrutura administrativa de São Paulo, o cargo de ouvidor ganhará importância, juntamente com Câmara Municipal, como instância de poder e de prestígio social a partir da restauração administrativa em 1765. Criado em 1534, tinha como atribuições:

1. Conhecer, por ação nova, de apelação e agravo em toda a capitania e até dez léguas de onde estiver.
2. Do que conhecer, por ação nova ou por apelação e agravo:
 - causas cíveis: não haverá apelação nem agravo até a quantia de cem mil-réis; daí para cima dará apelação à parte
 - causas crimes: juntamente com o capitão e governador (donatário), ter jurisdição e alçada até morte natural em escravos, gentios, peões cristãos e homens livres, sem apelação nem agravo (...)

3. Presidir, pelo capitão e governador (donatário), a eleição dos juízes ordinários e oficiais de Justiça³⁵¹.

Ao longo do tempo, foram agregadas ao cargo outras atribuições, tais como “estar presente à eleição dos oficiais de ordenança”, “comunicar ao rei os impedimentos e ausências dos capitães-mores”, “participar, juntamente com o governador, (...) e alguns principais da terra, na tomada de decisões sobre o governo e a segurança da capitania”³⁵². Em suma, foram acrescentadas ao cargo de ouvidor prerrogativas relacionadas às questões militares e ao governo da capitania, tornando seu ocupante uma figura central na administração.

A primeira correspondência de Lobo de Saldanha sobre a ouvidoria data de março de 1776, na qual o governador e capitão-general solicita a Martinho de Melo e Castro a conservação de José Gomes Pinto de Moraes no cargo de ouvidor da comarca de São Paulo³⁵³. Pouco mais de um ano depois, em abril de 1777, a Câmara Municipal escreve ao Rei comunicando o falecimento do ouvidor e informando que, de acordo com provisão régia, o cargo seria provisoriamente ocupado pelo Juiz de Fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, que “*com effeito chegando á esta Cid.^e entrou exercer o mes-/ mo Cargo com satisfação nos seus despachos, muita limpeza de mãos, e re-/ tidão*”. Pediam ainda que “*a vista deste seu bom procedimento se faz digno que Vossa Ma-/ gestade o conserve neste lugar*”³⁵⁴.

Em setembro de 1776, Lobo de Saldanha escreve a Melo e Castro sobre a incompetência de José Carlos Pinto de Sousa enquanto Juiz de Fora da praça de Santos:

As dezordens, e loucuras do Juiz de Fora de Santos Joze Carlos Pinto de Souza tem chegado a tal excesso, que faltaria eu ás obrigações de General, e ás da propria honra, se agora nam as participasse a VEx^{a355}

Segundo Saldanha, o Juiz de Fora é capaz de “*dezatinos,/rompimentos com todos, até com os Chefes dos Regimen-/tos, quando embarcaram naquella Villa*”. Ao

³⁵¹ SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985. p.129

³⁵² SALGADO, Graça. *Op.cit* p.147

³⁵³ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.441

³⁵⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2756

³⁵⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2733

próprio governador, “*me insulta, e dezattende, e argue até com factos quime-/ricos, como talvez nenhuma pessoa, antes do Posto que/ occupo, em que forço o sofrimento, se atreveria.*” Rememora Saldanha que, ao chegar à Capitania, informara-se da conduta dos ocupantes dos cargos administrativos, e que sobre o Juiz de Fora de Santos “*a notoriedade, e a experiencia me fez acreditar de ser/ despropozitado, ou louco.*” Solicita ao Ministro Melo e Castro que “*se digne prover/aquella villa do remedio que necessita á mais de/trez annos que elle he Juiz de Fora, e a mim do que/ merecerem as dezattenções desmeridas, e nunca pra-/ ticaveis por hum Juiz de Fora a hum General*”³⁵⁶. Segue o ofício enumerando os exemplos de suposta “insanidade” do Juiz de fora: insulto e ameaças às testemunhas no tribunal, contração de dívidas e não pagamento das mesmas, conduta inapropriada.

Ou seja, antes mesmo da designação para o cargo de ouvidor de São Paulo, o Juiz de Fora de Santos já parecia ao governador como uma figura incômoda, de comportamento dúbio. Dentre as reclamações de Saldanha a Martinho de Melo Castro, percebemos o quanto as ações relacionadas com a conduta dos oficiais afetavam em particular o governador: enquanto chefe das armas, Lobo de Saldanha credita-se como responsável pelas tropas, inclusive por sua conduta. As ações do Juiz de Fora estavam no âmbito de atuação do Ouvidor – cargo este que, quando ocupado pelo mesmo, tornou-se grande problema para Lobo de Saldanha.

Em 07 de junho de 1777, escreve José Carlos Pinto de Sousa duas correspondências: um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, e uma carta à Rainha. No primeiro, expõe “*a gr.^{de} consternação em q’ me tem posto as intrigas de q’ se tem/ servido algúas pessoas mal intencionadas p.^a me separarem da cómu-/ nicação com o meu Ill^{mo} e Ex^{mo} Capp.^m General*”. Segundo o ouvidor, tais intrigas “*tem movido ao d.^o Cap.^m General/ a romper cómigo tendo athê agora vivido em boa armonia*”³⁵⁷. Tais intrigas foram a causa de sua exoneração do cargo de intendente da Real Casa da Fundação de São Paulo.

³⁵⁶ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2733

³⁵⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx.8, D.459

Na carta à Rainha, José Carlos explica em detalhes os motivos que teriam levado Saldanha à exonerá-lo de suas funções: durante o julgamento de dois soldados pagos que haviam desertado do Regimento do Coronel Manoel Mexia Leite – portanto soldados das Tropas Auxiliares – sugerira o agora Ouvidor que os soldados fossem sentenciados na Junta da Justiça. Lobo de Saldanha, entretanto, insistiu para que fossem julgados pelo Conselho de Guerra, uma vez se tratavam de soldados pagos e do crime de deserção³⁵⁸. Assim, dias depois foi convocado um novo Conselho de Guerra e os réus condenados à pena que parecia justa pelo capitão. Nas palavras do ouvidor,

me não/persuado, que esta fosse a verdadeira cauza dos referidos
procedimentos;/ por que não creyo, nem devo crer, que o seu
intento quando me nomeou pa-;/ ra o dito Conselho de Guerra
fosse para eu obrigar os Votos a que sentence-/ assem os Reos,
como elle queria³⁵⁹

A disputa entre o Governador e o Ouvidor inicia-se pela aplicação da Justiça à classe militar: em se tratando de soldados, Lobo de Saldanha era categórico em julgá-los através do Conselho de Guerra – no qual, por seu cargo de governador, era presidente. Ficava assim o Ouvidor afastado de sua função ajuizadora final em casos de condutas de oficiais. Tal postura de Saldanha foi duramente criticada pelo Ouvidor em seus ofícios seguintes.

Um ano depois, em janeiro de 1778, escreve novamente José Carlos Pinto de Sousa à Rainha, queixando-se do despotismo do Governador³⁶⁰. Nessa mesma data, é enviada também à Rainha uma carta dos oficiais da Câmara de São Paulo pedindo que conservasse no cargo o dito Juiz de Fora de Santos, pois “estava com effeito/ servindo de Ouv.^{or} com maior expedição, e/ dezentenresse;”³⁶¹. Provavelmente as duas correspondências tenham gerado a consulta ao Conselho Ultramarino de 11 de fevereiro de 1778, na qual admite-se “que como neste mesmo Conselho se não conhecem/ as Regalias, e jurisdicçoens prometidas aos Gover-/ nadores não pode

³⁵⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2759

³⁵⁹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2759

³⁶⁰ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2808

³⁶¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2809

saber quando as excedeo; e fi-/ca como no cazo presente, sem poder decidir couza/alguma incerto entre o asserto, ou dezordem do/ Governador.”³⁶²

Os desentendimentos entre Capitão-General e Ouvidor acerca dos limites de suas jurisdições são reflexos do entrelaçamento jurídico do próprio Reino: no intuito de conceder poder aos Governadores para que centralizassem a administração colonial, a Coroa superpõe atribuições e competências em mais de um cargo. Como resultado surgiram as disputas em âmbito local, que se avolumaram a ponto de chegar às instâncias superiores.

Em março de 1778³⁶³ e outubro do mesmo ano³⁶⁴, o Ouvidor José Carlos Pinto de Sousa escreve mais duas cartas à Rainha no mesmo teor: sobre a continuação dos excessos e despotismo contra si do governador e capitão-general, e da arrematação dos ofícios de justiça por Saldanha a outrem, sem informá-lo, contrariando as ordens reais. Queixa-se o ouvidor à Rainha em duas frentes: a primeira, pessoal, contra a figura autoritária do governador e seus supostos desmandos. A segunda, por suas atitudes governamentais, que eram contrárias ao previsto no âmbito de sua jurisdição.

Às queixas contra sua figura, responde Lobo de Saldanha no mesmo tom. Em janeiro de 1779 escreve o governador à Rainha sobre o despotismo de José Carlos Pinto de Sousa, ao extrapolar suas funções no episódio da eleição para Juiz dos Órfãos. Acusa o Ouvidor de ter favorecido na referida eleição Jeronimo de Castro Guimarães, Sargento-Mor das Ordenanças. Lembrando que a eleição dos oficiais de ordenança era uma atribuição dos ouvidores, e que o tal Jeronimo era “*dos mais abonados de bem da fortuna*”, explica-se a anulação da eleição por Saldanha e sua ordem aos oficiais da Câmara para que “*não dessem posse ao novo elleito Juiz*”³⁶⁵ – Jeronimo de Castro tinha sido favorecido duplamente por José Carlos Pinto de Sousa, primeiro em sua indicação para Sargento-Mor das ordenanças, segundo na eleição para Juiz dos Órfãos.

³⁶² AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.474

³⁶³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2821

³⁶⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2876

³⁶⁵ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.488

Em abril de 1779, novamente, escreve Saldanha à Rainha acusando o Ouvidor de impedir-lhe de “construir uns pelouros”³⁶⁶ em São Paulo. Aqui, o conflito pelo poder de justiça é materializado: o pelouro, símbolo do poder régio de castigar e punir os vassallos que não cumprissem as reais ordens, torna-se objeto de disputa entre Ouvidor e Governador.

Por fim, a disputa pelo poder de justiça atinge mais um nível hierárquico em São Paulo. Em 18 de Outubro de 1779, o Ouvidor Geral de São Paulo escreve à Rainha comunicando os excessos de autoridade do governador nas sentenças criminais da Junta da Justiça³⁶⁷. Estevão Gomes Pereira acusa Lobo de Saldanha, como presidente da referida Junta, de não acatar as decisões da mesma quando seus membros votassem por sanções diferentes das que esperava. Em outras palavras, Saldanha estava desconsiderando as sentenças que não seguissem suas intenções e determinações.

Os conflitos entre o Governador e o Ouvidor foram um exemplo do desacordo entre as autoridades em São Paulo. Nesse caso, nos interessa notar a posição da Câmara Municipal: até 1780, a Câmara adotou uma postura dúbia, defendendo a manutenção de José Carlos Pinto de Sousa como Ouvidor, e ao mesmo pedindo a conservação de Lobo de Saldanha em seu posto, “*pela virtuezza, e recta conducta*”³⁶⁸. Depois desta data, a Câmara de São Paulo voltou-se contra o Governador e suas cartas de março de 1780 e novembro de 1781 demonstravam a insatisfação coletiva com Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Pudemos reunir alguns indícios, ainda que fragmentários, que nos ajudaram a explicar tal mudança nas relações entre Governador e Câmara Municipal. Em dezembro de 1776, escreve a Câmara ao Rei uma representação manifestando o “*grande bem/ e honra que nos fes em nos dar por General/ ao Fidalgo Martim Lopes Lobo de Saldanha*”. Segundo os camaristas,

Este General logo entrou a com
padecerce de todos: Prinçepiou e
continua a honrrarnos, e estimarnos e a

³⁶⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.489

³⁶⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.491

³⁶⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2854

todas as Camaras: Deixa uzarnos das
nosas Jurisdicçoens, e previlegios, e faz
e fas a todos Justiça grande estimando
aos bons, e castigando aos maos com muito
desemterese, e muita Rectidam sem res
peitos, nem valias porque perante elle só
as proprias partes são ouvidas, e atendi/das³⁶⁹

E segundo a mesma Câmara, consegue Saldanha arcar com os custos e despesas das novas tropas:

Fardou nosos filhos, e lhe fazia paga
mento de cinco em sico dias como nunca
vimos, e fas pagar a todos inteiramente
o que se compra para a Real Fazenda; he tal
qual o podiamos dezejar

Lobo de Saldanha, posteriormente, não consegue fardar e pagar os soldos em dia à medida que o conflito avançava. Se a Câmara em 1776 elogia o Governador por cumprir suas obrigações com os militares, quatro anos depois a situação é completamente oposta: em 03 de março de 1780 escrevem os camaristas à Rainha para relatar as intolerâncias e tiranias do Governador³⁷⁰. Nessa correspondência, a câmara elenca as atitudes que revelavam seu mau governo, chegando inclusive a acontecimentos da vida pessoal para mostrar seu comportamento inadequado. Por fim, solicitam os camaristas:

esperamos da Real Clemencia com q' atten=
de a seus Vassalos dando providencia efficaz
não somente com a mudança de governo, mas
principalm.e p.^a q' se desterre da Cap.^{nia} o Barbaro
dispotismo

Fica claro, a partir desse momento, a oposição entre Câmara e Governador – aquela, pela primeira vez, solicita sua substituição imediata.

A relação de Saldanha com as outras câmaras das vilas de São Paulo parece, à primeira vista, ser menos conflituosa. Encontramos na documentação cinco representações de câmaras de outras vilas escritas em julho de 1777 elogiosas ao governador: de Nossa Senhora do Desterro em Jundiaí³⁷¹, de Santa Ana de

³⁶⁹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2743

³⁷⁰ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.495

³⁷¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2749

Parnaíba³⁷², de São João de Atibaia³⁷³, de Moji das Cruzes³⁷⁴ e de Sorocaba³⁷⁵. Em todas, a pauta é mesma: que conserve no Governo da Capitania de São Paulo o Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, fidalgo, “*pela sua conduta e sábia administração*” e “*pelos relevantes serviços prestados*”.

Entretanto, essas mesmas câmaras escrevem também à Rainha expondo “*o estado miserável em que se encontravam os habitantes desta vila (...) por não poderem semear nem colher, visto a maior parte dos seus habitantes estarem como soldados Auxiliares, no continente do Rio Grande de São Pedro do Sul*” – como, por exemplo, Santa Ana de Mogi das Cruzes, em 3 de julho de 1777³⁷⁶.

As câmaras do interior possivelmente adotaram uma postura mais condescendente com as ações de governo de Lobo de Saldanha, enquanto que a Câmara de São Paulo, por seu histórico de governança autônomo, tenha se oposto às medidas administrativas que considerava abusivas e limitadoras de seu poder de atuação. Enfim, Câmara e Ouvidores se transformaram, a partir de determinado momento, em entraves à ação governativa de Lobo de Saldanha. E com o conflito com a autoridade eclesiástica, inviabilizarão sua continuidade como Governador e Capitão-General de São Paulo.

A questão com o Bispo Frei D. Manuel da Ressureição

Dom Frei Manuel da Ressureição tomou posse da Diocese de São Paulo em 17 de julho de 1772, governando o bispado até sua morte, em 21 de outubro de 1789. Foi sagrado bispo por Dom Manuel do Cenáculo de Vilas-Boas, bispo da Beja e posteriormente Arcebispo de Évora. Frei Manuel do Cenáculo foi um dos mais importantes religiosos franciscanos em Portugal no final do século XVIII, tendo sido responsável pela criação e instalação da Biblioteca Pública de Évora, e reunindo nela uma importante coleção de peças arqueológicas, documentos e vasto acervo literário.

Seguindo a tendência ilustrada da ordem franciscana no final do século XVIII, e talvez por influência de seus consagrantes, Frei Manuel da Ressureição

³⁷² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2764

³⁷³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2765

³⁷⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2766

³⁷⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2770

³⁷⁶ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2763

acumulou uma quantidade considerável de livros e documentos antes e durante o bispado em São Paulo. Em ofício ao Secretário do Reino marquês de Pombal datado de 19 de março de 1776, expressa que encontrara o clero “com bons costumes mas com poucos livros que levará”, e que “para utilidade do mesmo clero e estudantes pusera pública a sua livraria que se compunha de dois mil volumes”. Nesse mesmo ofício, expressa o desejo de que sua biblioteca se conservasse na mitra, e para tanto solicita a proteção do marquês, “porque os sabidos, por inerte dos Bispos, alienavam e vendiam os seus espólios.”³⁷⁷

Antes de morrer, reforçou sua vontade de que seus livros fossem conservados na mitra³⁷⁸. Assim, Deixou 1548 volumes para a cúria – um espólio que foi absorvido pelo seminário dos franciscanos³⁷⁹, e posteriormente incorporado à Biblioteca Pública de São Paulo, quando da instalação do curso de Direito do Largo de São Francisco, em 1834.

Em 1776, a diocese de São Paulo contava com pouco menos de oitenta sacerdotes, distribuídos entre as mais de cinquenta freguesias³⁸⁰. Havia regulares nas aldeias, o que o bispo aceitou por não ter outros clérigos para substituí-los. E com o intuito de aumentar o número de vigários, Frei Manuel planejou a ordenação de dez estudantes em março de 1780. Tal ação alimentou a polêmica já existente entre o bispo e o Governador, Martim Lopes Lobo de Saldanha.

Uma das primeiras cartas do bispo encontrada no *corpus* documental da pesquisa data de 20 de março de 1776 e foi enviada por Fr. D. Manuel da Ressureição ao Marquês de Pombal. O assunto são as Alfaias da Sacristia, Igreja e Colégio dos Jesuítas, que após a expulsão dos mesmos teriam ficado sob a guarda de um clérigo depositário. Quando de sua chegada a São Paulo, D. Luis Antonio de Souza tomou o prédio do seminário por residência e instalou a Casa de Fundação no antigo colégio, e “lançou fora della ao Cleri-/go depozitario, que pella mesma Ordem

³⁷⁷ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2723

³⁷⁸ DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: EDUSP, 2011., p.79

³⁷⁹ DEAECTO, Marisa Midori. *Op.cit.* ver nota de rodapé n.95

³⁸⁰ SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.) *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.250

Regia cuida-/va tambem na Limpeza, e conservação dos edificios”³⁸¹. Tal medida por certo desagradou ao Bispo, que ao longo da carta queixa-se do estado em que encontrou os edificios ao final do governo do Morgado de Mateus.

Sob seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, as acusações são de outra natureza: apropriação indevida dos objetos e sua conversão em moeda. Nas palavras do Bispo,

Depois, q’ chegou o novo General Martim Lo-/pes, Lobo de Saldanha, se animou o Depozitario á/pedir ao rendido General as alfaias, q’ tinha ex-/trahido do depozito, por q’ dellas havia dâr conta,/logo, q’ S. Magestade ordenasse. Respondeu-lhe com/palavras asperas, q’ elle era Senhor, no tempo q’ as/extrahira, e q’ ningué lhe podia pedir conta del-/las.(...)
. E o mais/hê: q’ dizendo-lhe o novo General Martim Lopes Lobo/de Saldanha, com a Sua Rara prudencia, e convin/centes discursos, q’ restituísse as pratas ao depozito;/confessou, q’ as tinha tirado, poré, q’ a crûs era pe[chamadeira] pequena, e velha, e q’ a tinha fundido³⁸²

Como vimos, a guerra na fronteira Sul mobilizou grande parte da receita da Fazenda de São Paulo para o conflito: havia necessidade de recursos para o pagamento de soldos, abastecimento das tropas e demais despesas. Não seria então infundada a acusação do Bispo que Lobo de Saldanha transformava objetos religiosos em moeda. Considerando a conjuntura de guerra e a situação particular das alfaias, uma vez que os jesuítas haviam sido expulsos do Reino e seus domínios, é possível que o governador tenha utilizado tal expediente.

Este ofício também foi enviado para Martinho de Melo e Castro, na mesma data: 20 de Março de 1776³⁸³. Entretanto, nesse ofício Fr. Manuel da Ressureição comunica o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros que tal desvio nas alfaias da sacristia do antigo Colégio dos Jesuítas teria sido praticado pelo ex-governador e capitão general da Capitania, D. Luís Antonio de Sousa. Este, ao escolher os edificios da ordem para sediar os órgãos administrativos que seriam implantados – o seminário para sua morada e o colégio para as oficinas da Casa de Fundição – dispensou o clérigo depositário, tomando a chave para si. Pelo inventário

³⁸¹ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.443

³⁸² AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.443

³⁸³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2725.

feito quando teve acesso aos tais objetos, Fr.Manuel acusa então o Morgado de Mateus de ter retirado uma cruz com o Santo Lenho e outras peças de ouro e prata, e as vendido por preço inferior a lei, juntamente com setenta arrobas de prata lavrada, tirada dos cofres dos órgãos e outros depósitos da capitania.

É interessante percebermos as alterações no discurso e nas acusações do Bispo, de acordo com o destinatário de seus ofícios. Em 19 de Março de 1776, ou seja, na mesma semana em que comunicava a retirada dos objetos jesuítas, Fr. Manuel da Ressurreição envia dois ofícios de teor parecido para o Martinho de Melo e Castro e o marquês de Pombal.

Ao primeiro³⁸⁴, Frei Manuel apresenta a relação do estado da diocese, pois a relação anterior se extraviara. Nesta, comunica o número de sacerdotes, que não passavam de oitenta, o número de freguesias, que era de mais de cinquenta, e a dificuldade em reunir alguns paroquianos que, devido às medidas administrativas do Morgado de Mateus, encontravam-se em localidades demasiado distantes para a administração dos sacramentos pelos vigários. Elenca também o estado dos regulares das aldeias. Em suma, apresenta um quadro geral de seu bispado, sem deixar de apontar algumas de suas dificuldades com o ex-capitão e governador geral.

O segundo ofício, dirigido ao marquês de Pombal, apresenta a mesma descrição do estado da diocese, acrescido das informações acima referidas quanto à biblioteca pessoal do bispo. Ou seja, percebemos que quando se dirige a Sebastião José, o bispo Fr. Manuel da Ressurreição encontra maior abertura para solicitar favores, como no caso da biblioteca, e comentar ações e atitudes dos governadores, inclusive do atual, pois no ofício enviado a Martinho de Melo e Castro não é feita nenhuma menção à Lobo de Saldanha.

Esses dois ofícios dirigidos ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro são acompanhados por outros³⁸⁵, escritos na mesma data, sobre os conventos, hospícios, fazendas e aldeias de índios das várias ordens religiosas – Menores Recoletos, Carmelitas Calçados, Beneditinos e Franciscanos. No ofício dirigido à Pombal, escreve sobre os Menores Recoletos:

³⁸⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2722.

³⁸⁵ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.7, D.444 e AHU_ACL_CU_023-01, Cx.31, D.2724

Os Religiozos Menores Recoletos da Provincia do Rio de Janeiro tem seis conventos, e alguns Hospícios, nesta Dioceze: em todos conservão escravos de hum, e outro sexo, q' rezidem em cazas contiguas ás suas cercas, rodeadas de outro muro.

Fr. Manuel cita as propriedades da ordem religiosa. Entretanto, sua maior preocupação é apontar a presença de escravos entre os religiosos e os abusos existentes:

Os Carmelitas calçados, e
Benedictinos passão o maior excesso, porq' não só
tem escravos e escravas nas mesmas cazas muradas, contiguas ás cercas dos seos Conventos
Mosteiros e Hospícios, mas tambem outros m.^{tos}
p.^a cultura de seos prédios rusticos, propriedades, e fazendas, q' possuem

Quanto à catequização nas aldeias, o Bispo cita a instrução na língua indígena e a administração dos sacramentos “sem dependencia, [venia], nem faculdade dos Bispos”, de forma que os matrimônios celebrados tornam-se nulos pela ausência “dos proclamas, e averiguações necessarias, p.^a se desco-/brirã os impedim.tos, q' os dirimam, ou impedem”.

O ofício dirigido a Melo e Castro apresenta o mesmo teor, expondo os abusos que se praticavam no campo religioso e desejando saber qual a resolução que devia ser tomada. Além da mudança nos assuntos dos ofícios, da diferença entre o que é escrito a uma ou outra autoridade, permanece o questionamento sobre quais medidas tomar para sanar os problemas. Ou seja, as questões religiosas são tratadas por mais de uma instância e/ou representante do poder. Da mesma forma que o Governador Martim Lopes Lobo de Saldanha dirige-se ao Secretário do Reino e ao Ministro dos Negócios Ultramarinos, também as autoridades religiosas o fazem.

Durante seu governo, Martim Lopes Lobo de Saldanha escreveu 13 ofícios a respeito de assuntos religiosos. Destes, 11 foram escritos a partir de 1779. Os dois ofícios à parte datam de 1775 e 1776 e nos anos de 1777 e 1778 não foi escrito qualquer ofício relacionado às questões religiosas.

Podemos explicar essa distribuição temporal de correspondência tendo em vista que até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, Lobo de Saldanha pouco ou nada se ocupara de assuntos administrativos que não fossem relacionados aos conflitos na fronteira Sul. Dessa forma, enquanto a guerra contra os castelhanos esteve em pauta, os demais problemas relacionados à administração da capitania foram relegados ao segundo plano, isto é, até o término dos conflitos.

Analizando dessa forma, percebemos também a mudança ao tratar das questões religiosas. Uma vez terminada a guerra e encarregado somente da administração da Capitania, Saldanha entrou em conflito com Bispo Fr. Manuel devido aos problemas de jurisdição: como Governador e Capitão-General, entendia como sendo de sua competência cuidar de assuntos como o comportamento do clero, o rigor nas festas religiosas e até mesmo das novas ordenações.

A primeira carta escrita por Saldanha relacionada às questões religiosas data de 16 de novembro de 1775³⁸⁶. Dirigida a Martinho de Melo Castro, nela o governador envia uma cópia do bando pelo qual proíbe o uso abusivo de cera em acompanhamentos e ofícios. De acordo com Saldanha, as famílias se viam consternadas “*nas funestas occasioens, em que fallecia al-/guem das suas cazas pelo vaidozo abuzo de se dar cera/nos acompanhamentos, e ofícios*”. Tal costume fazia com que não houvesse “*quazi sempre cera a vender*”, de modo que as famílias “*se vião / precisadas, ou a venderem, e empenharem alguma cou-/za, que lhe restava, ou a enterrarem os seus Defuntos ocul-/tamente, conduzidos em redes*”.

Percebe-se que nesta primeira menção aos assuntos religiosos, a preocupação do Governador era miúda, com uma tentativa de mudança de costumes. Não se tratava de assunto de máxima urgência ou extrema importância: no fundo, era uma tentativa de regular o comércio de um produto necessário aos ofícios religiosos.

Em seu segundo ofício de teor religioso³⁸⁷, a preocupação era de outra natureza. No ano seguinte, em 20 de fevereiro, escreve o Governador novamente a Martinho de Melo Castro sobre a ausência de presbíteros seculares nas aldeias de índios e de cônegos suficientes para ocupar todas as cadeiras da Sé. Segundo

³⁸⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.394

³⁸⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx.7, D.437

Saldanha, os regulares que estavam paroquiando nas aldeias “*são mais Lobos que Pastores*”, e que por isso “*fervem as queixas*”. Para solucionar o problema, sugere Martim Lopes que permita “*El Rey Nosso Senhor a o Bispo desta cidade or-/denar, os que indispensavelmente forem necesarios*”. E para viabilizar tal solução, o governador menciona os alistados para segunda recruta, que “*nenhuma /falta me podem fazer, os que por necessidade se ordenarem*”. No começo de 1776, a conjuntura permitia a Lobo de Saldanha abrir mão de alguns possíveis recrutas para garantir a catequização indígena. À medida que a guerra avançou, todos os homens válidos foram convocados sem qualquer exceção, e a ordenação de padres se transformou em um dos pontos de discórdia com o Bispo.

Entre o segundo ofício acima mencionado, de 20 de fevereiro de 1776, e o terceiro ofício de teor religioso, de 08 de outubro de 1780, há um hiato dos assuntos religiosos na correspondência oficial do governador de pouco mais de quatro anos. Nesse ínterim, Frei Manuel da Ressureição escreveu quatro cartas sobre acontecimentos que envolveram Lobo de Saldanha.

Na primeira dessas cartas, Frei Manuel escreve a Martinho de Melo e Castro sobre a queda da Praça do Iguatemi:

Com as primeiras noticias
que chegarão a esta Cidade da Entrega, sem
minima rezistencia, da Praça de Ygatemí aos
Espanhoes, tive particular avizo de que nella
influiu efficazm.^{te} o P. Antonio Ramos Barba,
Vigarião daquela Igreja. Movido da fidei=
dade, e zelo, que devo ter, pedi ao Capitão
General desta Capitania, que mandasse prender
ao dito Vigario, e pôr em depozito os moveis, que
trazia em sua companhia³⁸⁸

Ou seja, em 02 de maio 1778 pediu o Bispo ao Governador de São Paulo que prendesse o vigário da freguesia do Iguatemi, sob suspeita de ter contribuído para a rendição da praça aos espanhóis. Em 25 de agosto do mesmo ano, escreve o padre Antônio Ramos Barba à rainha, comunicando sua inocência e sua prisão pelo governador de São Paulo³⁸⁹.

³⁸⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.32, D.2829

³⁸⁹ AHU_ACL_CU_023, Cx.9, D.483

Sobre o desfecho do episódio e seu julgamento pela Rainha, encontramos a Consulta do Conselho Ultramarino em que o procurador da Fazenda sugere que fossem ouvidos o Vice-Rei e o Governador de São Paulo para maiores informações, apesar de este estar envolvido. Acrescenta que, “se a culpa não fosse muito grande, os mudassem para prisão mais branda;”³⁹⁰. Por último, no entender do procurador e deferido pelo Conselho, o clérigo não deveria ser condenado pela justiça secular, mas sim entregue ao Bispo.

É interessante notar como nesse acontecimento específico, partiu do Bispo a ordem de prisão do padre, no que fora atendido pelo governador. E que, posteriormente, coube ao Bispo à aplicação da justiça, apesar do ato de prisão ser do Governador.

Nesse mesmo ano, poucos meses depois, escreve o Bispo Fr. Manuel à Martinho de Melo e Castro, queixando-se do comportamento governador:

desde o tempo em que come=
cei a ver a viciosa conduta do General desta Capitania [...]ven-
do a cegueira total, com que vive, facilitando a relaxação dos
hones-
tos com seo mao exemplo, e dando liberdade áos impuros para
mais
escandalos.³⁹¹

O “*mao exemplo*” ao qual se refere o Bispo, é o da “*amizade illicita sem rebu=/ço, nem pejo, com duas mulheres Irmans, que/lhe vierão pedir baixa para hum soldado re=/cluta, seo Irmão*”. Acusa o Bispo ao Governador de sustentar tais mulheres, “*vestindo-as com gran=/de luxo*”, durante dois anos. Depois desse período, o governador incorria em outra “*mais prejudicial/amizade*”, dessa vez com a Irmã do padre Joaquim Monteiro de Mattos, de tal maneira que Saldanha “*não obra cauza, senão/o que elles lhe influem*”.

Na correspondência, vemos claramente o Bispo queixando-se a Martinho de Melo e Castro do comportamento do Governador:

Elle hé escandlozissimo em todos os vi=
cios; he horror de toda a Capitania, pois todos

³⁹⁰ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.34, D.2922

³⁹¹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2860

temem, não só a tirania do General, mas muito
mais a subordinação, que elle professa ao clérigo,
e a sua irmã³⁹²

Inicia-se a partir de então uma sucessão de cartas e ofícios do Bispo Frei Manuel contra Lobo de Saldanha. Dirigidas principalmente à rainha, nelas vai acusar o governador de prender inocentes, de faltar à cerimônia da Ação de Graças que celebrava pelo aniversário da Rainha e dos príncipes, da não execução das ordens régias, com a recusado Governador a pagar a cômgrua ao vigário-geral e ao professor de Latim. Em repetidos ofícios, Saldanha alega não haver dinheiro na Fazenda Real para efetuar os pagamentos dos eclesiásticos, o que o Bispo considera “*fingido zelo*”³⁹³.

Saldanha, por sua vez, escreve 11 cartas sobre temas religiosos, algumas delas respondendo as críticas feitas pelo bispo, outras de inferência direta na gestão de recursos humanos da Igreja. A primeira dessas cartas, de 8 de outubro de 1780³⁹⁴, propõe a saída da vila de Itú do presbítero do hábito de São Pedro, João Leite de Almeida Ferraz, devido às intrigas do mesmo. A segunda, de 5 de abril de 1781³⁹⁵, comunica Martinho de Melo e Castro acerca da prepotência do presbítero, também do hábito de São Pedro, da freguesia de Mogi Mirim, Antônio do Prado e Sequeira. A terceira, de 7 de abril de 1781³⁹⁶, fala sobre a libertinagem e escândalo do padre Antônio de Santa Teresa Xavier e seus dois conselheiros, os três da ordem franciscana.

Percebe-se que as observações de Saldanha acerca do clero não se limitam a esta ou aquela ordem. A partir de 1780 todos os serviçais da Igreja serão alvo da atenção do governador, inclusive o próprio Bispo. É no zelo do cumprimento dos sacramentos e dos deveres religiosos que se entende o quarto ofício do capitão-general, sobre o cumprimento da ordem que “*regula os lutos pelo óbito da fidelíssima Rainha Mãe*”³⁹⁷. Houve, com o fim dos conflitos no Sul, um

³⁹² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.33, D.2860

³⁹³ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3080

³⁹⁴ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.498

³⁹⁵ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.504

³⁹⁶ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.505

³⁹⁷ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.509

redirecionamento do Governador para tratar das questões administrativas, e por consequência, dos problemas e conflitos cotidianos.

A oposição entre o governador e o Bispo tornou-se pública e notória quando este, em 1780, pretende ordenar dez estudantes para aumentar o número de vigários. Entre os indivíduos ordenados, estava José da Silva de Oliveira Rolim, feitor do contrato dos diamantes. Dessa vez, em carta direcionada à Rainha, acusa o governador Lobo de Saldanha que tal indivíduo havia recebido ordens, “*sem nenhuma luz de Gramatica / á força de inumeraveis presentes/de ouro, e Pedras*”. E que, uma vez admitido às ordens, o tal padre Rolim foi

viver na mayor dezordem, que pode ser,
fazendo em diferentes noutes, com mulheres, as funções
mais illicitas com escandalo geral de todos, os que dellas
tinham noticias, insultando, e pertendendo defamar as
cazas mais graves desta Cidade³⁹⁸

A questão da ordenação dos padres era uma disputa de poder entre autoridades. Ao descrever a permanência de Rolim na casa do Bispo após a missa de ordenação, Saldanha sentencia: “se tem/ dilatado para mostrar a este Povo, que eu não/ tenho jurisdição nenhuma nos clerigos”. Tanto Fr. Manuel quanto Martim Lopes sabiam o que estava sendo disputado na ordenação de novos padres: o controle direto da população e da arrecadação de alguns impostos, dado o poder e influência da Igreja nesses setores. Ao fim de tal ofício, Saldanha escreve:

vejo o character de General offendido, nam attendendo o
sobredito Bispo ao que lhe depreco no Real Nome de
Vossa Magestade, mostrando a este Povo, que a sua jurisdi-
ção he independente de qualquer outra, espalhando a
abominavel doutrina de que o tempo do meu Governo
está acabado, e que logo que eu me retire, elle se vin-
gará de todo aquelle que me obzequecia³⁹⁹

O bom entendimento entre as autoridades será o teor de dois despachos do Conselho Ultramarino e do parecer do procurador da Fazenda escritos à margem nesse mesmo documento. Dizem neles que “*nada é mais contrário ao real serviço e ao sossego dos povos que a desunião dos governadores com os Bispos*”. No entender das instâncias superiores, excedeu o bispo sua jurisdição, e por isso lhe ordena “*que*

³⁹⁸ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.34, D.2935

³⁹⁹ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.34, D.2935

se abstenha de ordenar indivíduos de outros Bispados, e que no seu, só o faça a pessoas dignas”. Percebemos então que tal episódio teve desdobramentos nas instâncias superiores da administração colonial, e que, nesse caso, a sentença foi favorável ao governador.

A ordenação de novos padres escancarou as tensões pré-existentes entre a autoridade administrativa e a eclesiástica. A partir de então, Lobo de Saldanha e Frei Manuel da Ressurreição foram inimigos na disputa pela autoridade em São Paulo. Avolumaram-se as cartas do Bispo contra Saldanha, e as de Saldanha contra o Bispo, remetidas ao Vice-Rei em novembro de 1783⁴⁰⁰.

O convívio entre o Governador e o Bispo também ficou conflituoso publicamente, a ponto de ambos utilizarem estratégias e mecanismos concernentes aos respectivos cargos para a agressão. Em abril de 1781, Saldanha escreve a Melo e Castro, relatando a desatenção do Bispo em “*lhe conceder a comunhão e o lavatório pelo mesmo vaso que é dado ao povo*”⁴⁰¹. Estaria o Bispo desrespeitando sua posição enquanto Governador e Capitão-General ao dar-lhe os sacramentos no mesmo recipiente dos demais. Em uma sociedade de ordens marcada pelos costumes sociais – costumes esses regidos pelas normas da Igreja – tal ação soava como ofensa pública.

O conflito entre o Bispo e o Governador refletia, de certa maneira, a oposição que surgiu no final do século XVIII entre Igreja e Estado Moderno. Mesmo dependente daquela devido ao regime do Padroado, o Estado Português procurou, aos poucos, afastar-se das instituições religiosas e laicizar-se: a expulsão dos jesuítas e a reforma da Universidade de Coimbra podem ser compreendidas dentro desse processo. O Estado tomou para si a responsabilidade pela educação superior, desvinculando-a do dogma religioso, ao mesmo tempo em que combate uma das ordens missionárias de maior atuação nas colônias.

Na disputa entre Fr. Manuel da Ressurreição e Martim Lopes Lobo de Saldanha podemos ver, em uma conjuntura mais ampla, a crise da relação entre Igreja e Estado. A oposição do Governador ao Bispo se tornou possível porque

⁴⁰⁰ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3080

⁴⁰¹ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.506

aquele se entendia superior a este, enquanto senhor das armas e representante da administração régia em São Paulo. O Bispo, por sua vez, sentiu-se desafiado em sua autoridade local, uma vez que o controle mental e social da população dependia da instituição religiosa.

3.3 O caso Caetaninho: ápice da “arbitrariedade”

Como vimos, a primeira referência encontrada sobre o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha é uma peça de teatro da primeira metade do século XIX, que dramatizou o episódio conhecido como “caso Caetaninho”. Esse acontecimento marcou a historiografia sobre seu governo, funcionando como um episódio-síntese de sua administração. Nele, estavam representadas todas as características negativas pessoais do governador e as consequências sofridas pela população com seus desmandos.

Como visto, estiveram envolvidos no episódio o filho do Governador e o trombeta da Legião de Voluntários Reais. Antônio Lobo de Saldanha, filho de Martim Lopes Lobo de Saldanha, era ajudante de ordens do Governo, nomeado por decreto real em 14 de janeiro de 1775 com a patente de capitão de Infantaria⁴⁰². Ou seja, juntamente com as Instruções, a Carta Régia sobre o Plano Militar, os despachos e os requerimentos de provisões, Lobo de Saldanha trouxe consigo seu filho mais velho, encarregado de ajudá-lo no governo da capitania.

Tal informação complementa o caráter militarista e de resolução de conflitos urgentes que o governo de Saldanha adquiriu, conforme procuramos demonstrar. Ao solicitar para o filho uma patente e um cargo junto a si, Saldanha demonstra o quanto suas ordens estão permeadas pelo caráter militar, e a necessidade de que para sua execução estivesse cercado de pessoas de sua confiança. Por sua vez, Caetano Jozé Gonçalves era mulato, e Trombeta do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo. Era, portanto, inferior à Antônio Lobo tanto social quanto militarmente.

A primeira menção a Antônio Lobo data de 28 de outubro de 1780, quando Manuel José da Nóbrega Botelho escreve a Martinho de Melo Castro dando conta

⁴⁰² AHU_ACL_CU_023-01, Cx.30, D.2687

dos excessos do filho do governador⁴⁰³. Aparentemente, Manoel José havia se recusado a cumprir uma ordem de Antonio Lobo, uma vez que apenas “*sofria repreenssoins / senão dos meus subperiores*”. Tal desrespeito ao ajudante de ordens ocasionara sua prisão na Fortaleza da Barra Grande de Santos.

Nessa mesma Carta, elenca os defeitos do filho do governador: “*seus Amigos não são senão Mu-/ latos, e outros asim semelhantes aos seus costumes*”, “*seu Pay o não repreende. o d.º fº hé tão falto de On-/ ra*”, e conclui: “*S.^r Ex.^{mo}/ nesta consternassao estamos todos os que servimos nes-/ ta Cid.^e metidos em hu perigo grd.^e, pois este homem/ ha de ser a perdissao de alguns.*”⁴⁰⁴ Mesmo antes do episódio com o trombeteira, já existiam reclamações acerca do comportamento de Antonio Lobo, por atitudes não condizentes com sua posição social.

As informações sobre o que aconteceu entre o Trombeteira dos Voluntários Reais e o filho do Governador foram obtidas a partir da carta da Câmara à Rainha, dos requerimentos de Lobo de Saldanha, da Consulta do Conselho Ultramarino, feita a pedido de tais requerimentos, e do Parecer do Procurador da Fazenda do Ultramar – todos eles posteriores ao evento e complementares, com exceção da carta da Câmara, a outros episódio do governo de Saldanha. Os requerimentos do governador são uma consequência da carta/denúncia enviada pela Câmara à Rainha, e por sua vez geraram o parecer e a consulta ao Conselho Ultramarino.

Em 10 de novembro de 1781, os oficiais da Câmara de São Paulo escreviam à Rainha comunicando a “tirania” do General Martim Lopes Lobo de Saldanha, “*que em/ todo oseo governo nunca respeitou as Leys, eordéns de V.Mag.*”⁴⁰⁵. De acordo com os camaristas, o episódio com o trombeteira teria se passado da seguinte forma:

Dous religiosos Beneditinos denominados Fr. Gaspar da Soledade Matos, e Fr. Felisberto Antonio Lara monstros de maldade eos principaes/instrumentos das continuas violencias praticadas pelo Sobre dito Gen.^{al}, ea quem/tem precipitado nos mayores absurdos, inventaram hum festejo nafazenda, que/oSeo Martim possui tres

⁴⁰³ É o mesmo Sargento-Mor que, em fevereiro de 1780 escreve à Martinho de Melo e Castro solicitando o pagamento dos soldos em atraso, e cuja família, que se encontrava em Olivença, também escreve ao Ministro solicitando o pagamento. Além de um oficial de patente mais elevada que Antonio Lobo, Manuel José era um militar português alentejano deslocado para a fronteira, o que o torna ainda mais graduado militarmente que o filho do governador.

⁴⁰⁴ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.35, D.2955

⁴⁰⁵ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.513

Legoas distante da Cid.^e chamada S. Bernardo,/e promeveram a representação de hua opera no mesmo Lugar para anoute de 16 de setembro exa assim Conduzirão odito Gen.^{al}, e com este exemplo foi o/populaxo de ambos os sexos, onde na referida noute alguns se embriagaram/outros fizeram furtos, eoutros pecados, consequencias ordinarias depovo junto/entre matos, ede noite./Huma das figuras da Ópera era Antonio Lobo filho do mesmo/Gen.^{al} o qual estando no vestuario com os companheiros, ejuntam^{te} hum/trombeta do Regimento de Voluntarios por nome Caetano Jozé p.^a tocar/Rabeca com outros muzicos, este achandose embriagado, oq^e lhe aContecia/m^{tas} vezes, andava com hu'a faca flamenga já velha investindo a varias/pessoas, e ultimante no dito vestuario ferio levemente ao dito Antonio Lobo/atras da orelha esquerda pelo q' foi logo seguro e espancado, eRecolhido/a Cadea com hu'a grande ferida em Su'a mão

O relato feito pela Câmara de São Paulo é bastante detalhado. Descreve o local: Fazenda São Bernardo, propriedade de um Sr. Martim, três léguas de distância de São Paulo. Descreve as circunstâncias: dia 16 de setembro, à noite, muitas pessoas em um festejo em formato de ópera. Descreve os personagens: Antonio Lobo, seus companheiros e músicos. E por fim, as condições: estavam todos alterados pelo álcool.

Sabemos pelo requerimento feito por Saldanha⁴⁰⁶ que os motivos de tais festejos eram a comemoração do término da obra da primeira ponte feita no caminho de Cubatão, no qual deveriam ser construídas mais quatro pontes para garantir o trânsito entre São Paulo e Santos. O relato da Câmara, no entanto, abstém-se de fornecer informações que ajudassem a complementar a história de modo a torná-la mais impessoal. Da forma como o acontecimento foi relatado, estava montado cenário propício para o que iria acontecer.

É interessante notar como as personagens são descritas. Os padres, organizadores do evento, são “*monstros de maldade*”. O governador, autor de “*continuas violencias*”. E Caetano Jozé estava embriagado, “*oq^e lhe aContecia/m^{tas} vezes*”. Os camaristas não pouparam fazer julgamentos morais no relato, o que torna difícil entender o que de fato aconteceu.

O relato do episódio foi ofuscado pelo destaque dado aos seus desdobramentos: a convocação do Conselho de Guerra e o julgamento do Trombeta.

⁴⁰⁶ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3105

O questionamento dos camaristas centrou-se nos procedimentos do governador após o ocorrido. Uma vez convocado o Conselho e concluída a devassa, Lobo de Saldanha *“seinfureceo contra todos os do Concelho por dous motivos, o pri^{ro} por não/ condemnarem amorte o mizeravel trombeta, que obrara sem advertencia,/ num soube o que fazia; o Segundo por Cónstar da devassa, como era nece/ ssario, o Lugar, eacção em que seo filho estava q^{do} foi ferido.”*

A convocação de um segundo Conselho de Guerra, dessa vez presidido por Saldanha e não pelo Ouvidor, como havia sido o primeiro, foi o grande motivo da revolta dos camaristas. Para eles, Saldanha utilizou-se de um expediente arbitrário ao dissolver o primeiro Conselho e ignorar sua sentença. E como justificativa para tal, a Câmara argumentou que o governador atuava com interesses pessoais, uma vez que um dos envolvidos era seu filho.

Para a Câmara de São Paulo, a dissolução do primeiro Conselho de Guerra do caso Caetaninho estava ligada ao voluntarismo do Governador, que não havia aceitado a sentença de carrinho perpétuo⁴⁰⁷. Ou seja, Saldanha aplicava a lei de acordo com seu senso pessoal de justiça, o que no entender dos camaristas demonstrava sua arbitrariedade e despotismo.

A ênfase na aplicação da justiça conforme a lei foi o principal argumento que Saldanha apresenta em seu requerimento à Rainha. Para explicar os motivos que levaram à convocação de um segundo Conselho de Guerra, escreve: *“devia ser aquelle pro-/cesso feito por hum Conselho de Guerra”*. E mais adiante: *“O dito processo, ou devassa não/ obstante ser tão claramente nulla, por ser tirado por/ hum Juiz incompetente, e sem Jurisdição para aquelle/cazo”*⁴⁰⁸.

Portanto, a sentença proferida seria *“contra as Leys e as-/expressas de V. Mag.e a respeito dos Militares”*, e por isso *“se/ houvesse por nullo o dito Conselho de Guerra, e se procedes-/se á novo Conselho regulado pelas ditas Leus, e verdade/do facto”*⁴⁰⁹. Se para a Câmara de São Paulo o episódio do trombeta relava a

⁴⁰⁷ A pena de carrinho perpétuo consistia no uso de argolas de ferro nas pernas, de acordo com CARVALHO, A. R. de (2005) “A tutela jurídica da hierarquia e a disciplina militar: aspectos relevantes”. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 806, 17 set. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7301>.

⁴⁰⁸ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.513

⁴⁰⁹ AHU_ACL_CU_023, Cx.10, D.513

arbitrariedade do governador, por anular a primeira sentença e convocar novo Conselho, para Lobo de Saldanha era nada mais que a aplicação da letra da lei: militares devem ser julgados por seus pares.

Ficou claro no episódio Caetaninho a disputa por jurisdição entre o Governador e a Câmara. Esta, condena-o por ser mulato, por ser amigo de Antonio Lobo, enfim, por seu comportamento. Sua insatisfação não é contra a sentença final da pena de morte, mas sim por essa sentença ser o resultado de um segundo julgamento, este presidido por Lobo de Saldanha. A Câmara é contra a aplicação da lei pelo governador, e não exatamente contra a pena.

O episódio foi levado às instâncias superiores, uma vez que Lobo de Saldanha acredita ser ele um dos motivos de sua não recepção pela rainha quando retorna ao Reino – e para consegui-lo apelará ao Conselho Ultramarino e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. O parecer do Procurador da Fazenda no caso é favorável à Saldanha. Segundo ele, Martim Lopes “*não procedeo em dis-/potismo, antes com dezejos de servir bem/ a V.Mag.^e*” As disputas com a Câmara, o Ouvidor, os problemas com o Bispo, seriam todos decorrentes da aplicação das ordens régias no Ultramar. Em suas palavras,

*aquelle Governador, que
melhor cuidar em satisfazer as suas obriga-
çoens necessariamente ha de ter muitos ini-
migos que o acuzem, e procurem escurecer
a sua fama; porque havendo naquellas
partes muitos homens, que só cuidão em
adiantar o seo interesse com prejuizo
da Fazenda Real, o Governador que a isto
mais selhe opuzer como há obrigado, os
ha de ter a todos com sy*⁴¹⁰

Lobo de Saldanha era um militar de carreira, que foi nomeado para o cargo de Governador e Capitão-General de São Paulo graças à sua experiência em conflitos fronteiriços com os castelhanos. Além disso, sua rede de contatos e posição social justificaram sua escolha, já que conhecia e/ou mantinha relações com os demais administradores lusos no colônia.

⁴¹⁰ AHU_ACL_CU_023-01, Cx.37, D.3111

Entretanto, suas habilidades políticas não eram suficientes para o cargo no período pós-1777. A inaptidão para contornar disputas e evitar enfrentamentos diretos com representantes do poder local fez com que sua legitimidade perante seus governados fosse questionada através de acusações pessoais. A crescente insatisfação com o governador refletia, em certa medida, o descontentamento da população e de seus representantes também com o governo metropolitano – este sim cada vez mais centralizador e fiscalizador.

Considerações finais

Este trabalho procurou analisar o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo a partir das questões geopolíticas que marcaram o final do século XVIII no Brasil Colônia. Iniciando com a análise das fontes, percebemos que as disputas fronteiriças e os conflitos com os castelhanos pela região do Rio da Prata foram as grandes preocupações do governo de Saldanha. Tentamos apreender as medidas administrativas e os atos de governo dentro desse contexto, levando em conta o perfil biográfico do governador, que acreditamos ser um elemento importante nas reflexões da pesquisa.

Apesar de circunscrita, a pesquisa procurou relacionar os acontecimentos locais com a conjuntura do Império Português – as mudanças na metrópole e seus desdobramentos na colônia. As especificidades da capitania de São Paulo fizeram com que algumas medidas metropolitanas não fossem aceitas sem contestação, gerando atritos entre o Governador e a chamada elite local. As disputas entre o Capitão-General e a Câmara de São Paulo refletem as mudanças na estrutura do Império Português, que a partir do consulado pombalino busca inserir-se no chamado Reformismo Ilustrado.

Entendemos que apesar do enfoque político-administrativo, da preocupação em centrar a análise nas questões geopolíticas e das novas diretrizes da administração ilustrada, o objeto deste estudo é também um sujeito enquanto ator social, que ocupou um cargo dentro da administração colonial portuguesa, a partir do qual se transformou em personagem histórico.

Sendo assim, não poderíamos deixar de levar em consideração uma possível abordagem biográfica do objeto de estudo, conforme apontado na Introdução deste trabalho. Lobo de Saldanha era representante da Coroa em São Paulo, ocupante do cargo de Governador e Capitão-General: tinha, portanto, um regimento e instruções a seguir. Porém, conforme procuramos demonstrar, agiu de forma passional em algumas situações durante seu governo, demonstrando publicamente características de sua personalidade.

A conjunção entre a análise de governo e a influência pessoal do governador foi possível utilizando as categorias “carreira” e “trajetória”, propostas por Jean-Claude Passeron⁴¹¹. Ao enxergar condutas pessoais dentro de instituições, o autor mostra como, ao ocupar certos cargos, os indivíduos continuam uma trajetória de ação anterior, porém com certa flexibilidade para condutas individuais.

De acordo com Passeron, uma investigação longitudinal das estruturas/instituições pode suscitar estudos biográficos. As regularidades de comportamento que parecem se impor, seja em contratos sociais ou em modelos preliminares de ação, e o que aparece como caminhos, são necessariamente trajetos individuais.

Lobo de Saldanha pode ser entendido – e explicado – dentro dessas categorias. Era um militar de carreira, um homem de ação no campo cuja formação pré-ilustração não contemplava habilidades políticas. Sua trajetória como militar explica sua designação para o cargo: quando chega a São Paulo, em 1775, era o homem certo para o cargo. No período inicial de sua governança, demonstra ser uma escolha plausível da Coroa Portuguesa.

Entretanto, a carreira como Governador e Capitão-General não era simplesmente arregimentar tropas e formar batalhões, conforme sua prática e suas instruções sugerem. Administrar a Capitania de São Paulo significava também lidar com uma elite local, acostumada a determinadas posturas metropolitanas que, nos últimos anos, vinham se alterando sem que a mesma se apercebesse disso.

Nesse sentido, o cargo de Governador e Capitão-General de São Paulo merece uma análise mais detalhada. Havia na colônia, como sugere Passeron, certa flexibilidade para condutas individuais dentro dos cargos administrativos. Essa não rigidez das estruturas seria, inclusive, uma das características da administração lusitana e uma das explicações para a extensão e longevidade do império. Mas, se por um lado, havia algum tipo de liberdade administrativa na colônia, por outro, a elite colonial, a nobreza da terra, determinava até que ponto os administradores régios podiam ultrapassar suas atribuições.

⁴¹¹PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. In: *Revue française de sociologie*. 1990, 31-1. pp. 3-22.

No caso da Capitania de São Paulo, as câmaras exerciam essa função reguladora. Particularmente na Câmara de São Paulo, as queixas à rainha contra os governadores revelam suas pretensões de autoridade local, um exercício de poder que ela, de fato, obteve durante algum tempo. A mudança de uma Capitania de donatários para Capitania do Rei, a perda de territórios e da autonomia administrativa, são exemplos de mudanças conjunturais e estruturais que alteraram, na prática, as disposições das câmaras.

Até o final do século XVIII, a autoridade das câmaras junto à população servia para a Coroa como mecanismo de controle e de representação do poder real em São Paulo. A partir da restauração administrativa, em 1765, a Coroa passa a ter um representante direto, designado pelo Rei para o governo das gentes. Embora a legislação não tenha alterado as disposições dos camaristas, na prática esses se viram obrigados a conviver com um estranho, alguém cujo poder e autoridade, na letra da lei, seriam superiores aos seus.

A Câmara de São Paulo havia perdido algumas de suas prerrogativas, mas conservava a memória de seu funcionamento enquanto instituição. Lembrava-se também das regularidades de comportamento (como diz Passeron) daqueles enviados para governá-la antes do período da restauração. Para os camaristas, o papel do Governador e Capitão-General correspondia, em certa medida, ao do Loco-Tenente dos herdeiros de Martim Afonso de Souza. O governo do Morgado de Mateus (primeiro pós-restauração) enfrentou resistências da população ao tomar medidas que estariam fora das atribuições de um governador – e principalmente, ao alterar o equilíbrio de poder criando novas Câmaras Municipais no interior.

Os dez anos de governo do Morgado não foram suficientes para criar uma trajetória de ação anterior, que Passeron demonstra ser perceptível ao analisar condutas dentro de instituições. A supressão e a restauração da autonomia administrativa de São Paulo romperam com a continuidade do cargo, contribuindo para que a jurisdição do Governador e Capitão-General conflitasse com as tradicionais atribuições da Câmara. Contudo, esse curto período de ausência de governo permitiu que tanto o Morgado quanto Saldanha atuassem em esferas além de

suas competências, uma vez que os limites de poder entre Câmara e Governador estavam sendo definidos na relação entre eles.

É no lidar com as instituições locais e seus representantes que percebemos as limitações de Martim Lopes como governante: enquanto o conflito no Sul ocupava o centro de seus interesses, seu caráter militar ajustou-se com perfeição à função que viera exercer. Contudo, uma vez encerrados os conflitos, Lobo de Saldanha teve que resolver os problemas gerados por eles e governar a capitania – função para a qual, conforme os dados biográficos apontam, não tinha o mínimo preparo.

As reclamações da Câmara de São Paulo, e de outras, como a de Paranaguá, são reflexo dessa inabilidade do governador em lidar com os poderes locais. E principalmente, de cumprir com suas obrigações no cargo. As câmaras paulistas na segunda metade do século XVIII eram compostas em grande parte por comerciantes, que conseguiam um lugar devido as alianças políticas e arranjos pessoais como casamentos e relações de compadrio. Esses mesmos comerciantes foram responsáveis por abastecer as tropas e garantir os mantimentos no sul. Finda a guerra, receberam do governador a negativa do pagamento de seu crédito: a Fazenda não conseguia pagar suas dívidas com os mercadores locais.

Ao se negar a pagar as dívidas com os comerciantes, Lobo de Saldanha desqualificou-se como Governador perante seus subordinados. No discurso, a Câmara elencava os inúmeros serviços prestados a sua alteza, a disponibilidade em sempre fornecer gente para defender a colônia e sua presteza em vestir e alimentar as tropas. Porém, se a Fazenda Real não possuía recursos para quitar suas dívidas, por que deveria a população – e seus representantes maiores, a Câmara – pagar suas obrigações para com o Real Serviço? Em outras palavras, havia uma indisposição com o governador por este não cumprir com sua palavra de saldar as letras de comércio, e como consequência do não pagamento, camaristas e ouvidor exigem novo governantes.

A postura rígida de Lobo de Saldanha contribuiu para o desenrolar dos acontecimentos, como vimos na última parte do trabalho. Por seu militarismo, Saldanha cumpriu as ordens de forma estrita, sem acordos ou negociações que

garantissem à elite local uma contrapartida favorável. Como Governador e Capitão-General, colocava-se acima dos demais administradores coloniais; como militar, entendia que devia seguir suas instruções e que o fornecimento de homens, mantimentos, armas e o que mais fosse necessário à guerra era obrigação dos vassallos.

O não pagamento das dívidas significava, para a elite local, que o Governador não reconhecia seus esforços em fornecer pessoal e equipamentos. Na lógica militar, fazia parte da obrigação de vassallos ceder homens e mantimentos para a guerra. Entretanto, a Capitania de São Paulo, representada pela Câmara de Vereadores, não considerava como sua obrigação sustentar uma guerra em nome da Coroa. Os camaristas argumentavam que a Capitania São Paulo tinha a tradição de fazer pela Coroa, mas não ter reconhecidos os seus feitos. Quando não honrou suas dívidas com os comerciantes locais, Lobo de Saldanha forneceu mais elementos para reforçar esse discurso.

Na conjuntura paulista da segunda metade do século XVIII, Lobo de Saldanha pode ser entendido como mais um na lista de reclamações contra os governantes. Tornou-se comum que a câmara fizesse reclamações dos Capitães-Generais, uma vez que nenhum deles, na retórica dos camaristas, estava disposto a reconhecer as contribuições da capitania. Entretanto, perto das queixas feitas ao antecessor e aos sucessores, as acusações feitas contra Saldanha assumem um tom de afronta pessoal, pois o não pagamento foi entendido como não reconhecimento da colaboração dos paulistas na guerra.

O conflito se deu, portanto, na mudança de padrão administrativo. A administração do Morgado de Mateus propiciou que os lavradores ganhassem algo em troca. Ao fundar novas vilas, e por consequência novas câmaras, o Morgado enfrentou a dificuldade de arregimentar a população. Mas por outro lado, facultou o acesso de pequenos proprietários às Câmaras Municipais, instâncias de poder local, recém-criadas por ele. Percebemos aqui uma negociação de poder simbólico que garantiu sua continuidade no governo. Lobo de Saldanha, não demonstrando habilidade política para lidar com a população, para dialogar com os poderes locais,

nada ofereceu em troca do “socorro ao Sul” fornecido pela Capitania – nem mesmo a quitação das dívidas feitas em seu governo.

A pesquisa sobre o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha na Capitania de São Paulo permitiu entender como as mudanças em Portugal e na Europa, no final do século XVIII, alteraram a dinâmica da relação colônia-metrópole no final do período colonial. Tomando o governo Lobo de Saldanha como objeto de estudo, percebemos como a questão geopolítica tornou-se crucial para os lusitanos, e de que forma isso se refletiu no Brasil. Entendendo Saldanha na linhagem de governadores enviados para administrar a Capitania a partir de sua restauração, em 1765, percebemos as alterações no *modus operandi* da administração portuguesa, e as disputas que seus representantes enfrentavam como poder local. Por fim, conseguimos refletir sobre os usos do passado que a historiografia faz, e a maneira como uma determinada imagem histórica pode ser construída.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Évora –Portugal

Arquivo Distrital de Portalegre –Portugal

Arquivo Histórico Militar –Portugal

Arquivo Histórico Municipal de Estremóz –Portugal

Arquivo Histórico Municipal de Elvas –Portugal

Arquivo Histórico Ultramarino – *Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* – FAPESP

Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo (1644-1830): Catálogo 1

Documentos Avulsos da Capitania de São Paulo (1618-1823): Catálogo 2 – Mendes Gouveia

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Portugal

Biblioteca Nacional – Portugal

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Biblioteca Pública de Évora – Portugal

Fontes impressas

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo.

Vol. 3 – “Diversos”

Vol. 4 – “Diversos”

Vol. 14 – “Correspondências Diversas”

Vol. 15 – “Diversos”

Vol. 17 – “Correspondências do Vice-Rey, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros (1775-1779)”

Vol. 20 – “Diversos”

Vol. 25 – “Patentes, Provisões e Orden Régias (1786-1796)”

Vol. 25 – “Correspondência do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1778)”

Vol. 42 – “Correspondência de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1777)”

Vol. 43 – “Correspondência de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1774-1781)”
 Vol. 44 – “Diversos”
 Vol. 47 – “Documentos relativos à criação, extinção ou desmembramento das Capitania de que resultou São Paulo, como circunscrição política do Brasil, ou respeitantes a sua extensão Jurisdiccional e às suas questões de limites”
 Vol. 54 – “Contém a relação dos documentos históricos existentes no Arquivo Nacional e respeitantes a São Paulo (compreendidas as circunscrições que ao tempo lhe estavam anexas), de 1534 a 1879”
 Vol. 62 – Recenseamentos da Capital (1765-1767)”
 Vol. 70 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha aos diversos funcionários da capitania (1775-1776)”
 Vol. 74 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha às Câmaras e Comandantes da Capitania (1775)”
 Vol. 75 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”
 Vol. 76 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”
 Vol. 77 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”
 Vol. 78 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”
 Vol. 79 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”
 Vol. 80 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1777-1780)”
 Vol. 81 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania”
 Vol. 82 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1779-1780)”
 Vol. 83 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1780-1782)”
 Vol. 84 – “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1782-1786)”

“Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado (1779)”. In: ARMITAGE, João. *História do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

LEME, Pedro Taques Paes. *História da Capitania de São Vicente* (1772). São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.

MADRE DE DEUS, Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1953.

VILHENA, Luís dos Santos (1744-1814). *Recompilação de noticias ca Capitania de S. Paolo: dividida em duas partes e acompanhada de duas plantas geographicas*

interessantes e pouco vulgares para servir na parte que convier de elementos para historia brasileira. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1935.

Bibliografia

ABUD, Kátia Maria. **Autoridade e Riqueza.** Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil.** Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968

Alguns factos Militares Portuguezes do século XVIII pelo Gen. Palmeirim. Lisboa, Typographia..., 1873

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império.** Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.

AMARAL, Antonio Barreto de. Martim Lopes Lobo de Saldanha. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, vol. 65, 1968.

ARAÚJO, Karina Anhezini de. **Um metódico à brasileira:** A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). Franca, 2006. 237f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos.** São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2006.

ARRUDA, J.J. de A. **O Brasil no Comércio Colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrada. “O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal.** Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

AZEVEDO, Elizabeth R. **Um palco sob as arcadas:** o teatro dos estudantes de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, no século XIX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000

AZEVEDO, João Lúcio de. **O Marquês de Pombal e sua Época.** São Paulo: Alameda Casa Editorial/ Cátedra Jaime Cortesão/Instituto Camões/USP, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Razões de Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo (1748-1775). In: ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro Caldeira. **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (orgs). **A expansão marítima portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar : idéias e práticas políticas no Império português séculos XVI-XIX**. São Paulo: Alameda, 2005

BLAJ, Ilana. **A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP:Fapesp, 2002

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulário português e latino (...)**. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>

BODELÓN, Óscar Rico. **La conquista de Santa Catarina (1777): Um capítulo en la disputa hispano-portuguesa por el sur de Brasil**. Salamanca, 2010. 289f. Trabajo de Grado (Programa de Doctorado Fundamentos de la Investigación Histórica) – Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca.

BOLETIM DE HISTÓRIA. São Paulo: Centro de Estudos Históricos "Sedes Sapientiae" - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Sedes Sapientiae", tomo II, 1965-66.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954. 2. ed., 3 vol

CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CAMPOS, Dulce de. O Gôverno do Capitão General de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, ano XIV, volume CXVII. São Paulo, 1948.

CANABRAVA, Alice P. “Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/1767”. In: **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Edunesp e Hucitec, 2005. p.169-202.

CARVALHO, A. R. de (2005) “A tutela jurídica da hierarquia e a disciplina militar: aspectos relevantes”. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 806, 17 set. 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7301>

COSTA, Mário. Os Governadores de São Paulo e o Sertão das Lajes (1766-1783). In: **Brasília**, vol. IX. Coimbra: 1955

COSTA, Renata Ferreira. “Violência e insubordinação militar na São Paulo do século XVIII: estudo histórico e filológico de três manuscritos”. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 10-11, p. 221-236, 2008/2009.

COSTA, Wilma Peres. “Afonso d’Escragnoille Taunay. História geral das bandeiras paulistas” In: Mota, Lourenço Dantas (org). **Introdução ao Brasil**. Um banquete no trópico, 2. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Política e administração de 1640 a 1763. In: HOLANDA, S. B. de (Org.). **História da Geral da Civilização Brasileira**, v. 1. São Paulo: Difel, 1960.

DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos Livros**: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista. São Paulo: EDUSP, 2011

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.

ELLIS, Alfredo. **Raça de Gigantes**. A Civilização no Planalto Paulista. São Paulo: Editorial Helios, 1926.

_____; ELLIS, Myriam. **A Economia Paulista no Século XVIII**. São Paulo, 1950.

FALCON, Francisco Calazans. **A época pombalina** :política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

_____. “Pombal e o Brasil”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PT: Instituto Camões, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____. **Cartografia de uma história**: exercícios cartomuseográficos e releituras cosmográficas – séculos XVI e XVII. Anais do Museu Paulista (impresso), v.17, p.11, 2009.

FERREIRA, Tito Lívio. **História de São Paulo**. Segundo Volume. Gráfica Biblios LTDA – Editora. São Paulo. 1948.

FERRETTI, Danilo J. Zioni e CAPELATO, Maria Helena Rolim. João Ramalho e as Origens da nação: os paulistas na comemoração do IV centenário da descoberta do Brasil. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, nº8, dezembro/1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3ª ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. **O Arcaísmo Como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João, org; BICALHO, Maria Fernanda, org; GOUVÊA, Maria de Fátima org; **Antigo Regime nos trópicos** : a dinâmica imperial portuguesa : (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

____ ; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs); **Na Trama das Redes**. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil Colonial**: catálogo comentado (1503-1808).São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio**. São Paulo: Hucitec, 1999

GERBOVIC, Tathiane. **O olhar estrangeiro em São Paulo até meados do oitocentos**: relatos de viajantes ingleses e norte-americanos. São Paulo, 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GLEZER, Raquel. **Chão de Terra e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2007

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971.

GODOY, Joaquim Floriano de. **A província de S.Paulo**: trabalho estatístico, histórico e noticioso. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São: FUNDAP, 2007.

GOUVÊA, José Paulo Neves. **Cidade do Mapa. A produção do Espaço de São Paulo através de suas representações cartográficas**. São Paulo, 2010. 335f. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

HAMEISTER, Martha Daisson e GIL, Tiago Luís. “Fazer-se elite no extremo-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: MATTOSO, José (org.). **História de Portugal**. Volume 4. Lisboa: Estampa, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) “A Época Colonial, tomo II: administração, economia, sociedade”. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII” In: **Revista da Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB-USP, 1966, p.55-114.

KLAFKE, Álvaro Antonio. O Império Construído nas Fronteiras: Defesa da Unidade na Província Sul-Rio-Grandense. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.) **De um império a outro**: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

KOK, Glória Porto. **O sertão itinerante**: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

KÜHN, Fábio. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). In: **VII JORNADA SETECENTISTA**, 2007, Curitiba-UFPR. pp. 169-180

KUZNESOF, Elizabeth Anne. “The Role of the Merchants in the Economic Development of São Paulo, 1765-1850”. In **Hispanic American Historical Review**. 60(4), 1980.

- LEITE, Aureliano. **História da Civilização Paulista**. São Paulo: Saraiva, 1954.
- LEITE, Aureliano. **A História de São Paulo em Breve Resumo Cronológico (de 1500 a 1930)**. São Paulo: Livraria Martins, 1944.
- LEONZO, Nanci. **Defesa militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias**. São Paulo, 1979. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LIMA, Mariângela Alves de. “Prefácio”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcos de. (org.) **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial, 1998
- LINS, Maria de Lourdes Ferreira. **A Legião de São Paulo no Rio Grande do Sul (1775-1822)**. São Paulo, 1977 Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- MACEDO, Jorge Borge des. **A situação econômica no tempo de Pombal**. Porto, Portugal, 1951.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Labirintos Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2011.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista (1700-1836)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 2000.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**. Lisboa: Palas Editores. 1985
- MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980. Tomo II, p.107
- MARTA, José Manuel Carvalho. Marquês de Pombal: ações pela reinserção de Portugal como Império. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Trajetórias de Vidas na História**. Cuiabá: EdUFMT, Carlini e Caniato Editorial, 2008.
- MARTINS, Ana Canas Delgado. **Governança e arquivos: d. João VI no Brasil**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2006.
- MARTINS, Antonio Egydio. **São Paulo antigo, 1554-1910**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (1ª edição 1911/1912)

MATOS, Odilon Nogueira de. Sinfonia Paulista: uma visão da história de São Paulo. **Revista Notícia Bibliográfica e História**, Campinas, nº200, p.27-32. janeiro/junho 2006

MATTOS, Renato de. **Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)**. São Paulo, 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MAURO, Frédéric. *Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do Império, 1580-1750*. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina Colonial**, v 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MEDICCI, Ana Paula. **Administrando conflitos: o exercício do poder e os interesses mercantis na capitania/provincia de São Paulo (1765-1822)**. São Paulo, 2010. 287f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. De Capitania a Província: o lugar de São Paulo nos projetos de Império, 1782-1822. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.) **De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares o Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MENDES, André Oliva Teixeira. **Os Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo: subsídios para a construção de representações**. São Paulo, 2010. 223f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MENDES, Denise. “São Paulo no Século XVIII e a Calçada do Lorena – Um Caminho de Tropeiros na Serra do Mar”. In: DEAECTO, Marisa Midori [et.al.] (organizadores) **São Paulo: espaço e história**. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

MENZ, Maximiliano M. **Entre impérios: a formação do Rio Grande na crise do sistema colonial português (1777-1822)**. São Paulo: Alameda, 2009.

MIRANDA, Lílian Lisboa. **Governança e Edilidade em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **Ervas de ruim qualidade**: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa: 1750-1763. Mestrado em História Social. Universidade de São Paulo, 1991

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada**: Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802). Mestrado em História Econômica. Universidade de São Paulo, USP. 2007

MONUMENTOS. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, nº28, dez. 2008

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da Unesp: Imprensa Oficial, 1998

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. .

_____. *Condições da privacidade na Colônia*. In: NOVAIS, Fernando A. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. **Natureza Apropriada: a exploração dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina (1738-1808)**. Assis, 2007. 247f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

_____. A Invasão Espanhola na Província de Santa Catarina em 1777: Reações e Mobilidade Política. In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.) **De um império a outro**: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

OLIVEIRA, J. J. Machado de. **Quadro histórico da província de São Paulo**. Edição fac-similada da 1. São Paulo: Governo do Estado, 1978

PAGANI, Edson Moisés. **Homens de Espadas**: Estudo dos Corpos de Armas dos Soldados Auxiliares no Campos de Curitiba (1765-1777). Curitiba, 2011.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

PASSERON, Jean-Claude. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. In: **Revue française de sociologie**. 1990, 31-1

PEREGALLI, Enrique. **Recrutamento Militar no Brasil colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **Lavoura Canavieira em São Paulo**. Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo: Difel, 1968.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O desprezado “ciclo do açúcar” paulista (1765-1850). In: ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010

PRADO, Paulo. **Paulística**. História de S. Paulo. São Paulo: Companhia Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1925.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Melhoramentos, 1942.

PRADO JÚNIOR, Caio. “ O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo”. In: **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1977. [10ª ed]

QUARLERI, Lía. **Rebelión y guerra en las fronteras del Plata: guaraníes, jesuitas e imperios coloniales**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. **Poder local e patrimonialismo: A Câmara Municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, José Honório. Afonso d’Escragnoille Taunay. 1876-1958. In: **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 38, No.3 (Aug., 1958), pp. 389-393

SALES, Ernesto Augusto. **O Conde de Lippe em Portugal**. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1937

SALGADO, Graça (coord.) **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. São Paulo, 2008.

441f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANT'ANNA, Nuto. **São Paulo Histórico**. Aspectos, Lendas e Costumes. Vol. VI, São Paulo: Departamento de Cultura, 1944.

SCHWARZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SILVA, Andrée Mansuy Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808*. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. v.1

_____. *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares, 1755-1812*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e Sua Terra Firme**. Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807). São Paulo, 2002. 300f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). 1979, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro / Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979.

SOARES, José Carlos de Macedo. **Fronteiras do Brasil no Regime Colonial**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.

SOARES, Lucas Jannoni. **Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América Portuguesa. São Paulo (1765-1775)**. São Paulo, 2005. 127f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOARES, Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)**. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra**: política e administração na América portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. **História da cidade de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. **História da Cidade de São Paulo no Século XVIII**. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1951. Vol.II

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil** [...] (Volume 2, 2. ed.) Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert, 1877. p.883. Disponível em www.brasiliana.usp.br

Anexos

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – “Plan General de l’armée combinée de L. L. M. M. T. F. et Britannique en Portugal sous les ordres de Son Altesse Monseigneur le Comte Regnant de Schaumbourg Lippe”. In: SALES, Ernesto Augusto Pereira. *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Publicações da Comissão de História Militar, 1937

Tabela 2 – LEONZO, Nanci. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: As Milícias*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1979. pp.58-60

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Fortificações de Elvas. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 2: Aqueduto das Amoreiras e as Muralhas de Elvas vistos do Forte de Santa Luzia. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 3: Fortificações de Elvas. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 4: Entrada principal do Forte da Graça. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 5: Aqueduto das Amoreiras visto do Forte de Nossa Senhora das Graças.

Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 6: Um dos vértices da planta e seu baluarte. Arquivo Pessoal. Março/2012 Foto:

as construções internas do Forte para abrigar munição e pessoal. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 7: Vista Exterior da Casa do Governador e entrada principal. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 8: Baluartes e fosso interno. Arquivo Pessoal. Março/2012

Foto 9: No primeiro plano, Elvas e seu castelo, no segundo o Forte de Santa Luzia, vistos do Forte da Graça. Arquivo Pessoal. Março/2012